



**PATRÍCIA NUNES DA FONSECA
SILVANA CARNEIRO MACIEL
VALDINEY VELOSO GOUVEIA**

(Organizadores)

PSICOLOGIA **SOCIAL**

**ASPECTOS TEÓRICOS,
METODOLÓGICOS
E PRÁTICOS**

EJ Editora
UFPB



PSICOLOGIA SOCIAL

**ASPECTOS TEÓRICOS,
METODOLÓGICOS
E PRÁTICOS**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ
Vice-Reitora BERNARDINA M^ª JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA
Pró-Reitora PRPG MARIA LUIZA PEREIRA DE ALENCAR MAYER FEITOSA



EDITORA UFPB

Diretora IZABEL FRANÇA DE LIMA
Supervisão de administração GEISA FABIANE FERREIRA CAVALCANTE
Supervisão de Editoração ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JUNIOR
Supervisão de Produção JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

Conselho Editorial ADAILSON PEREIRA DE SOUZA (Ciências Agrárias)
ELIANA VASCONCELOS DA SILVA ESVAEL (Linguística, Letras e Artes)
FABIANA SENA DA SILVA (Interdisciplinar)
GISELE ROCHA CÔRTEZ (Ciências Sociais e Aplicadas)
ILDA ANTONIETA SALATA TOSCANO (Ciências Exatas e da Terra)
LUANA RODRIGUES DE ALMEIDA (Ciências da Saúde)
MARIA DE LOURDES BARRETO GOMES (Engenharias)
MARIA PATRÍCIA LOPES GOLDFARB (Ciências Humanas)
MARIA REGINA DE VASCONCELOS BARBOSA (Ciências Biológicas)

Conselho Científico MARIA AURORA CUEVAS-CERVERÓ (Universidad Complutense Madrid /ES)
JOSÉ MIGUEL DE ABREU (UC/PT)
JOAN MANUEL RODRIGUEZ DIAZ (Universidade Técnica De Manabí/EC)
JOSÉ MANUEL PEIXOTO CALDAS (USP/SP)
LETÍCIA PALAZZI PEREZ (UNESP/MARÍLIA/SP)
ANETE ROESE (PUC MINAS/MG)
ROSÂNGELA RODRIGUES BORGES (UNIFAL/MG)
SILVANA APARECIDA BORSETTI GREGORIO VIDOTTI (UNESP/MARÍLIA/SP)
LEILAH SANTIAGO BUFREM (UFPR/PR)
MARTA MARIA LEONE LIMA (UNEB/BA)
LIA MACHADO FIUZA FIALHO (UECE/CE)
VALDONILSON BARBOSA DOS SANTOS (UFCG/PB).

Patrícia Nunes da Fonseca
Silvana Carneiro Maciel
Valdiney Veloso Gouveia
(Organizadores)

PSICOLOGIA SOCIAL

ASPECTOS TEÓRICOS,
METODOLÓGICOS
E PRÁTICOS

Editora UFPB
João Pessoa
2020

Direitos autorais 2019 – Editora UFPB

Efetuada o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Impresso no Brasil. Printed in Brazil.

Projeto Gráfico	EDITORA UFPB
Editoração Eletrônica e Capa	MICHELE HOLANDA
Foto da capa	FOTO DO SITE UNSPLASH COM MODIFICAÇÃO E EFEITOS

CATALOGAÇÃO NA FONTE:

BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

P974 Psicologia Social: aspectos teóricos, metodológicos e práticos / Patrícia Nunes da Fonseca, Silvana Carneiro Maciel, Valdiney Veloso Gouveia (Organizadores). - João Pessoa : Editora UFPB, 2020.
288 p.: il.

ISBN: 978-85-237-1504-5

1. Psicologia social. 2. Problemáticas sociais.
I. Fonseca, Patrícia Nunes da. II. Maciel, Silvana Carneiro. III. Gouveia, Valdiney Veloso. IV. Título.

UFPB/BC

CDU 316.6

EDITORA UFPB CIDADE UNIVERSITÁRIA, CAMPUS I – S/N
JOÃO PESSOA – PB, CEP 58.051-970
EDITORA.UFPB.BR | EDITORA@UFPB.EDU.BR
FONE: (83) 3216.7147

Editora filiada à



Livro aprovado para publicação através do Edital Nº 01/2019, financiado pelo Programa de Apoio a Produção Científica – Pró-Publicação de Livros da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba.

AGRADECIMENTOS

A DEUS fonte de tudo;

As agências de fomento CAPES e CNPq por todo o apoio e ao PPGPS, aos docentes e discentes em forma de bolsas e projetos de pesquisas;

A Universidade Federal da Paraíba por todo apoio e incentivo e, em especial, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG).

A todos os docentes, discentes e funcionários que compõem o PPGPS.



SUMÁRIO

PREFÁCIO

10

CAPÍTULO 1

**VALORES HUMANOS:
FORMAÇÃO, MUDANÇAS E FUNÇÕES**

24

Autores : Valdiney Veloso Gouveia, Patrícia Nunes da Fonseca, Shanmukh Vasant Kamble, Renan Pereira Monteiro, Nájila Bianca Campos Freitas, Heloísa Bárbara Cunha Moizéis, Patrícia Albuquerque Medeiros

CAPÍTULO 2

**BOLSA FAMÍLIA
E PRECONCEITO RACIAL**

46

Autores: Hévilla Rodrigues de Freitas, Ana Raquel Rosas Torres, Andreza Silene Silva Ferreira, Eldo Lima Leite

CAPÍTULO 3

**PRECONCEITO FRENTE ÀS PESSOAS COM TRANSTORNOS
MENTAIS EM TEMPOS DE INCLUSÃO SOCIAL**

70

Autores: Silvana Carneiro Maciel, Patrícia Fonseca de Sousa, Lívia Danyele Tavares da Silva

CAPÍTULO 4

**OBESIDADE E PRECONCEITO: REFLEXÕES À LUZ
DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

90

Autores: Thais de Sousa Bezerra de Menezes, Silvana Carneiro Maciel, André Faro

CAPÍTULO 5

FILHOS DO CORAÇÃO: PANORAMA DOS ESTUDOS ACERCA DAS ATITUDES FRENTE À ADOÇÃO

Autores: Patrícia Nunes da Fonseca, Tamiris da Costa, Brasileiro, Jérssia Laís Fonseca dos Santos, Clara Lohana Cardoso Guimarães, Ricardo Neves Couto, Valdiney Veloso Gouveia

116

CAPÍTULO 6

O PROCESSO SAÚDE-DOENÇA NO CONTEXTO DA PSICOLOGIA SOCIAL: VULNERABILIDADES E PERCEPÇÕES EM SAÚDE

Autores: Ana Alayde Werba Saldanha, Lidianny do Nascimento Gonçalves Braga, Isabelle Tavares Amorim, Josevânia da Silva e Otavio Pinho Neto

134

CAPÍTULO 7

O NOVO MUNDO DO TRABALHO NO CINEMA: UMA ANÁLISE DO FILME EU, DANIEL BLAKE, DE KEN LOACH

Autores: Ivo Júnior Celestino Ferreira, Anísio José da Silva Araújo, Paulo César Zambroni de Souza

152

CAPÍTULO 8

AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: O CENÁRIO ENTRE 2009 E 2017

Autores: Maria de Fatima Pereira Alberto, Rafaela Rocha da Costa, Ellen Cristina Medrado dos Santos e Ana Lúcia dos Santos

172

CAPÍTULO 9

NEUROSCIÊNCIA COGNITIVA SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Autores: Natanael Antonio dos Santos, Paloma Cavalcante
Bezerra de Medeiros, Michael Jackson Oliveira de Andrade

206

CAPÍTULO 10

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS ACERCA DA PSICOLOGIA DA MÍDIA

Autores: Isabella Leandra Silva Santos, Tailson Evangelista
Mariano, Carlos Eduardo Pimentel, Amanda Nunes do
Nascimento

238

CAPÍTULO 11

ANÁLISE DE CONTEÚDO DE LETRAS DE MÚSICAS DE ROCK, FUNK, MÚSICA RELIGIOSA E POP MUSIC

Autores: Amanda Barros de Abreu, Carlos Eduardo Pimentel,
Maria Helena Venâncio de Vasconcelos, Alessandro Teixeira
Rezende, Isabella Leandra Silva Santos

256

SOBRE OS AUTORES

276



PREFÁCIO

LEONCIO FRANCISCO CAMINO

Professor Emérito da UFPB

A leitura dos trabalhos desta coletânea, destinada a mostrar o que atualmente se está produzindo no programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS) da UFPB, me trouxe lembranças dos já longínquos anos de 1974 e 1975, período no qual um grupo de jovens psicólogos (alguns dos quais ainda estão por aqui, bem menos jovens, enquanto outros lamentavelmente já partiram) debatia as condições em que seria possível criar com sucesso o curso de Psicologia na Universidade Federal da Paraíba. Embora existisse uma grande demanda de público e bastante interesse por parte da administração de atendê-la, preocupavam-se, fundamentalmente, com dois grandes problemas: como se realizariam as futuras contratações de professores durante o período de implantação do curso; e qual seria a perspectiva que o novo curso adotaria.

O primeiro problema surgia da dificuldade existente nesse período de encontrar professores formados em Psicologia. Os poucos cursos de Psicologia no Nordeste eram relativamente novos e estavam em implantação. Só o curso da Universidade Católica de Pernambuco tinha algumas poucas turmas já formadas. Esses cursos passavam por dificuldades em montar um quadro de professores devidamente habilitados, pois boa parte de seus profissionais não tinha formação em Psicologia dado que esta enquanto profissão havia sido reconhecida recentemente. Muitos dos professores provinham de outros cursos como educação, filosofia, psiquiatria, etc. Por tanto os profissionais formados em Psicologia disponíveis na região eram muito poucos e tinham pouca ou nenhuma experiência de ensino, certamente não tinham cursado nenhum tipo de pós-graduação.

Mas, havia uma peculiaridade na história da UFPB, a de ter sido escolhida pelo governo militar para ser piloto na implantação da Reforma Universitária de 1968 e este fato influenciou bastante a sua expansão. A reforma de 1968 substituiu o sistema de cátedras (professores catedráticos responsáveis por uma disciplina) pelo de departamentos e as Faculdades isoladas pelos Centros. Ela adotou a estrutura do modelo americano na administração e na estrutura física (os Campi Universitários). No que se refere ao aspecto curricular, à reforma introduziu naquele período o conceito de ciclo básico composto de três semestres. Estas novas exigências, mas o fato de anteriormente terem sido cassados vários professores, obrigaram as universidades escolhidas como piloto a proceder a um grande número de contratações. A UFPB, a partir de 1969 – 1970 foi procurar para a área de ciências humanas (sociologia, filosofia e psicologia) jovens profissionais fazendo pós-graduação fora. Explica-se assim a presença de alguns pós-graduados entre os jovens psicólogos encarregados de desenvolver o novo curso de Psicologia.

A dificuldade exposta anteriormente, conseguir no nordeste profissionais qualificados, junto com a qualificação acadêmica dos novos membros do recém-criado departamento de psicologia levaram estes profissionais a pensar numa iniciativa bastante inovadora: a de montar um curso de pós-graduação, concomitante ao curso de graduação. Apesar das resistências administrativas (o critério fundamental para a criação de um curso de pós-graduação era a existência de um curso de graduação já bem estabelecido), conseguiu-se em 1975 criar a pós-graduação em Psicologia, que, pouco tempo depois, foi viabilizando paulatinamente

o ingresso de jovens professores com melhor formação no curso de graduação. Pode-se afirmar no caso da Universidade Federal da Paraíba que a graduação e a pós-graduação nasceram quase simultaneamente, constituindo-se assim num fato inédito até agora nos processos dos criação de cursos de graduação em Psicologia.

Se se considerava naquele período a criação de um curso de pós-graduação essencial ao bom desenvolvimento do curso de graduação que estava sendo implantado, tornava-se também fundamental avaliar qual seria a perspectiva teórica dessa pós-graduação. Nos anos 1970 a Psicologia no Brasil estava dividida em duas perspectivas: a Clínica (principalmente a Psicanálise e a Abordagem Centrada na Pessoa) e a Experimental de forte tendência Behaviorista (naquele período os cursos deviam possuir laboratórios com as Gaiolas de Skinner).

Sabe-se que a Psicologia nasceu no final do século XIX a partir de várias fontes de pensamento (filosofia, fisiologia, psiquiatria, sociologia etc.) e em cada uma dela existiam diferentes perspectivas, às vezes até contraditórias. Considerando que esta variedade de perspectivas constitui a riqueza da Psicologia, decidiu-se elaborar uma pós-graduação onde coubessem tanto perspectivas centradas na elaboração teórica como abordagens preocupadas com atividades de extensão profissional que atingissem a comunidade. Para isto, se pensou num programa com duas áreas de concentração. Uma área de concentração, a Teórico-Experimental, pretendia constituir uma base onde se desenvolvessem pesquisas nos diversos campos tradicionais da Psicologia: aprendizagem, desenvolvimento, social etc. e a outra área, a Psicologia Comunitária,

onde, a partir de uma formação teórica e metodológica, pudessem se enquadrar atividades dirigidas à saúde e/ou organização comunitária. Pretendia-se assim fugir da dicotomia estéril, dominante naquele período, entre Psicologia Clínica e Psicologia Experimental, adotando uma perspectiva que respeitava a tradição da Psicologia de ter-se constituído a partir da diversidade ao mesmo tempo que adotava uma visão inovadora e engajada do papel da Psicologia na sociedade contemporânea.

A ideia subjacente a criação de uma área de concentração em Psicologia Comunitária era de possibilitar pensar diversas formas de ação da Psicologia Social: na saúde e/ou na organização popular¹. Considerava-se que tradição e inovação não se contrapõem, pelo contrário se enriquecem.

O leitor estará a esta altura se perguntando o porquê desta longa e saudosista introdução. O fato é que a leitura desta coletânea me levou a constatar que as ideias de 1974 - 75 que acompanharam a criação dos cursos de graduação e de pós-graduação mostraram-se muito, mas muito certas e que ainda continuam a orientar a Psicologia na UFPB. Por um lado o fato de ter-se insistido numa política de desenvolvimento da Psicologia a partir do desenvolvimento da pós-graduação mostrou-se ser uma decisão correta. Por exemplo, boa parte dos autores desta coletânea, professores e alunos, foi formada na graduação em Psicologia da UFPB. Não se pode negar que no Brasil existe certa tensão entre a graduação e a pós-graduação, por razões que não vêm ao caso discutir aqui, mas

1 Vale à pena lembrar que a Psicologia Comunitária começou a se difundir no Brasil finais dos anos 1970.

o fato de existir uma política forte de desenvolvimento da pesquisa na graduação através dos programas de Iniciação Científica (PIBIC e PIVIC) tem colocado as atividades acadêmicas, no Brasil, num patamar bastante superior ao da maioria dos países da América Latina. Na UFPB, esta relação entre a graduação e a pós-graduação, já apontada pelo curso de Psicologia desde 1975, começou a ser fomentada institucionalmente desde 1996 com os encontros de Iniciação Científica². De fato a grande qualidade destes capítulos, escritos por professores da pós-graduação e por alunos que em sua grande maioria provém da graduação da UFPB, mostram claramente a importância e a eficiência de se estabelecer uma relação estreita entre os dois níveis de ensino.

Por outro lado, a diversidade e a riqueza de abordagens e de temas desta coletânea mostram que a força da produção no campo da psicologia está precisamente em manter intercâmbio contínuo e dialético entre as diversas tendências da Psicologia. Finalmente a relação que a maioria dos capítulos desta coletânea estabelece com problemáticas sociais mostra que as ideias que acompanharam a criação do programa da pós-graduação em Psicologia da UFPB, as de juntar uma formação teórica e metodológica seria com as preocupações sociais, constituíam o caminho correto para desenvolver uma pós-graduação séria e competente. De fato a diversidade de temas e de abordagens é enorme e representa

2 Vale também lembrar que nos primeiros Encontros de Iniciação Científica realizados na UFPB, bolsistas PIBIC do curso de Psicologia ganharam os primeiros prêmios na área de Ciências Humanas.

de alguma maneira a diversidade de projetos que constituíram na sua origem a Psicologia Social (CAMINO & TORRES, 2013).

Assim, nesta coletânea encontram-se alguns trabalhos que podem ser classificados numa das duas propostas fundamentais de abordagem do social: o social se explicaria a partir do indivíduo ou o indivíduo só poderia ser explicado a partir do social. Assim temos num extremo deste leque, os capítulos 9 e 1 que analisam processos psicológicos individuais clássicos e seu papel no desenvolvimento das relações sociais e no outro extremo os capítulos 7, 10 e 11 que estudam, desde uma perspectiva sociopsicológica, produções humanas como arte e meios de comunicação e seus papéis na formação da subjetividade. No meio deste leque variado de trabalhos encontram-se, por um lado os capítulos 2, 3, 4 e 5, que analisam conceitos psicossociais clássicos como preconceito e atitudes, mas reformulados nas perspectivas das relações intergrupais e das representações sociais dos anos 1960 - 1970, mostrando os papéis que eles desempenham na manutenção das injustiças e das enormes disparidades sociais existentes na nossa sociedade. Por outro lado os capítulos 6 e 8 analisam criticamente as políticas públicas destinadas a atender essas injustiças, mostrando claramente as insuficiências destas para atingir os objetivos que seriam os próprios de uma sociedade democrática e igualitária. Esta coletânea constitui-se assim num excelente mostruário das diversas abordagens da Psicologia Social que permitem entender melhor a complexidade do ser humano e de responder mais eficientemente as demandas sociais.

Por um lado na coletânea existem trabalhos que acompanham a perspectiva clássica da psicologia europeia dos finais do século XIX que pretendia explicar o social a partir do individual. Assim no Capítulo 9 “**Neurociência Cognitiva Social: desafios e perspectivas**” pretende-se mostrar a utilidade de procedimentos e métodos das neurociências no estudo de processos psicológicos. Mais especificamente, o capítulo analisa os resultados do uso desta abordagem em processos psicossociais como: percepção social, influência social, identidade social, atitudes, moral e valores humanos, preconceito e estereótipos, empatia, etc. mostrando a utilidade desta abordagem. Na mesma abordagem geral, embora na perspectiva da Psicologia Social desenvolvida nos EUA a partir das ideias de F. Allport (1920), os autores do Capítulo 1 “**Valores Humanos: Formação, Mudanças e funções**”, pretendem mostrar o papel dos componentes biológicos, que constituem a hierarquia das necessidades humanas, no desenvolvimento do que se denominam de valores sociais. Neste empreendimento apoiam-se nos resultados empíricos tanto de seus próprios estudos como os de outros autores.

Outros estudos desta coletânea, utilizando a noção de atitudes como construtos ou representações sociais, pretendem analisar o porquê da persistência de uma mentalidade preconceituosa em nossa sociedade. Assim os autores do Capítulo 2 “**Bolsa família e preconceito racial**” mostram num estudo empírico muito bem desenvolvido que a resistência ao programa Bolsa Família, não é só um opinião política, mas possui elementos do preconceito racial, embora o preconceito racial esteja formalmente proibido em nossa sociedade. No Capítulo 3 “**Preconceito**

frente às pessoas com transtornos mentais em tempos de inclusão social” os autores mostram que mesmo num ambiente universitário, supostamente progressista, ainda existem atitudes preconceituosas em relação às pessoas com problemas mentais. De fato constatam num estudo empírico que ainda persiste entre os estudantes a percepção de que os doentes mentais são pessoas perigosas e agressivas. Os autores do Capítulo 4 “**Obesidade e Preconceito: reflexões a luz da Teoria das representações sociais**” assinalam que a obesidade é o resultado de inúmeros fatores. Mesmo assim constatam que a sociedade tem construído uma representação da obesidade como problema de descontrole na alimentação e/ou resultado de uma vida sedentária. Esta percepção tenderia a culpabilizar os obesos pela sua condição física. Finalmente no Capítulo 5 “**Filhos do coração: panorama dos estudos acerca das atitudes frente à adoção**” os autores fazem um revisão bastante ampla da literatura psicossocial sobre a adoção. Embora no contexto brasileiro, além das causas naturais, a extrema pobreza colabora para a existência de uma grande população infantil precisando de um lar. Os autores mostram que a adoção é lamentavelmente marcada por mitos e preconceitos, o que dificulta enormemente os processos de adoção.

Dois estudos desta coletânea retomam um tema que atualmente é muito querido pelos psicólogos: as políticas públicas. O que pensar delas na perspectiva da psicossociologia? O capítulo 6 “**O Processo Saúde-Doença no contexto da Psicologia Social**” aponta um aspecto muito interessante das políticas públicas na área da saúde, a contradição existente entre o relativo idealismo do Sistema Único de Saúde (SUS) e

a forma concreta de atuação do SUS real. Os autores postulam que seria importante conhecer as construções psicossociais dos atores que fazem o SUS para entender melhor o SUS real. Realizam esta tarefa com sucesso a partir do conceito de vulnerabilidade no estudo do AIDS. Já o Capítulo 8 ***“As estratégias de enfrentamento ao trabalho infantil pela política de assistência social: o cenário entre 2009 e 2017”*** tem como finalidade analisar duas estratégias de enfrentamento ao trabalho infantil no período entre 2009 e 2017 a partir da percepção dos gestores e equipe técnica: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV). Embora o trabalho infantil possua origens socioculturais e históricas que em algumas culturas o naturaliza, atualmente constitui uma situação negativa para as crianças e adolescentes submetidos a este processo. No Brasil, a partir da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, a inserção precoce das crianças e adolescentes no mundo do trabalho passou a ser reconhecido pela legislação como um problema, criando-se, para remediá-lo, as estratégias do PETI e do SCFV. Para analisar estas duas estratégias elaboraram-se duas pesquisas a fim de analisar as percepções dos agentes a partir de perguntas abertas e fechadas. No que concerne ao PETI, os agentes consideraram que a sua principal contribuição se deu no sentido de reduzir o trabalho infantil, embora não o erradicasse. Além disso, o programa contribuiu com a melhoria da autoestima das crianças e adolescentes. No que concerne ao SCFV a maioria dos participantes concordava que o trabalho infantil interferia muito na educação, mas não detalhavam como este programa

contribuía na prática para a escolarização das crianças e adolescentes. Quando os agentes dos dois programas eram questionados sobre as dificuldades respondiam que a principal era a falta de profissionais capacitados, mas faziam referência também as dificuldades criadas pelas próprias crianças e pelas famílias. Não eram as estratégias que estavam em questão, mas sua realização. Aparece também neste capítulo a dissociação entre a política pública ideal e a execução real.

Os autores do Capítulo 10 “*Considerações introdutórias acerca da Psicologia da Mídia*” definem a Mídia como qualquer forma de difusão de experiências e comunicações, através das impressas escrita, televisada e virtual. Assim, a Psicologia da Mídia seria a área que estuda processos psicológicos, comportamento e relações sociais envolvidas na interação dos sujeitos com a mídia. Embora os autores afirmem tratar-se de um campo relativamente recente, mas seguindo de fato uma tradição antiga, eles reconhecem que o aspecto que mais atenção tem despertado é o estudo dos processos e efeitos da mídia, ou em outras palavras, o estudo da influência dos meios de comunicação de massa no comportamento dos espectadores³. Após uma interessante revisão

3 Vale a pena lembrar que na década de 1960, em pleno período de expansão da TV, os psicólogos sociais preocuparam-se pela influência negativa desta no comportamento dos espectadores (Bandura, Ross & Ross, 1963; Berkowitz, 1964). Esta preocupação levou ao Ministério de Saúde dos EUA a financiar e publicar em seis volumes um conjunto de estudos sobre o tema “Televisão e Comportamento Social” (Communications Subcommittee, 1972). E na onda da nostalgia gostaria de lembrar que uma das primeiras dissertações defendidas em nossa pós-graduação foi a da professora, já aposentada do Departamento de Psicologia da UFPB, Maria Carmem B. Coelho, em 1983, com o título “*Estudo Sobre Atitude Pró-agressiva dos adolescentes pela Observação de Programas Violentos na Televisão*”.

da bibliografia contemporânea os autores retomam a ideia bastante difundida de que se alguém controla a mídia controlaria também a mente das pessoas. Concluem, portanto que nada mais lógico do que a Psicologia procurar compreender até que ponto essa afirmação é verdadeira e quais os pontos negativos e positivos que podem ser pensados a partir dela.

Tentando responder em parte a esta inquietude, o capítulo 7 “**O novo mundo do trabalho no Cinema: uma análise do filme – Eu, Daniel Blak – de Ken Loach**” pretende analisar a obra citada no título utilizando o método desenvolvido pelo crítico da literatura –Antônio Candido – para quem os elementos analisados tem que estar sugeridos no todo da obra, no seu interior, sem, por tanto, ignorar os aspectos históricos e sociais sem os quais não se pode apreender o próprio sentido da obra estudada. O contexto onde se desenvolve o drama caracteriza-se pelo atual processo de flexibilização laboral, cujas consequências na vida do trabalhador são minuciosamente descritas na vida de Daniel Blake. Parte-se assim de uma perspectiva individual, a vida de Blake, para refletir de que forma o desmonte do Estado do Bem Estar Social afeta a vida dos trabalhadores. Os autores concluem que esta situação não deve ser (e não é) ignorada pela Psicologia Social do Trabalho, sendo o seu maior desafio entender seu papel e sua contribuição neste processo.

Finalmente o Capítulo 11 “**Análise de conteúdo de letras de músicas de Rock, Funk, música religiosa e Pop Music**”, parte do suposto de que a música é uma manifestação cultural inserida na vida diária das pessoas e que, por tanto, participa nos processos de configuração de identidade pessoal e grupal. Os autores apresentam estudos onde

se constata que a preferência por estilos musicais como Heavy Metal e Rap estariam relacionadas com comportamentos antissociais, enquanto que a música religiosa e a Pop Music se relacionam negativamente com comportamentos antissociais. Os autores consideram que o estudo do conteúdo das músicas contribuiria para entender melhor o impacto dessa mídia no consumidor. Para isto realizaram um estudo com 40 letras de música (Rock, Funk, Gospel e Pop Music). Usando a Análise Lexográfica clássica e a Análise de Similitude onde observaram que as letras da Pop Music e do Gospel apresentaram pouca ou nenhuma referência a comportamentos agressivos, sexuais e de uso de drogas. Pelo contrário na Pop Music as mensagens estavam associadas ao amor e as de Gospel estavam sempre ligadas a Deus. Já no Rock e no Punk, embora existissem menções ao amor, predominam as alusões a comportamentos agressivos e sexuais. Os autores concluem afirmando que estes resultados confirmam as hipóteses levantadas pela literatura do tema.

Temos nesta introdução a apresentação dos os diversos capítulos que compõem esta coletânea procurando mostrar como estes diferentes trabalhos se encaixam no complexo mosaico de perspectivas teóricas e metodológicas que constituem a arena de debates da Psicologia. Foi a constatação desta diversidade de enfoques que trouxe as lembranças, com muita satisfação, das ideias que guiaram a criação dos cursos de Psicologia, Graduação e Pós-graduação. E a satisfação foi ainda maior ao observar que nestes trabalhos, de uma maneira ou de outra, existem preocupações pelo social. Mas todos os autores confiam que o aprofundamento dos estudos permitira encontrar, como falou o sábio

Dadá Maravilha Peito de Aço, a tão desejada “*solucionática*” para a atual problemática.

Referências

ALLPORT, F. H. *Social Psychology*. Boston, Houghton, Mifflin, 1920.

BANDURA, A., ROSS, D., & ROSS, S. Imitation of film-mediated aggressive models. *Journal of abnormal and social behavior*, 66, 3-11. 1963.

BERKOWITZ, L. The effects of observing violence. *Scientific American*, 210, 35-41, 1964.

CAMINO L. & TORRES A. R. Origens e Desenvolvimento da Psicologia Social. In: CAMINO, L.; TORRES, A. R.; LIMA, M. E. & PEREIRA, M E. (Org.). *Psicologia Social: Temas e Teorias*. 2ed. Brasília: TechnoPolitik, pp. 23-99, 2013.

COELHO M. C. “*Estudo Sobre Atitude Pró-agressiva dos adolescentes pela Observação de Programas Violentos na Televisão*”. Dissertação do PPGPS da UFPB, 1983.

COMMUNICATIONS SUBCOMMITTEE. *Hearings on the Surgeon General’s Report by the Scientific Advisory Committee on Television and Social Behavior*. Serial No. 92-52 Washington; U. S. Government Printing Office, 1972.



CAPÍTULO 1

VALORES HUMANOS: FORMAÇÃO, MUDANÇAS E FUNÇÕES

Valdiney Veloso Gouveia

Patrícia Nunes da Fonseca

Shanmukh Vasant Kamble

Renan Pereira Monteiro

Nájila Bianca Campos Freitas

Heloísa Bárbara Cunha Moizéis

Patrícia Albuquerque Medeiros

Diversos são os construtos em Psicologia Social que se fazem presentes na linguagem cotidiana (e.g., atitudes, crenças, ideologias, personalidade). Não obstante, poucos têm tido um papel tão central no sistema cognitivo como os valores humanos, que mesclam elementos biológicos, culturais, neurológicos e sociais (ARAÚJO, 2013; ATHAYDE, 2015; GOUVEIA, 2013, 2016). Os valores não são apenas palavras ensinadas às crianças, mas princípios-guia importantes, capazes de moldar o pensamento e a ação humana.

Não se confunda, entretanto, valores com o que se refere à valência. Os valores não são qualidades de objetos, nem os objetos, instituições ou ideias em si. São princípios mais gerais, categorias de orientação. Falar em valores da família, valores organizacionais ou valores políticos, por exemplo, é descaracterizar este construto. Os valores transcendem situações, objetos e instituições; por exemplo, beleza, enquanto valor, não é um atributo específico de pessoa ou objeto, mas princípio geral que demanda se guiar pela busca da beleza em artes, músicas, literatura, etc.

Apesar da relevância dos valores, consagrada, sobretudo a partir dos anos 1970 e 1980, mesmo depois de 100 anos dos estudos iniciais que os consideraram (THOMAS; ZNANIECKI, 1918), perduram questões essenciais a respeito, a exemplo de sua formação, mudança e funções. Este capítulo objetiva, precisamente, abordar estas questões, fomentando ao leitor uma compreensão mais acurada dos valores, diferenciando-os, inclusive, de outros construtos.

Formação dos Valores

É comum que as pessoas se questionem de onde vêm ou como são formados os valores humanos. Por vezes, a questão principal é decidir se eles têm uma base mais social ou biológica. Há quem sugira, por exemplo, que os valores são socialmente construídos, sendo mais sócio-históricos e contextualizados (PEREIRA; CAMINO; COSTA, 2004). Entretanto, parece mais consensual admitir que eles suscitam um componente mais biológico, representando necessidades humanas (GOUVEIA, 2013; ROKEACH, 1973).

Mesmo teorias que procuram tratar os valores como culturais consideram que os valores têm fundamentação biológica, espelhando suas medidas em necessidades específicas (HOFSTEDE, 1984; INGLEHART, 1977). Por exemplo, o modelo de Ronald Inghelart considera dois tipos de valores: *materialistas* e *pós-materialistas* (inicialmente eram tratados como polos de uma mesma dimensão de orientação cultural valorativa), que representam as necessidades mais básicas (e.g., segurança, estabilidade econômica) e altas (e.g., conhecimento, estima), respectivamente.

Apesar de os estudos dos anos 1950, incluindo os de natureza mais sociológica, já denotarem a natureza biológica dos valores humanos, tratados como representações cognitivas de necessidades (ver, por exemplo, PARSONS; SHILS, 1951), foi a partir do final dos anos 1960 que esta perspectiva se fez mais recorrente, sobretudo a partir dos trabalhos de Milton Rokeach. Em sua obra fica evidente a ideia de necessidades como fonte dos valores (ROKEACH, 1973), o que foi posteriormente retomado por Shalom House Schwartz quando propôs sua teoria universal dos

valores (SCHWARTZ; BILSKY, 1987). Não obstante, este autor não se prendeu a um conjunto específico de necessidades, desenvolvendo diferentes tipologias ou conjuntos de valores em razão de evidências empíricas (GOUVEIA; MILFONT; GUERRA, 2014a).

A *teoria funcionalista dos valores*, provavelmente depois da teoria que propôs Inglehart (1977), foi a que mais diretamente destacou o papel das necessidades como elemento central para explicar a origem dos valores. Não somente indicou que os valores são representações cognitivas das necessidades humanas – uma de suas funções principais –, como procurou diferenciá-los em razão das necessidades mais materialistas e pragmáticas (e.g., necessidades fisiológicas de alimento, água) e aquelas mais idealistas ou humanitárias (e.g., pertencimento, conhecimento) (GOUVEIA, 2013; GOUVEIA *et al.*, 2008).

Apesar do anteriormente comentado, não se pode desprezar também a evidência de que os valores têm uma base genética. Embora não haja uma determinação genética, há uma contribuição deste tipo em alguns valores, principalmente os de realização (ARAÚJO, 2013). Isso reforça a natureza mais biológica dos valores e, certamente, denota elementos evolucionistas, que podem explicar a razão de valores mais pessoais (e.g., experimentação, realização) se pautarem em estratégias de vida mais rápidas, enquanto os sociais são mais característicos de pessoas que adotam estratégias de vida mais lentas (JONASON *et al.*, 2018).

O conjunto de evidências parece demonstrar que os valores humanos têm mesmo uma base biológica. Contudo, mesmo admitindo carga genética de alguns deles, não se pode desprezar que o conjunto dos que

hoje conhecemos é fruto de um largo processo histórico. Impossível à humanidade testemunhar o nascimento de um valor; milhares de anos decorrem até que algum novo possa ser incorporado, presumindo-se, entretanto, que o novo valor se acomode em uma estrutura universal dos valores, a exemplo das que propõem autores contemporâneos (GOUVEIA *et al.*, 2014a; SCHWARTZ *et al.*, 2012).

Os valores vão se formando como diamantes, incorporando vestígios da cultura, princípios e práticas que têm sido bem sucedidos. Não se pode perceber sua evolução no transcurso de uma geração, nem mesmo de um ou dois séculos; muitos anos mais serão necessários. Isso impede de aceitar ideias como “novos valores”, “valores das gerações atuais” ou “surgimento de valores” para tratar atitudes adotadas por certos grupos em determinados contextos, remetendo-se, por exemplo, a conflitos entre gerações passadas e presentes.

A dimensão espaço-temporal, embora não possa ser relativizada, é menos preponderante para explicar a existência de um conjunto de valores (GOUVEIA, 2013). Presumivelmente, em todos os tempos – ao menos os que têm implicações mais diretas na civilização presente – e lugares – incluindo os cinco continentes – é possível identificar uma estrutura equivalente dos valores humanos. De acordo com a *teoria funcionalista dos valores*, deveriam existir seis valores básicos, tipos de valores ou subfunções valorativas, que se organizariam de acordo com duas dimensões ou eixos dos valores (GOUVEIA *et al.*, 2015a): (1) *tipo de orientação* (círculo de metas): *peçoal* (o indivíduo por ele mesmo, tendo foco intrapessoal), *central* (o propósito geral da vida) e *social* (o indivíduo

na comunidade, tendo foco interpessoal); e (2) *tipo de motivador* (níveis de necessidades): *materialista* (concebe a vida como fonte de ameaças a serem superadas) ou *humanitária* (considera a vida como fonte de oportunidades a serem vivenciadas), como representado na Figura 1 a seguir.

Figura 1. Dimensões, subfunções e valores específicos

		Valores como guias de ações (círculo de metas)		
		<i>Metas pessoais</i> (o indivíduo por si mesmo)	<i>Metas centrais</i> (o propósito geral da vida)	<i>Metas sociais</i> (o indivíduo na comunidade)
Valores como expressão de necessidades (níveis de necessidades)	<i>Necessidades humanitárias</i> (a vida como fonte de oportunidades)	Experimentação Emoção Prazer Sexualidade	Suprapessoal Beleza Conhecimento Maturidade	Interativa Afetividade Apoio Social Convivência
	<i>Necessidades materialistas</i> (a vida como fonte de ameaças)	Realização Êxito Poder Prestígio	Existência Estabilidade Saúde Sobrevivência	Normativa Obediência Religiosidade Tradição

Os seis valores básicos são *experimentação*, *realização*, *existência*, *suprapessoal*, *interativo* e *normativo*. Espera-se que eles sejam aproximadamente os mesmos em todos os tempos e lugares, embora se admita que poderão variar os valores específicos que os representam. Por exemplo, *experimentação* tem sido comumente representado pelos

valores específicos *emoção, prazer e sexualidade*; porém, um ou mais deles poderá ser substituído desde que não mude o significado de *experimentação*, que combina orientação pessoal e motivador humanitário, sugerindo buscar atividade, não estar parado, desfrutar do prazer em termos gerais. Neste sentido, caberia substituí-lo por valores específicos como vida estimulante, vida variada e desfrutar de risco, por exemplo.

Esta estrutura e os seis valores básicos têm sido reproduzidos, inclusive, quando se emprega um conjunto de valores específicos diferentes, incluindo em grupos (e.g., crianças, adolescentes, adultos) e nacionalidades (e.g., Brasil, Nova Zelândia, Reino Unido) diferentes. Prova disso, recentemente se testou esta teoria funcionalista dos valores empregando o PVQ-20, medida proposta por S. H. Schwartz, considerando amostras aleatórias de participantes europeus (GOUVEIA; MILFONT; GUERRA, 2014b).

Que a estrutura dos valores e os valores básicos possam independender de tempo e espaço, não se pode imaginar que as pessoas não mudam seus valores ou, mais adequadamente falando, a importância que dão a determinados valores. Deste modo, não se poderia imaginar que os valores mudassem, mas sim sua prioridade na vida das pessoas.

Mudança de Valores

Falar em mudança de valores parece suscitar que os valores são algo muito específico, circunscritos a determinado contexto. Não obstante, previamente pareceu claro que, diferentemente desta posição mais

sócio-histórica, entende-se que os valores, aproximadamente, têm sido os mesmos em todas as culturas e em todos os tempos. Entretanto, é recorrente a ideia de que se tem perdido valores, que a geração presente já não tem os valores de antigamente ou vivemos um conflito de valores. Todas estas questões derivam, majoritariamente, de uma concepção leiga acerca dos valores.

Como metais preciosos, a exemplo de diamante e ouro, os valores presentes não surgiram por ação divina ou ato súbito; foram necessários milhares de anos até moldá-los, embora, há que insistir, sempre se acomodando em estrutura como a delineada na Figura 1. Portanto, o que muda não são os valores humanos, mas a prioridade ou importância que eles têm para as pessoas, que pode depender de muitos fatores, incluindo aqueles de origem interna e mesmo as pressões sociais.

É importante que se diga que, diferentemente das atitudes, que são mais específicas, voltadas para um objeto determinado e mais facilmente modificável, os valores são princípios gerais, não estando limitado a um objeto, sendo mais resistente à mudança do que as atitudes, porém menor que os traços de personalidade. Não significa, reiteramos, que os valores ou suas prioridades não mudem. Existem ao menos cinco elementos que podem facilitar a mudança da prioridade que os valores têm na vida das pessoas: *priming*, adaptação, identificação, manutenção de consistência e persuasão direta (BARDI, GOODWIN, 2011).

Embora o *priming* seja listado, não parece ser um elemento principal na modificação de prioridades valorativas. Por exemplo, Gardner, Gabriel e Lee (1999) instruíram seus participantes a realizarem tarefas

focadas em “eu” ou “nós” e a ler histórias em que uma pessoa tomou uma decisão pautada em sua realização pessoal (suscitando valores individualistas) ou suas obrigações familiares (endosso de valores coletivistas), respectivamente. No final, avaliou-se a importância que os participantes atribuíam aos valores, observando-se resultados consistentes, isto é, em condições de valores individualistas, priorizaram mais valores pessoais (e.g., realização, poder), enquanto que naquelas coletivistas foram priorizados mais valores sociais (e.g., conformidade, tradição).

Um exemplo de adaptação se observa no estudo de Gouveia *et al.* (2015). Considerando amostra com mais de 30 mil participantes, estes autores procuraram conhecer se e quando os valores humanos mudam ao longo dos anos, ademais avaliarem se o sexo poderia ter um papel nessa mudança. Seus achados indicaram que, consoante com a concepção de que a pessoa passa por diferentes estágios de desenvolvimento, implicando, inclusive, modificações biológicas e de papéis sociais, os valores mudam para permitir que a pessoa se adapte. Por exemplo, enquanto os valores de experimentação são mais priorizados por adolescentes e jovens adultos, entre pessoas mais velhas eles teriam menos importância, principalmente em razão da redução da mobilidade e os danos que adviriam de se envolver em condutas de risco. As mudanças neste valor humano básico são mais evidentes para as mulheres, que são ainda mais reticentes em adotá-los na terceira idade.

No plano mais cultural, Inglehart (1977) foi outro que demonstrou que as prioridades valorativas podem mudar para se adaptar a determinado contexto. No caso, ele associou esta mudança às condições de vida

das pessoas, considerando duas hipóteses: *escassez*, isto é, as pessoas dão mais importância ao que não dispõem, e *socialização*, que indica que mesmo tendo recursos no presente, as pessoas pautam seus valores em condições nas quais foram socializados na infância-adolescência. Portanto, mesmo que uma pessoa viva no presente em contexto de abundância, seguirá dando importância a valores materialistas, caso tenha enfrentado em sua socialização condições de escassez. Fischer, Milfont e Gouveia (2011) demonstram que o contexto social pode, em alguma medida, afetar a organização espacial dos valores, sobretudo em relação à dimensão tipo de motivador, acentuando o papel do processo de adaptação.

Rokeach (1973) realizou dezenas de estudos experimentais para demonstrar que os valores podem mudar, sobretudo quando se gera um estado de desconforto subjetivo ou desequilíbrio na pessoa. Seu método de autoconfrontação nada mais significou que levar a pessoa a ter consciência de que seus valores diferiam daqueles de membros de seu grupo de pertença, levando-a a mudar para ser consoante com sua identidade grupal. Deste modo, parecem evidentes os mecanismos de busca de manutenção de constância cognitiva e identificação. Ademais dessa possibilidade, Gecas (2000) sugere que identidades sociais centrais se internalizam no indivíduo como valores, de modo que estes podem mudar como resultado da mudança de identificação. Este pode ser o caso, por exemplo, quando a pessoa ingressa em determinado curso universitário, passando a incorporar seus valores principais (KASSER; AHUVIA. 2002).

Outra possibilidade de mudar as prioridades valorativas é em razão da persuasão direta, que pode ser realizada por meio de mensagens em mídias (e.g., TV, rádio, internet), programas educacionais, programas de socialização em valores que a organização pretende inculcar em seus trabalhadores etc. A propósito, talvez o programa de maior impacto tenha sido levado a cabo por Ball-Rokeach, Grube e Rokeach (1984), que o realizaram via uma cadeia fechada de televisão. Elaboraram-se conteúdos a fim de influenciar os telespectadores em suas crenças atitudes e valores (e.g., liberdade, igualdade e um mundo de beleza). Visando testar o método de autoconfrontação de Rokeach (1973) em larga escala, estes autores produziram um programa de televisão de 30 minutos, intitulado *The Great American Test*, confrontando as pontuações dos estadunidenses com as que tinham os telespectadores nos três valores antes citados, esperando que houvesse mudança em suas prioridades. Seus achados revelaram que telespectadores que assistiram toda a programação, sem interrupção, aumentaram a prioridade dos três valores manipulados.

Parece evidente, pois, que os valores podem mudar. Mais especificamente, embora o conjunto de valores, como proposto na Figura 1, possa ser o mesmo em diferentes países (FISCHER *et al.*, 2011; GOUVEIA *et al.*, 2010; SOARES, 2015), o endosso ou a prioridade conferida aos valores pode mudar em razão de diferentes fatores ou decorrentes de diversas condições (BARDI, GOODWIN, 2011). A propósito, esta mudança dos valores não ocorre jamais de modo fortuito, mas tem algum motivo, uma razão específica para acontecer. Isso tem a ver, também, com os

propósitos que os valores têm na vida das pessoas; eles não são socializados de forma aleatória, mas atendendo a determinados requisitos, como pode ser a orientação cultural. Por exemplo, em culturas mais individualistas é importante que se transmitam valores de poder, êxito e prestígio, enquanto naquelas coletivistas os valores mais sociais seriam priorizados, como obediência, tradição e religiosidade (GOUVEIA, 2013; GOUVEIA *et al.*, 2003). Isso remete às funções dos valores, que se discute a seguir.

Funções dos Valores

Embora Schwartz (2014) fale em teorias que tratam das funções dos valores, parece evidente que não existem teorias, mas uma única teoria com este propósito (GOUVEIA *et al.*, 2014B). Especificamente, a *teoria funcionalista dos valores humanos* considera duas funções principais dos valores (GOUVEIA *et al.*, 2008; 2014a): (a) guiar a conduta humana e (b) representar cognitivamente as necessidades humanas. Porém, esta não foi a primeira teoria a discorrer sobre as funções que têm os valores; Rokeach (1973) previamente o havia feito, porém tratou dessas funções em termos genéricos, abrangendo-as em duas categorias: funções como padrões e funções motivacionais.

Como padrões, Rokeach (1973) entendia que os valores poderiam servir de guias da conduta, permitindo a pessoa assumir uma posição diante de uma questão social, favorecê-la a adotar determinada posição política ou religiosa, orientar a apresentação do eu em relação aos

outros, avaliar e julgar ações, fixando responsabilidades e culpa de si e dos outros, comparar a si com outras pessoas e grupos, servir como padrões para persuadir e influenciar os outros e, por fim, permitir racionalizar crenças, atitudes e ações. As funções motivacionais dos valores incluem, aproximadamente, algumas das mais recorrentes nos anos 1960 por pesquisadores dedicados ao estudo das atitudes: ajuste (e.g., obediência, levar-se bem com os outros), defesa do ego (e.g., segurança familiar, segurança nacional) e de autorrealização (e.g., conhecimento, mente aberta).

Apesar do ensaio de Rokeach (1973) acerca das funções dos valores humanos, não se observa em sua obra qualquer implicação prática a respeito. Portanto, apenas se reconhece que os valores têm certas funções, mas sem especificar seu impacto na definição do conteúdo ou da estrutura dos valores humanos. Na obra de Schwartz *et al.* (2012) isso também não é evidente, sendo mais palpável na teoria que propõem Gouveia e seus colaboradores (GOUVEIA *et al.*, 2008; 2014a; 2014b), conforme previamente se indicou. É importante indicar que esta teoria integra as duas categorias de funções propostas por Rokeach (1973), que são tomadas em conta para derivar a estrutura dos valores e mapear o conjunto de valores específicos que permitem operacionalizar os valores básicos, como os de afetividade, apoio social e pertencimento, que servem para operacionalizar o valor interativo, ou beleza, conhecimento e maturidade, que representam os valores suprapessoais.

Os valores, colocados de forma mais prática, servem como um mapa ou uma bússola (em termos mais modernos, podemos falar em

GPS). Representa uma programação de determinada cultura ou sociedade, favorecendo que as pessoas possam se orientar, sabendo como devem agir para que se ajustem. Por exemplo, em uma sociedade coletivista, como o Brasil, dar ênfase acentuada ao poder implicará em conflitos com outras pessoas; espera-se, contrariamente, que valores como afetividade e apoio social são mais apreciados. Por outro lado, em sociedade mais individualista, como os Estados Unidos, priorizar a afetividade pode ser disfuncional, ao passo que se esperaria que fosse dada importância ao êxito.

Favorecendo um padrão acerca de como agir e uma plataforma a partir da qual perceber a realidade e responder a estímulos sociais relevantes, os valores são essenciais à vida humana, embora nem sempre resultem em condutas justas, igualitária, que promovam a democracia. Por exemplo, em contextos em que se adotam em maior medida valores normativos, poder-se-ia esperar o endosso de preconceito e ações discriminatórias frente a grupos minoritários, como poderiam ser os gays e negros (GOUVEIA *et al.*, 2006; 2012). Neste ponto, não seria descabido conceber os valores como uma lente cultural, conferindo a entorno a percepção axiológica que a reveste.

Diante do exposto, os valores têm múltiplas funções, apesar de duas das principais englobarem a maioria delas: guiar o comportamento e representar as necessidades humanas, conforme propõe a teoria funcionalista dos valores (GOUVEIA, 2013; 2016; GOUVEIA *et al.*, 2008; 2014a). Tais funções são a base para representar o universo de valores, incluindo aqueles medidos a partir de outros modelos teóricos

(GOUVEIA *et al.*, 2014b). Além disso, favorecem também que se pense como os valores são formados, inclusive permitindo identificá-los entre nossos ancestrais (ATHAYDE, 2015; GOUVEIA, 2013) ou em razão do mudam, admitindo que transcender a dicotomia pessoa-grupo, focando em valores suprapessoais, é característico de pessoas mais velhas (GOUVEIA *et al.*, 2015).

Conclusão

Discutir sobre formação, mudança e funções dos valores humanos parece essencial; embora estes temas tenham sido tratados em algumas obras (e.g., GOUVEIA, 2013; ROKEACH, 1973), comumente são considerados de forma superficial. O propósito deste capítulo foi contribuir para expandir a compreensão a respeito, resgatando estudos e ideias de autores que têm sido referência na área, como podem ser Gouveia, Hofstede, Inglehart e Schwartz (MAIO, 2017).

A formação de valores não pode ser pensada em termos estritamente sociais; o fator social é importante, sobretudo, para moldar as prioridades valorativas, explicando a razão de alguns valores mudarem para se adaptar ao contexto social (BARDI; GOODWIN, 2011). Porém, a origem dos valores ou sua base é mais biológica, incluindo elementos neurobiológicos e motivacionais (GOUVEIA, 2013).

Quanto à mudança dos valores precisamente, eles não mudam de uma geração a outra ou mesmo no transcurso de um ou dois séculos. O que pode mudar, inclusive sendo influenciado por fatores sociais, políticos

e religiosos, por exemplo, são as prioridades valorativas. Porém, também fatores demográficos, principalmente a idade, tem papel preponderante nessas mudanças. A propósito, haverá que conceber mudança de prioridade tendo em conta modelos mais amplos de desenvolvimento, como o que propõe Erik Erikson, entendendo que as pessoas seguem percurso de mudança, inclusive na terceira idade. Deste modo, é preciso estudar as mudanças nesta fase da vida, que tem sido negligenciada.

No que diz respeito às funções dos valores, elas não são artefatos; existem e podem explicar tanto a organização (estrutura) como o conteúdo dos valores, além de entender o que ocorre quando se maximiza a importância de um valor em detrimento de outros. Neste ponto, embora todos os valores sejam positivos por excelência, podem ter funções, como de proteção do ego, que evidenciam a discriminação de exogrupos, evidente em termos de preconceito e discriminação que sofrem de indivíduos que se apegam a valores pragmáticos e de orientação social, que visam assegurar a manutenção do *status quo*. Acrescente-se que a priorização de uns valores frente a outros, inclusive entre membros de um mesmo grupo, pode resultar em indivíduos desviantes. Isso ocorre, por exemplo, para quem dá demasiada prioridade a valores de realização, porém, nenhuma importância àqueles normativos ou interativos, sendo mais prováveis delinquir (GOUVEIA, 2016).

Em suma, não se pretende com este capítulo esgotar a temática dos valores ou, inclusive, oferecer a última palavra sobre sua formação, como mudam e suas funções. Entretanto, confia-se ter oferecido alguns *insights* acerca de como pensar estas temáticas. Embora existam diversas teorias

a respeito dos valores, incluindo a de S. H. Schwartz (MAIO, 2017), que tem recebido mais destaque na literatura, modelos têm emergido com algum respaldo, favorecendo contribuições adicionais. Este é o caso, por exemplo, da teoria funcionalista dos valores humanos (GOUVEIA *et al.*, 2008; 2014a; 2014b), que tem se mostrado adequado em diversos países, como Egito, Espanha (GOUVEIA *et al.*, 2010) e Reino Unido (HANEL; LITZELLACHNER; MAIO, 2018). O leitor interessado em conhecer algo mais acerca desta teoria poderá escrever para o autor principal deste capítulo ou adicionar ser perfil em redes sociais, onde têm sido postadas informações sobre novas dissertações, teses, livros, artigos etc.

Referências

ARAÚJO, R. C. R. **As bases genéticas da personalidade, dos valores humanos e da preocupação com a honra**. 2013. 190p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

ATHAYDE, R. A. A. **Bases neurais dos valores humanos: efeito da neuromodulação nos valores e comportamentos**. 253p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

BALL-ROKEACH, S.; GRUBE, J. W.; ROKEACH, M. **The great American values test: influencing behavior and belief through television**. New York: Free Press, 1984.

BARDI, A.; GOODWIN, R. The dual route to value change: Individual processes and cultural moderators. **Journal of Cross-Cultural Psychology**, v. 42, n. 2, p. 271-287, 2011.

FISCHER, R.; MILFONT, T. L.; GOUVEIA, V. V. Does social context affect value structures? Testing the intra-cultural stability of value structures with a functional theory of values. **Journal of Cross-Cultural Psychology**, v. 42, n. 2, p. 253-270, 2011.

GARDNER, W. L.; GABRIEL, S.; LEE, A. Y. “I” value freedom, but “we” value relationships: Selfconstrual priming mirrors cultural differences in judgment. **Psychological Science**, v. 10, p. 321-326, 1999.

GECAS, V. Values Identities, Self-Motives, and Social Movements. In: STRYCKER, S; OWENS, T.; WHITE, R. (orgs.), **Self, Identity, and Social Movements**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 93-109, 2000.

GOUVEIA, V. V. **Teoria funcionalista dos valores humanos: Fundamentos, aplicações e perspectivas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

GOUVEIA, V. V. (Org.). **Teoria funcionalista dos valores humanos: Áreas de estudo e aplicações**. São Paulo: Vetor, 2016.

GOUVEIA, V. V.; ANDRADE, J. M.; MILFONT, T. L.; QUEIROGA, F.; SANTOS, W. S. Dimensões normativas do individualismo e coletivismo: é suficiente a dicotomia pessoal vs. social? **Psicologia Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 2, p. 223-234, 2003.

GOUVEIA, V. V.; ATHAYDE, R. A. A.; SOARES, A. K. S.; ARAÚJO, R. C. R.; ANDRADE, J. M. Valores e motivações para responder sem preconceito frente a homossexuais. **Psicologia em Estudo, Maringá**, v. 17, n. 2, p. 215-225, 2012.

GOUVEIA, V. V.; FILHO, M. L. S.; ARAÚJO, A. G. T.; GUERRA, V., M.; SOUSA, D. F. M. S., Correlatos valorativos das motivações para responder sem preconceito. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, n. 3, p. 422-432, 2006.

GOUVEIA, V. V.; SANTOS, W. S.; MILFONT, T. L.; FISCHER, R.; CLEMENTE, M.; ESPINOSA, P. Teoría funcionalista de los valores humanos en España: comprobación de las hipótesis de contenido y estructura. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 44, n. 2, p. 203-214, 2010.

GOUVEIA, V. V.; MILFONT, T. L.; VIONE, K. C.; SANTOS, W. S. Guiding actions and expressing needs: On the psychological functions of values. **Psykhe**, v. 24, n. 2, p. 1-14, 2015a.

GOUVEIA, V. V.; VIONE, K. C.; MILFONT, T. L.; FISCHER, R. Patterns of value change during the life span: Some evidence from a functional approach of values. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 41, n. 9 p. 1276-1290, 2015b.

GOUVEIA, V. V., *et al.* Teoria funcionalista dos valores humanos. In: MENDES TEIXEIRA, M. L. M. (Ed.), **Valores humanos & gestão: Novas perspectivas**. São Paulo: Senac, 47-80, 2008.

GOUVEIA, V. V.; MILFONT, T. L.; GUERRA, V. M. Functional theory of human values: Testing its content and structure hypotheses. **Personality and Individual Differences**, v. 60, p. 41-47, 2014a.

GOUVEIA, V. V.; MILFONT, T. L.; GUERRA, V. M. The functional theory of human values: From intentional overlook to first acknowledgement - A reply to Schwartz. **Personality and Individual Differences**, v. 68, p. 250-253, 2014b.

HANEL, P.; LITZELLACHNER, L. F.; MAIO, G. R. An empirical comparison of human value models. **Frontiers in Psychology**, v. 25, n. 9, p. 1643, 2018.

HOFSTEDE, G. **Culture's consequences: International differences in work-related values**. Newbury Park, CA: Sage, 1984.

INGLEHART, R. **The Silent Revolution. Changing Values and Political Styles among Western Publics**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1977.

JONASON, P. K.; FOSTER, J. D.; KAVANAGH, P. S.; GOUVEIA, V. V.; BIRKÁS, B. Basic values and the dark triad traits. **Journal of Individual Differences**, v. 39, n. 4, p. 220-228, 2018.

KASSER, T.; AHUVIA, A. Materialistic values and well-being in business students. **European Journal of Social Psychology**, v. 32, n. 1, p. 137-146, 2002.

- MAIO, G. **The psychology of human values**. New York: Routledge, 2017.
- MOHAMED, A. A.; ELEBRASHI, R. M.; SAAD, M. A test of the functional theory of human values in Egypt. **The Social Science Journal**, v. 56, n. 1, p. 118-126, 2019.
- PARSONS, T.; SHILS, E. A. (Eds.). **Toward a general theory of action**. Cambridge, MA, US: Harvard University Press, 1951.
- PEREIRA, C; CAMINO, L; COSTA, J. B. Análise fatorial confirmatória do Questionário de Valores Psicossociais - QVP24. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 9, n. 3, p. 505-512, 2004.
- ROKEACH, M. **The nature of human values**. New York: Free Press, 1973.
- SCHWARTZ, S. H. Functional theories of human values: Comment on Gouveia, Milfont, and Guerra. **Personality and Individual Differences**, v. 68, p. 247-249, 2014.
- SCHWARTZ, S. H.; CIECIUCH, J.; VECCHIONE, M.; DAVIDOV, E.; FISCHER, R.; BEIERLEIN, C.; KONTY, M. Refining the theory of basic individual values. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 103, n. 4, p. 663-688, 2012.
- SCHWARTZ, S. H.; BILSKY, W. Toward a universal psychological structure of human values. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 53, n. 3, p. 550-562, 1987.

SOARES, A. K. S. **Valores humanos no nível individual e cultural: um estudo pautado na teoria funcionalista**. 2015. 332p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

THOMAS, W.; ZNANIECKI, F. **The Polish peasant in Europe and America**. Chicago: University of Chicago Press, 1918.



CAPÍTULO 2

BOLSA FAMÍLIA E PRECONCEITO RACIAL¹

Hévilla Rodrigues de Freitas

Ana Raquel Rosas Torres

Andreza Silene Silva Ferreira

Eldo Lima Leite

1 Este trabalho teve financiamento da Capes por meio de bolsa Demanda Social atribuída à primeira autora.

O preconceito racial é um construto bastante relevante para o entendimento das relações raciais no Brasil, pois apesar da crença na existência de uma convivência harmoniosa e igualitária entre negros e brancos, os dados oficiais mostram que os trabalhadores brancos ganham salários médios 82% superiores aos rendimentos dos negros (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio [PNAD], 2017) e o desemprego é mais elevado entre negros (7,5%) e pardos (6,8%) do que entre brancos (5,1%). Diante desse contexto, o Estado brasileiro tem adotado políticas públicas na área da Assistência Social com o objetivo de combater a pobreza e a desigualdade persistente em nosso país. Dentre as políticas adotadas, a que tem ganhado mais destaque no cenário nacional e internacional é o Programa de Transferência de Renda, conhecido como o Bolsa Família (PBF).

O Programa Bolsa Família, criado em outubro de 2003, é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades. Atualmente, esse programa beneficia 13,7 milhões de famílias, com renda per capita mensal de até R\$85,00 (famílias em situação de extrema pobreza) e entre R\$85,01 e R\$170,00. O PBF é formado por três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. O primeiro eixo, a transferência direta de renda, busca auxiliar rapidamente as famílias em situação de vulnerabilidade e pobreza. O segundo eixo, as condicionalidades, refere-se aos compromissos assumidos pelas famílias para ampliar o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social. O terceiro eixo, os programas complementares, busca integrar diversos serviços para

garantir o atendimento integral às necessidades das famílias, ampliando as condições e qualidade do acesso, bem como a efetivação de direitos (famílias em situação de pobreza) (Ministério de Desenvolvimento Social [MDS], 2018). Aqui é importante ressaltar que as famílias chefiadas por negros e pardos representam 70% dos domicílios que recebem benefícios assistenciais do governo (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2011). É justamente a partir deste último dado que neste trabalho investigamos em que medida o preconceito racial influencia na tomada de posição em relação ao Programa Bolsa Família.

A partir do aporte teórico da Psicologia Social, estudos têm demonstrado que o fenômeno do preconceito racial é profundamente persistente, enraizado na sociedade brasileira e assume diversas configurações (Batista; Leite; Torres; Camino, 2014; Ferreira; Leite; Sousa; Álvaro; Torres, 2017; Ferreira; Leite; Muniz; Batista; Torres; Álvaro, 2017; Silva; Torres; Álvaro; Garrido; Linhares, 2018). A ideologia compartilhada pelos brasileiros sobre suas relações raciais tende a minimizar os efeitos do preconceito racial persistente no Brasil (Chauí, 2000). O estudo realizado por Camino *et al.* (2001), por exemplo, demonstrou que 82% dos participantes acreditavam na existência do preconceito racial na sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que afirmavam que eles mesmos não eram preconceituosos. Esses dados foram corroborados por Batista *et al.* (2014) sobre estereótipos atribuídos aos negros no Brasil e cujos resultados mostraram que o quadro geral do preconceito racial não mudou, visto que quando as pessoas manifestam a própria opinião são atribuídos mais adjetivos positivos aos negros. Porém, quando os

participantes manifestam a posição da sociedade, são atribuídos mais adjetivos negativos do que adjetivos positivos.

Essa situação contraditória encontrada nestes dois estudos, realizados com mais de dez anos de diferença, sugere que a força da norma social antipreconceito influencia as pessoas a expressarem o preconceito de forma mais sutil e evitam assumir atitudes pessoais preconceituosas (BATISTA *et al.*, 2014; CAMINO *et al.*, 2001; PETTIGREW & MEERTENS, 1995). Devido a esse contexto, os estudos sobre preconceito racial no Brasil têm se debruçado sobre as formas de expressões sutis deste fenômeno.

De acordo com Telles (2004, p. 45), as ideologias da “democracia racial e do branqueamento estão enraizadas na crença de que a miscigenação é um fato histórico que torna o Brasil único”. Em conjunto, essas ideologias exercem forte influência na expressão sutil do preconceito racial no Brasil. O significado e a importância atribuídos à miscigenação também influenciou a ideologia do branqueamento, pois se acreditava que graças ao intenso processo de miscigenação nasceria uma nova raça brasileira, caracterizada por ser mais branca. Dessa forma, o branqueamento no Brasil seria um fenômeno social e histórico que foi impulsionado pela elite brasileira e comunidade científica, pois se buscava alcançar o desenvolvimento econômico do país por meio da imigração maciça de brancos europeus, que além da suposta superioridade racial, também possuiriam a mão-de-obra mais qualificada (CARONE, 2002).

Posteriormente, a ideologia do branqueamento tornou-se no Brasil uma estratégia de mobilidade social para os negros. De acordo com Telles (2004), as pessoas tendem a categorizar as outras como tendo uma pele

mais clara quando estas indicam possuir educação superior, ou seja, de acordo com a classe social as pessoas podem ser vistas como mais brancas. Nessa direção, Lima e Vala (2004) demonstraram que os grupos que obtêm sucesso são vistos, por estudantes universitários brancos, como “mais brancos” do que os que fracassam, que são “enegrecidos”.

Como consequências das ideologias da democracia racial e do branqueamento, existe hoje nas relações raciais brasileiras uma associação entre a cor da pele e o *status* socioeconômico. Este cenário influencia discursos de que as desigualdades existentes hoje no Brasil não são de origem racial, pelo contrário, trata-se de uma desigualdade social.

Alguns estudos têm demonstrado que, em muitas situações cotidianas, nas quais existe algum tipo de conflito, elementos ligados a diferentes formas de expressão do preconceito racial estão presentes. No futebol, por exemplo, estudos têm demonstrado que, quando os xingamentos entre torcidas adquirem a característica de xingamentos raciais (e.g. macaco, preto fedido), isso pode ser explicado pela existência do preconceito racial (FERREIRA *et al.*, 2017; FERREIRA *et al.*, 2018).

No que diz respeito às Ações Afirmativas, por outro lado, alguns estudos têm encontrado o mesmo tipo de resultado (TECHIO; FERREIRA; VIANA; TORRES, 2019). O trabalho de Torres, Linhares e Freitas (2019), por exemplo, aponta que comparando ex-cotistas raciais e sociais, os primeiros seriam mais passíveis de sofrer discriminação no ambiente de trabalho. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, este trabalho objetiva analisar o papel mediador do preconceito racial na relação entre a cor da pele da família beneficiária do Programa Bolsa

Família e o nível de apoio a esse programa. Duas hipóteses de pesquisa foram aqui testadas:

1. A relação entre a cor da pele e o apoio ao Programa Bolsa Família será mediada pelo preconceito racial.
2. A rejeição ao Programa Bolsa Família será maior quando a família beneficiária for negra em comparação com a família branca.

Método

Participantes

Participaram deste estudo 228 estudantes universitários, sendo a maioria do sexo feminino (51,8%), com as idades dos participantes variando entre 17 e 45 anos ($M = 20,6$ e $DP = 5,01$). A maioria dos participantes autodeclararam a renda familiar entre 4 e 10 salários mínimos (36,8%). Os participantes foram alocados randomicamente a uma de três condições experimentais (cor da pele: imagem de família branca, imagem de família negra ou sem imagem).

Os critérios de inclusão foram: a) concordar em participar da pesquisa; b) ser estudante universitário. Os critérios de exclusão foram: a) ser ou ter sido beneficiário do Programa Bolsa Família; b) não validar a manipulação experimental (validation check) corretamente de acordo com a cor da pele da família apresentada no questionário.

Procedimentos

Os questionários foram aplicados individualmente e em salas de aula, após o consentimento dos professores e dos alunos para a realização da pesquisa. Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo comitê de ética em pesquisa da UFPB, sob o número do parecer 2.514.841, como preconiza a resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta a realização de pesquisas com seres humanos.

Instrumento

O questionário utilizado foi composto por cinco seções, a saber:

- » *Variável Independente: Cor da Pele: inicialmente foi apresentada aos participantes a imagem de uma mulher com a filha, beneficiárias do Bolsa Família, sendo que a cor da pele delas variava de acordo com a condição experimental (imagem da família branca, imagem da família negra ou sem imagem). Cada participante respondeu a apenas um tipo de questionário.*
- » *Variável Dependente: Apoio ao Programa Bolsa Família (PBF): nesta sessão foi apresentada aos participantes a seguinte pergunta aberta: “Tendo em mente o que você sabe sobre o Programa Bolsa Família, em que medida você concorda com ele?”. Em seguida, era solicitado aos participantes o posicionamento deles numa escala tipo Likert que variava de 1 a 10 pontos (1= discordo muito e 10= concordo muito), posteriormente se pedia que os participantes justificassem o posicionamento deles.*

- » *Escala de Preconceito Racial Sutil (EPRS): essa escala busca medir a expressão do preconceito racial sutil no contexto brasileiro,*
- » *Verificação da Manipulação (Validation Check): para avaliar a efetividade da manipulação, era perguntado aos participantes no final do estudo, qual a cor da pele da família beneficiária do Programa Bolsa Família apresentada no tipo de condição experimental (branca ou negra).*
- » *Dados Sociodemográficos: idade, sexo e renda familiar.*

Análise dos dados

As análises de mediação foram feitas por meio dos *softwares* SPSS-20 e AMOS-18, seguindo os passos propostos por Baron e Kenny (1986). Existem quatro condições necessárias para a ocorrência da mediação: 1- a variável preditora afeta significativamente a variável mediadora; 2- a variável preditora afeta significativamente a variável dependente (VD) na ausência da variável mediadora; 3- a variável mediadora tem efeito significativo único sobre a VD, quando a variável preditora é controlada; e 4- o efeito da variável preditora sobre a VD enfraquece ou desaparece na presença da variável mediadora. Para essas análises, a variável “condição” foi decodificada em variáveis *dummy* para comparar os efeitos das condições branco e negro em relação à condição controle. O cálculo do Intervalo de Confiança foi utilizado para verificar os efeitos

indiretos do mediador, por meio da técnica *bootstrapped* (PREACHER; HAYES, 2008).

As justificativas dos participantes frente ao Programa Bolsa Família foram organizadas em um *corpus* único e analisados com o auxílio do *software Iramuteq - Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (RATINAUD, 2009). Foram realizadas as seguintes análises: Classificação Hierárquica Descendente (CHD), Análise Fatorial de Correspondência (AFC) e Nuvem de Palavras. A CHD é caracterizada como uma análise de *cluster* em que os segmentos de texto, após sucessivas divisões, são agrupados em classes homogêneas (OLIVEIRA; ENS ANDRADE; MUSS, 2003). Nesta direção, a AFC permite visualizar, sob a forma de um plano fatorial, as oposições resultantes da CHD (MENDES; ZANGÃO; GEMITO; SERRA, 2016). Por fim, a Nuvem de Palavras trabalha com a representação gráfica em função da frequência das palavras.

Resultados

Análises de Mediação

Primeiramente foram realizadas análises de regressão (Tabela 1), método *Enter*, para satisfazer as condições subjacentes à análise de mediação (BARON; KENNY, 1986).

Tabela 1. Parâmetros estimados para o modelo de mediação

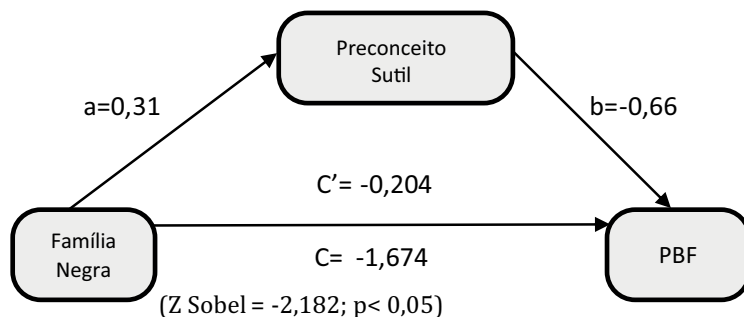
	Variáveis Critério		
	Passo 1	Passo 2	Passo 3
	PBF	Preconceito Sutil	PBF
	<i>b</i>	<i>b</i>	<i>b</i>
Intercepto	6,640***	1,870***	7,874***
Condição Negro	-1,877***	0,309**	-1,674***
Preconceito Sutil	-	-	-0,660***
	<i>R</i> = 0,386	<i>R</i> = 0,165	<i>R</i> = 0,459
	<i>R</i> ² <i>adjusted</i> = 0,145	<i>R</i> ² <i>adjusted</i> = 0,023	<i>R</i> ² <i>adjusted</i> = 0,204
	<i>F</i> (1,239) = 41,772	<i>F</i> (1,239) = 6,722	<i>F</i> (2,238) = 31,835
	<i>p</i> < 0,001	<i>p</i> < 0,01	<i>p</i> < 0,001

Nota: **p* < 0,05; ***p* < 0,01; ****p* < 0,001.

Os resultados demonstraram que a condição negro prediz de forma significativa o apoio ao PBF, satisfazendo a condição 1 para a hipótese de mediação. A condição negro prediz o preconceito racial significativamente, satisfazendo a condição 2 para a hipótese de mediação. E o preconceito racial prediz de forma significativa o apoio ao PBF, controlando o efeito da condição negro, satisfazendo as hipóteses 3 e 4 para o cálculo de mediação. Para verificar se o preconceito, neste modelo, funciona como mediador da relação entre a condição negro e o apoio ao PBF foi executada uma análise de regressão por meio do *software* AMOS 18. Os efeitos indiretos que indicam se a hipótese de mediação foi satisfeita foram calculados por meio da técnica *bootstrapped* com 5000 reamostragens e Intervalos de Confiança ao nível de *p* < 0,05.

Em conjunto, os resultados demonstraram que o modelo proposto explicou 21% da variabilidade do apoio ao Programa Bolsa Família. Pode-se verificar que a relação entre a condição negro e o preconceito é positiva, ao passo que a relação entre o preconceito e o apoio ao PBF é negativa, assim como a relação entre a condição negro e o apoio ao PBF. Todas as trajetórias são estatisticamente significativas. A condição negro apresentou um efeito total de -1,877 sobre o apoio ao PBF, com efeito direto de -1,674 e efeito indireto, mediado pelo Preconceito Racial, de -0,204. De acordo com a técnica de reamostragem *bootstrapped*, o efeito indireto ($c' = -0,204$) foi significativo ao nível 95%, com IC variando entre -0,452 e -0,055, $p < 0,005$. Deste modo, verificamos que a relação entre a condição negro e o apoio ao PBF foi mediada parcialmente pelo preconceito racial. A Figura 1 apresenta o modelo com as estimativas estandardizadas dos coeficientes de regressão e o R^2 do PBF.

Figura 1. Análise da mediação da cor da família (negra) como preditora, o preconceito sutil como mediador e o apoio ao PBF como variável dependente.



Fonte: elaborada pelos próprios autores.

Da mesma forma, para verificar se o preconceito racial medeia a relação entre a condição branco e o apoio ao PBF foram realizadas análises de regressão (Tabela 2), método *Enter*, para satisfazer as condições subjacentes à análise de mediação.

Tabela 2. Parâmetros estimados para o modelo de mediação

	Variáveis Critério		
	<i>Passo 1</i>	<i>Passo 2</i>	<i>Passo 3</i>
	PBF	Preconceito Sutil	PBF
	<i>B</i>	<i>B</i>	<i>b</i>
Intercepto	5,006***	2,061***	6,216***
Condição Branco	3,044***	0,267*	2,887***
Preconceito Sutil	-	-	-0,587***
	<i>R</i> = 0,625	<i>R</i> = 0,143	<i>R</i> = 0,664
	<i>R</i> ² _{adjusted} = 0,389	<i>R</i> ² _{adjusted} = 0,016	<i>R</i> ² _{adjusted} = 0,436
	<i>F</i> (1,239) = 153,528	<i>F</i> (1,239) = 4,991	<i>F</i> (2,238) = 93,786
	<i>p</i> < 0,001	<i>p</i> < 0,05	<i>p</i> < 0,001

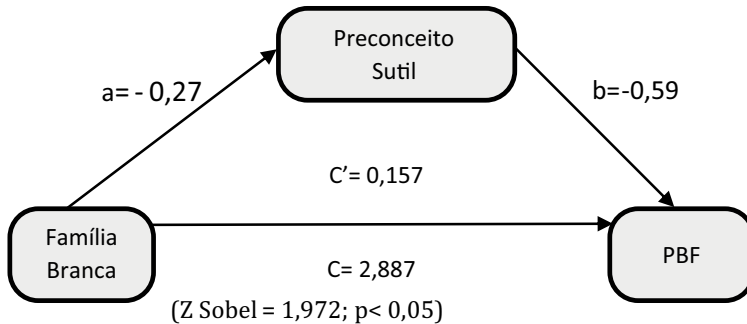
Nota: **p* < 0,05; ***p* < 0,01; ****p* < 0,001.

Os resultados demonstraram que a condição branco prediz de forma significativa o apoio ao PBF, satisfazendo a condição 1 para a hipótese de mediação. A condição branca prediz o preconceito racial significativamente, satisfazendo a condição 2 para a hipótese de mediação. E o preconceito racial prediz de forma significativa o apoio ao PBF, controlando o efeito da condição branco, satisfazendo

as hipóteses 3 e 4 para o cálculo de mediação. Para verificar se o preconceito racial, neste modelo, funciona como mediador da relação entre a condição branco e o apoio ao PBF foi executada uma análise de regressão por meio do *software* AMOS 18. Os efeitos indiretos que indicam se a hipótese de mediação foi satisfeita foram calculados por meio da técnica *bootstrapped* com 5000 reamostragens e Intervalos de Confiança ao nível de $p < 0,05$.

Os resultados demonstraram que o modelo proposto explicou 44% da variabilidade do apoio ao Programa Bolsa Família. Pode-se verificar que a relação entre a condição branco e o preconceito racial é negativa, assim como a relação entre o preconceito racial e o apoio ao PBF. Já a relação entre a condição branco e o apoio PBF é positiva. Todas as trajetórias são estatisticamente significativas. A condição branco apresentou um efeito total de 3,044 sobre o apoio ao PBF, com efeito direto de 2,887 e efeito indireto, mediado pelo preconceito racial, de 0,157. De acordo com a técnica de reamostragem *bootstrapped*, o efeito indireto ($c' = 0,157$) foi significativo ao nível 95% com IC variando entre 0,017 e 0,037, $p < 0,05$. Deste modo, verificamos que a relação entre a condição branco e o apoio ao PBF foi mediada parcialmente pelo preconceito racial. A Figura 2 apresenta o modelo com as estimativas estandardizadas dos coeficientes de regressão e o R^2 do PBF.

Figura 2. Análise da mediação da cor da família (branca) como preditora, o preconceito sutil como mediador e o apoio ao PBF como variável dependente.



Fonte: elaborada pelos próprios autores.

De forma geral, pôde-se observar que as hipóteses de pesquisa 1 e 2 foram confirmadas, pois observamos que: 1) A relação entre a cor da pele e o apoio ao PBF foi mediada pelo preconceito racial; 2) A rejeição ao PBF foi maior quando a família beneficiária é negra em comparação com a família branca.

Análise das justificativas para a tomada de posição frente ao Programa Bolsa Família

O corpus apresentou 5951 ocorrências com 1215 palavras distintas, correspondendo a 76,60% de aproveitamento do total do *corpus*. A Figura 3 apresenta a nuvem de palavras que indica as palavras de maior frequência do corpus, destacando-se as palavras: família, não e programa. A Classificação Hierárquica Descendente (CHD, Figura 3) demonstrou que a partição do *corpus* de análise derivou cinco classes distintas, que

A Classe 5, nomeada “Medida paliativa e assistencialista”, faz referência aos discursos dos participantes que percebem o Programa Bolsa Família como necessário, porém trata-se de um programa paliativo, pois não resolve o problema da desigualdade social do nosso país. De acordo com Testa, Fronza, Petrini e Prates (2013), uma parcela da mídia e da sociedade tem apresentado críticas ao programa, acusando-o de assistencialista por reforçar o ciclo vicioso da pobreza.

Na classe 1, denominada “Sair da pobreza extrema”, o conteúdo dos discursos expressa a importância do Programa Bolsa Família para auxiliar as famílias em situação de pobreza extrema. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2013), o programa Bolsa Família foi o responsável por 28% da queda da extrema pobreza no país, pois a partir da transferência direta de renda as famílias podiam ter acesso a alimentos, medicamentos e utensílios básicos. Neste sentido, Peña, Pinheiro, Albuquerque e Fernandes (2015) analisaram a eficácia das transferências de renda em dois períodos: antes da implantação do Programa Bolsa Família e após sua implantação. Os resultados revelaram que, após a implantação do Programa Bolsa Família, o “ciclo da pobreza” apresentou sinais de ruptura e um melhor índice de mobilidade social.

A classe 3, nomeada “Falta fiscalização”, faz referência aos discursos sobre a falha na fiscalização do Programa Bolsa Família, pois pessoas que não se encaixam no perfil socioeconômico de famílias do programa acabam sendo beneficiadas. Esses discursos são reforçados

por notícias midiáticas recorrentes de que existem graves falhas na fiscalização da execução do programa. De acordo com a auditoria feita pela Controladoria Geral da União (CGU) (2018) foram identificados indícios de inconsistência cadastral nos dados de mais de 2,5 milhões de famílias que recebiam o benefício do Programa Bolsa Família. Do total, cerca de 470 mil famílias estavam enquadradas na faixa com renda *per capita* acima de meio salário mínimo.

A classe 2, “PBF gera acomodação”, reflete discursos de que o Programa Bolsa Família oferece uma ajuda mínima para que as famílias beneficiárias sobrevivam, porém traz como consequência a acomodação dos beneficiários em relação ao trabalho, o chamado “efeito-preguiça”. No entanto, Oliveira e Soares (2012) a partir de uma revisão da literatura sobre a oferta de trabalho da população beneficiária de programas de transferência de renda condicionados, observaram que, fora grupos demográficos muito restritos, como mulheres com filhos, o desincentivo ao trabalho ou é muito pequeno ou não existe. Portanto, não foi encontrada constatação empírica que sustente a hipótese do “efeito-preguiça”. Nesta mesma direção, Santos, Leichsenring, Filho e Mendes-Da-Silva (2017, p.729) concluíram que “as chances de os beneficiários do Programa Bolsa Família permanecerem no emprego são maiores do que para os não beneficiários do programa. Essa constatação não apenas contraria a hipótese de um efeito-preguiça vinculado à concessão do benefício, como também

estabelece o efeito inverso, de que o benefício financeiro advindo do programa contribua para a manutenção do emprego”.

A classe 4, “PBF não gera autonomia”, trata-se de uma classe ambivalente pois, ao mesmo tempo, apresenta discursos sobre a importância do Programa Bolsa Família para garantir a subsistência das famílias. Por outro lado, também apresenta discursos de crítica a transferência direta de renda por não gerar autonomia financeira para as famílias beneficiárias, tornando-as dependentes do Estado.

Análise Fatorial de Correspondência

A Análise Fatorial de Correspondência (AFC) mostra que apenas os discursos de três classes foram organizados em função das condições experimentais. Como se pode observar, os discursos da Classe 5 “Medida paliativa e assistencialista” foram ancorados na Condição Experimental Branca e refletem os discursos ambíguos frente ao Programa Bolsa Família, pois apesar da sua importância ser reconhecida, ele ainda é visto como um programa paliativo e assistencialista que não resolve o problema da desigualdade social do Brasil.

A Classe 2 “PBF gera acomodação” foi ancorada na Condição Experimental Negra, indicando que quando foram apresentados aos participantes a imagem da família negra beneficiária do bolsa família, os participantes tenderam a justificar seus posicionamentos

frente ao programa afirmando que o mesmo gera acomodação nas famílias beneficiárias.

Por fim, a Classe 3 “Falha na fiscalização” foi ancorada na Condição Controle, na qual não era apresentada imagem sobre o Bolsa Família, indicando que nesta condição os discursos dos participantes refletiram a ideia de que existe falha na fiscalização da execução do Programa Bolsa Família.

Discussão

Tomados em conjunto, os resultados da Análise de Mediação demonstraram que tanto a cor da família como o preconceito racial predizem de forma significativa o apoio ao Programa Bolsa Família. No entanto, o preconceito racial tem como papel mediar a relação entre a cor da família e o nível de apoio ao PBF. Neste sentido, na condição família negra, há uma discordância maior com o PBF, enquanto na condição família branca há uma concordância maior com o PBF, corroborando a hipótese de pesquisa.

Os conteúdos semânticos do corpus agregaram-se em torno de 5 classes que apresentaram dois eixos organizadores: Combate imediato a pobreza x Sem efeitos a longo prazo. Esses eixos remetem para visões de mundo hegemônicas no pensamento social dos estudantes universitários que avaliam o programa como necessário para

o alívio imediato da pobreza, porém sem efeitos a longo prazo, pois não geram autonomia para as famílias beneficiárias.

Neste estudo também se verificaram, frequentemente, discursos que se referiam ao Programa Bolsa Família como um ajuda do governo e não como dever do Estado garantido constitucionalmente. Essas concepções trazem consequências e influenciam as percepções da população sobre o programa e os beneficiários, que passam a ser vistos como pessoas que recebem ajuda do governo e não sujeitos de direitos.

Referências

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. O programa Bolsa Família e as taxas de fecundidade no Brasil. In T. CAMPELLO; M. CÔRTEZ NERI (Eds.), **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

BARON, R. M.; KENNY, D. A. The moderator-mediator variable distinction in social psychological research: Conceptual, strategic, and statistical considerations. **Journal of Personality and Social Psychology**, v.51, p. 1173-1182, 1986.

BATISTA, J. R. M.; LEITE, E. L.; TORRES, A. R. R.; CAMINO, L. Negros e Nordestinos: similaridades nos estereótipos raciais e regionais. **Revista de Psicologia Política**, v. 14, n.30, p. 325-345, 2014.

CAMINO, L.; SILVA, P.; MACHADO, A.; PEREIRA, C. A face oculta do racismo. **Revista Psicologia Política**, v. 1, n.1, p. 1-10, 2001.

CAMPELLO, T. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. T. CAMPELLO; M. CÔRTEZ NERI (Eds.), **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

CHAUI, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

FERREIRA, A. S. S.; LEITE, E. L.; SOUSA, A. W. L.; ÁLVARO, J. L.; TORRES, A. R. R. Repertórios interpretativos acerca do preconceito racial no futebol. **Estudos de Psicologia**, v. 22, n.3, p.338-348, 2017.

FERREIRA, A. S. S.; LEITE, L. E.; MUNIZ, A. S.; BATISTA, J. R. M.; TORRES, A. R. R.; ÁLVARO, J. L. Insultorprejudice: a studyonthe racial prejudiceexpression in football. **Psico**, v. 48, n.2, p. 81-88, 2017.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. [IPEA] **Retratos das desigualdades de gênero e raça**, 2011. Recuperado de <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>

LIMA, M. E. O.; VALA, J. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudo de Psicologia**, v.9, n.3, p. 401-411, 2004.

MENDES, F. R. P.; ZANGÃO, M. O. B.; GEMITO, M. L. G. P.; SERRA, I. S. C. C. Representações sociais dos estudantes de enfermagem sobre assistência hospitalar e atenção primária. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 69, n.2, p.343-350, 2016.

Ministério de Desenvolvimento Social. [MDS] Recuperado de <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/abril/mds-repassa-r-2-4-bilhoes-aos-beneficiarios-do-bolsa-familia-em-abril>, 2018.

OLIVEIRA, L. F. B.; SOARES, S. S. D. **O que se sabe sobre os efeitos das transferências de renda sobre a oferta de trabalho**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2012.

PEÑA, C. R.; PINHEIRO, D. S.; ALBUQUERQUE, P. H. M.; FERNANDES, L. M. A eficácia das transferências de renda: as tendências da desigualdade antes e depois do Programa Bolsa Família. **Revista de Administração Pública**, v.49, n. 4, p.889-913, 2015.

PETTIGREW, T. F.; MEERTENS, R. W. Subtle and blatant prejudice in western Europe. **European Journal of Social Psychology**, v.25, n.1, p. 57-75, 1995.

PREACHER, K. J.; HAYES, A. F. Asymptotic and resampling strategies for assessing and comparing indirect effects in multiple mediator models. **Behavior Research Methods**, v.40, p.879-891, 2008.

RATINAUD P. IRAMUTEQ: **Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires** [Computer software]. Disponível em: <http://www.iramuteq.org>, 2009.

ROCHA, M. A.; MATTOS, L. B.; COELHO, A. B. Influência do Programa Bolsa Família na alocação de recursos: uma análise

considerando a presença de mulheres no domicílio. **Economia e Sociedade**, v.27, n.3, p. 997-1028, 2018.

SANTOS, D. B.; LEICHSENDRING, A. R.; FILHO, N. M.; MENDES-DASILVA, W. Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a duração do emprego formal dos indivíduos de baixa renda. **Revista de Administração Pública**, v.51, n.5, p.708-733, 2017.

SILVA, K. C.; TORRES, A. R. R.; ÁLVARO, J. L.; LUQUE, A. G.; LINHARES, L. V. Racial discrimination and belief in a just world: Police violence against teenagers in Brazil. **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 74, p. 317-327, 2018.

SIMÕES, P.; SOARES, R. B. Efeitos do Programa Bolsa Família na fecundidade das beneficiárias. **Revista Brasileira de Economia**, v.66, n.4, 2012.

TECHIO, E. M.; FERREIRA, A. S. S.; VIANA, H. A.; TORRES, A. R. R. Racial quotas: a study about university students and non-university social representations. **Actualidad en psicología**, v.33, p.33-43, 2019.

TELLES, E. **O significado da raça na sociedade brasileira**. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2004.

TESTA, M. G.; FRONZA, P.; PETRINI, M.; PRATES, J. C. Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n.6, p.1519-1541, 2013.

TORRES, A.R.; LINHARES, L.V.; FREITAS, H.R. Desvelando o preconceito ligado às políticas afirmativas: análise dos posicionamentos de pré-universitários e universitários sobre cotas nas universidades. Em: A. NASCIMENTO (Org.) **Representações Sociais, Identidade e preconceito: Estudos de Psicologia Social**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2019.

CAPÍTULO 3

PRECONCEITO FRENTE ÀS PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS EM TEMPOS DE INCLUSÃO SOCIAL¹

Silvana Carneiro Macie²

Patrícia Fonseca de Sousa

Lívia Dannyele Tavares da Silva

-
- 1 Pesquisa vinculada à chamada universal MCTI/CNPq nº 01/2016, projeto intitulado Adesão à Reforma Psiquiátrica: Análise das Crenças Causais, Exclusão Social e Preconceito Frente ao Doente Mental.
 - 2 Coordenadora e Integrante do Grupo de Pesquisa em Saúde Mental e Dependência Química-UFPB.

Desde tempos mais remotos até os dias atuais, os portadores de transtornos mentais são alvos de incompreensões e questionamentos, e a exclusão social destes foi construída ao longo dos tempos e persiste ainda hoje. Apesar da exclusão e do estigma persistirem na atualidade, é evidente o avanço no modo de pensar e tratar esses indivíduos com o advento da reforma psiquiátrica, apontando formas mais integrativas e menos excludentes no lidar com as pessoas com transtornos mentais. Mudanças importantes ocorreram, sim, e não podem ser subestimadas, mas não foram suficientes.

Diante disto, o presente capítulo tem como objetivo analisar o preconceito frente aos portadores de transtornos mentais, o qual sustenta a exclusão social destes na sociedade. Para alcançar tal objetivo foi realizada uma pesquisa qualitativa com 50 estudantes universitários com questões abertas sobre o preconceito e a exclusão do portador de transtornos mentais, avaliadas utilizando a análise de conteúdo temática de Bardin.

No caso do indivíduo com transtorno mental, a exclusão social foi construída socio-historicamente e segundo Foucault (1972) ele ocupou o espaço que antes era do leproso na sociedade, sendo vítima de estereótipos e tratamentos excludentes, encarcerados em prisões juntamente com criminosos e mendigos. Como Foucault, grande estudioso da temática, cita em sua obra *A história da Loucura na Idade Clássica* (1972, p. 10):

Desaparecida a lepra, apagado (ou quase) o leproso da memória, essas estruturas permanecerão. Frequentemente nos mesmos locais, os jogos da exclusão serão retomados, estranhamente semelhantes aos primeiros, dois ou três séculos mais tarde. Pobres, vagabundos, presidiários e “cabeças alienadas” assumirão o papel abandonado pelo lazarento, e veremos que salvação se espera dessa exclusão, para eles e para aqueles que os excluem. Com um sentido inteiramente novo, e numa cultura bem diferente, as formas subsistirão — essencialmente, essa forma maior de uma partilha rigorosa que é a exclusão social, mas reintegração espiritual.

Atualmente esses indivíduos ainda são vistos de forma negativa, ditos como “anormais” e incapazes e por isso não se “encaixam” nas demandas exigidas pelo mundo capitalista, pautado pela competitividade e pela perfeição e, assim, passam a ser banidos do convívio com os demais e segregados em instituições psiquiátricas.

Entretanto, tal forma de tratamento vem sendo modificada com o advento da reforma psiquiátrica, que tem o objetivo de substituir o modo de tratamento até então vigente, instigando a reinserção na sociedade através de um modo de atenção psicossocial efetivado na prática pelos serviços substitutivos e pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), algo que beneficia o sujeito, com respeito à autonomia, aos direitos e à inclusão social, diferentemente do que era proposto no modelo manicomial.

Percursos do preconceito e da exclusão social do portador de transtorno mental

A exclusão social não possui o mesmo significado que a desigualdade; entretanto, surge a partir do momento em que as desigualdades se acentuam, como também do desajuste na participação que determinado indivíduo possui em detrimento de outro na coletividade (LIMA, 2013). No caminhar da compreensão da exclusão social que os sujeitos acometidos de sofrimento mental passaram durante décadas, faz-se necessário o entender da dicotomia presente na sociedade entre o que é “normal” e “anormal”. Segundo Correia Junior e Ventura (2014), o normal deriva das instituições sanitárias segregadoras de sujeitos pós Revolução Francesa, fazendo alusão à norma, à regra e a tudo aquilo que integra o distinto, eliminando as diferenças, não se contrapondo unicamente àquilo que é doentio, como também à definição de monstruosidade. Já o anormal está ligado a tudo aquilo que difere do padrão “normal”, representando o que é patológico, diferente e desviante.

Nesse sentido a sociedade foi forjada na percepção dessa dualidade, ficando o portador de transtorno mental enquadrado nesse último, sendo associado a doente, cabendo a esse indivíduo um lugar que pretendia “curá-lo”, para que não pusesse a coletividade em “perigo”. Esses lugares foram os hospitais psiquiátricos com uma visão manicomialista, onde a pessoa com de transtornos mental foi enclausurada e descartada toda e qualquer forma de expressão de sua subjetividade

(BOTELHO; LIMA, 2015; BATISTA, 2014). Segregados nesses locais e com o auxílio de políticas públicas excludentes, foram retiradas toda a dignidade e direitos enquanto cidadãos que esses sujeitos possuíam, descaso esse que se repetiu durante séculos (CORREIA JÚNIOR; VENTURA, 2014).

Vistos os fracassos da psiquiatria em garantir uma “cura” para o sujeito louco, e todo um movimento dos Direitos Humanos, começa-se a construir uma nova visão do homem, da sua doença e da loucura, e a partir de então começou a se considerar a subjetividade desses sujeitos e a se construir um novo olhar sobre o tratamento, que por sua vez passou a se debruçar na socialização e na tentativa de retirar essas pessoas dos hospícios. É o que se pode chamar de reforma psiquiátrica, movimento este que se iniciou no Brasil no final da década de setenta, com a crise do até então modelo psiquiátrico, possibilitando uma nova visão acerca do tratamento dos indivíduos com transtornos mentais, defendendo a sua desinstitucionalização, permitindo a criação de uma nova rede de cuidados para eles (BOTELHO; LIMA, 2015).

Foi no ano de 2001, com a promulgação da Lei nº 10.216 que a Reforma Psiquiátrica foi efetivada no Brasil; a partir de então, houve uma reorientação do modelo de assistência em saúde mental, enfatizando-se a criação de uma rede de serviços abertos e de base comunitária, os quais juntamente com diversos setores da sociedade buscam substituir os hospitais psiquiátricos, promover a inclusão social dos portadores de transtornos mentais, o pleno exercício da cidadania e favorecer o desenvolvimento de estratégias terapêuticas específicas à

realidade de cada sujeito (ANDRADE; MALUF, 2017). Diante dessas mudanças, os termos “louco” e “doente mental” deram lugar a uma nova nomenclatura, que buscava refletir os posicionamentos adotados e as ideias defendidas pelo movimento. Assim, surgiram os termos: “portador de transtorno mental” ou “pessoa em sofrimento psíquico”. Essa nova terminologia dá ênfase à experiência na qual o indivíduo vê devolvida a sua subjetividade e tem papel protagonista no tratamento, deixando de lado a ideia de doença (RIBEIRO, 2015).

Macedo *et al.* (2017), ressaltam que ao longo desses anos de aprovação da Lei da Reforma Psiquiátrica, transformações importantes foram alcançadas no campo da assistência em saúde mental. Tal fato pode ser constatado por meio dos dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2015); segundo estes, em 2014, havia uma cobertura de 86% da população de serviços extra-hospitalares, territoriais e de base comunitária. Além disso, houve a redução dos leitos em hospitais psiquiátricos, registrando-se o repasse de recursos federais para o investimento em estratégias de reabilitação psicossocial e para o fortalecimento do protagonismo de usuários e familiares.

Todas essas transformações advindas com a Reforma Psiquiátrica, pautada no paradigma psicossocial, buscam transformar a relação da sociedade com o fenômeno do adoecimento mental, desmistificando conceitos estereotipados e preconceituosos disseminados ao longo dos tempos; espera-se que a população perceba a doença mental de uma nova forma, mais humanizada, realista e livre dos estereótipos negativos construídos historicamente; assim, a Reforma traz consigo o ideal de

mudar representações profundamente arraigadas no imaginário social na busca de favorecer o processo de inclusão social das pessoas em sofrimento psíquico (MELO, 2017).

Embora seja notório o avanço na forma de cuidar e de se enxergar o portador de transtorno mental, o preconceito e conseqüentemente a exclusão ainda persistem sociedade. Neste sentido este estudo tem como objetivo debruçar-se no campo da saúde mental e mais precisamente na questão do preconceito e da exclusão social frente as pessoas com transtornos mentais.

Metodologia

Tipo de Estudo

Este é um estudo descritivo que apresenta um delineamento não experimental, sendo também um estudo de campo e de cunho qualitativo.

Local da Pesquisa

Esta pesquisa foi realizada em universidades públicas e privadas do município de João Pessoa-PB.

Amostra

Participaram deste estudo 50 estudantes universitários de universidades públicas e privadas de João Pessoa-PB de cursos da área de

humanas. Caracterizando-se como uma amostra não probabilística e de conveniência. Com relação à idade 74% possuía idade entre 16 e 25 anos; 80% eram do sexo feminino; sendo que 64% não convivem com portadores de transtornos mentais.

Instrumento para coleta de dados

Questionário aberto com dados sociodemográficos e três questões: 1) *Como a sociedade vê o portador de transtornos mentais? Você concorda com esta visão? Justifique sua resposta;* 2) *Como deve ser o tratamento dos portadores de transtornos mentais?* e 3) *Você acha que o portador de transtorno mental deve ser excluído da sociedade? Justifique sua resposta.*

Procedimentos éticos e coletas de dados

Os dados foram coletados na Universidade Federal da Paraíba e em uma instituição particular de João Pessoa-PB. A coleta foi feita em sala de aula em grupo, demandando dos participantes, respostas individuais. O tempo médio levado por cada aluno para responder o instrumento foi de 15 minutos. Vale destacar que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba-CEP/CCS, sob o protocolo 0716/13 e que na sua execução foram cumpridos todos os parâmetros éticos estabelecidos.

Análise dos dados

A análise dos dados foi feita pelo segundo a técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977).

Resultados e discussão

No que se refere a questão **“como a sociedade vê o indivíduo portador de transtornos mentais?”** Todos os respondentes (100%) afirmaram que a sociedade tem preconceito relacionado ao portador de transtornos mentais, tendo uma visão destes como doentes, doidos, incapazes, diferentes e perigosos; e que a sociedade tende a excluí-los do convívio social. Com respostas como:

“Como um doente que oferece risco à sociedade.”

“Como alguém com uma deficiência que precisa ser tratado, e colocado de lado.”

“Infelizmente muitos ainda com preconceito”.

“A sociedade o taxa como um louco ou algo assim, alguém que não deveria permanecer em convívio com a sociedade.”

“Acredito que a sociedade tem uma visão torpe e distorcida dessas pessoas, visão essa que dificulta uma convivência social.”

“De forma negativa e preconceituosa.”

Ainda prevalece na sociedade uma visão negativa dessas pessoas, mantém-se a imagem historicamente associada às pessoas em sofrimento psíquico, a qual as rotula como delirantes, perigosas e

imprevisíveis; isso tem como consequência comportamentos de rejeição, medo e exclusão por parte da população. Diante disso, os mecanismos de reabilitação psicossocial se tornam ineficazes e a atual política de saúde mental não tem conseguido dar conta de concretizar o processo de inclusão social (WAGNER; BORBA; SILVA, 2015).

Estudo desenvolvido por Sousa *et al.*(2016) identificou que universitários da área da saúde representam o portador de transtorno mental como alguém perigoso, agressivo e que causa medo. Na mesma direção desse achado, pesquisa desenvolvida por Aruna *et al.* (2016), com estudantes de medicina, identificou que mais da metade dos universitários pesquisados se sentia medo ao conversar com uma pessoa que apresentasse um transtorno mental e também seria contra o casamento entre um familiar seu e uma pessoa em sofrimento psíquico. Cabe mencionar também o estudo desenvolvido por Melo *et al.* (2016), com técnicos de enfermagem, o qual identificou que esses profissionais consideram que os portadores de transtorno mental são perigosos e violentos.

Dimenstein (2007) ressalta que para que haja a efetivação do modelo psicossocial é preciso desmontar, não só o parque asilar, mas todos os dispositivos práticos, culturais e discursivos que sustentam a exclusão das pessoas com transtornos mentais, os quais, diferente das estruturas manicomiais, apresentam-se como novas clausuras invisíveis, que trazem um discurso aparentemente comprometido com a mudança, práticas de controle. Nessa direção, Desviat (2008) salienta que os problemas associados à inclusão social da pessoa em

sofrimento psíquico estão ligados à falta de preparo da comunidade para receber esses indivíduos, uma vez que pouquíssimos esforços, da atual política de saúde mental, têm como foco a modificação de crenças, estereótipos, preconceitos e da percepção de que os portadores de transtornos mentais representam uma ameaça à sociedade.

Dessa forma, percebe-se que a Reforma Psiquiátrica é um processo em construção e ainda apresenta fortes entraves para a efetivação do seu propósito de modificar a relação da sociedade com o fenômeno do sofrimento psíquico.

Já a questão se **concorda com esta visão da sociedade?** Solicitando a justificativa da resposta, apenas 07 respondentes afirmaram concordar ancorando suas respostas em questões mais sintomáticas e de inconsciência. Mas a maioria (86%) afirmou não concordar com esta visão da sociedade, ancorando suas respostas em questões de igualdade perante a lei, como as respostas abaixo:

“Não. Todos somos seres humanos e todos estamos assegurados mediante a constituição no seu art. 5º. Temos direitos e o portador de transtorno mental não é diferente, isso não o impede de aprender e fazer parte da sociedade em geral.”

“Não. Ser diferente deveria ser normal. Devemos ter olhos sensíveis às diferenças dos outros.”

“Não. Todo ser humano independente de qualquer transtorno que venha a ter merece respeito e carinho”.

“Não. Porque todos nós somos iguais, se ele tem “isso”, eu tenho uma outra coisa.”

“Não. Porque apesar de suas limitações, ele é capaz de aprendizagem. Todo ser humano tem que ser visto com dignidade, pois a aprendizagem leva ao desenvolvimento.”
“Não. Porque eles só têm alguns comportamentos diferentes do é “normal”.

Esta visão da sociedade como preconceituosa corrobora estudos de Camino *et al.* (2001) sobre racismo; ao serem questionados acerca do seu preconceito frente ao portador de transtorno mental, negam que o possuem, numa dicotomia do discurso ***eu versus sociedade*** (eu não sou preconceituoso, mas a sociedade é), semelhante aos dados encontrados. Esse fato nos faz pensar na nova forma de preconceito existente na nossa sociedade: o preconceito encoberto/sutil, destacado por Camino *et al.* (2001), não dito, mas expresso veladamente de outras formas.

No que se refere à questão: ***“como deve ser o tratamento dos portadores de transtornos mentais”***, apenas 02 sujeitos disseram não saber responder esta pergunta; os demais apontaram, em sua maioria, o tratamento de especialistas com ênfase em equipe interdisciplinar, médico/ medicação e psicólogo. A exemplo:

“Com assistência médica especializada para que convivam normalmente com suas peculiaridades.”

“Com remédio e profissionais especializados.”

“Acompanhamento psicoterápico, eventualmente medicação controlada, apoio e amparo da família. Depende. Em casos considerados “normais” acompanhamento psicológico, mas

que haja um momento para que esse indivíduo aos poucos retome suas atividades sendo sempre acompanhado pelos profissionais responsáveis pelo caso.”

“Deve ser feito com remédios passados por psiquiatras e em estados mais graves a reclusão dessas pessoas em lugares que possibilitem o tratamento.”

Contudo, nem um integrante da amostra falou sobre a Reforma Psiquiátrica e os serviços substitutivos, demonstrando certo desconhecimento desta nova forma de tratamento dos portadores de transtornos mentais; muito embora algumas respostas falassem de inclusão, mas numa perspectiva humanitária e não de tratamento no paradigma psicossocial; como exemplo:

“Acho que poderia ser de uma forma diferente, inovadora mesmo, que trouxesse inclusão.”

“Com um pouco mais de inclusão no meio em que vive e ter ajuda e apoio necessários”.

“Com respeito e dignidade à pessoa humana como reza a legislação”.

“Com um pouco mais de inclusão no meio em que vive e ter ajuda e apoio necessários.”

Observa-se que a visão acerca do portador de transtornos mentais ainda está ancorada no paradigma biológico com ênfase no uso da medicação e até da reclusão com respostas como:

“Deve ser feito com remédios passados por psiquiatras e em estados mais graves a reclusão dessas pessoas em lugares que possibilitem o tratamento”.

Em muitos casos é necessário ser medicamentoso e sempre haver acompanhamento clínico.”

“Juntamente com o psiquiatra ou psicólogo, para o seu acompanhamento e tratamento.”

No dizer de Borges e Luzio (2010), a reforma psiquiátrica ainda é um processo em construção e devido a isso a atenção psiquiátrica pautada nos serviços extra-hospitalares convive, lado a lado, com a permanência do paradigma biomédico, centrado na internação em instituições psiquiátricas.

Essa dificuldade de passagem do paradigma biomédico para o psicossocial, para a efetivação da reforma psiquiátrica e da desinstitucionalização, deve-se a vários fatores, dentre os quais cabe ressaltar o despreparo da sociedade para o convívio com a loucura, evidenciado pelo preconceito que os indivíduos mantêm acerca do transtorno mental (ANDRADE; MEDEIROS; PATRIOTA, 2010; MACIEL, 2007).

Mas quando perguntados sobre se acham que o ***Portador de Transtorno Mental deve ser excluído da sociedade?*** Todos (100%) da amostra foram unânimes em afirmar que são contrários à exclusão, baseando suas justificativas, semelhante à questão do preconceito, em questões de igualdade perante a lei, com respostas do tipo:

“Não. Toda e qualquer pessoa tem direitos, independentes de transtornos ou déficits.”

“Não. A sociedade precisa incluir essas pessoas para que transmita estímulos para um desenvolvimento melhor”.

“Não. São indivíduos iguais, que sofrem apenas de uma anomalia e precisam de ajuda diferenciada, mas não há porque haver preconceito.”

“Não. Porque são seres humanos que merecem respeito.”

No que diz respeito à questão das pessoas com transtorno mental, a Política Nacional de Saúde Mental preconiza que estes devem ser tratados com humanidade e respeito, devendo ter assegurado o direito ao tratamento de saúde digno, reconhecendo a família como essencial no processo de reabilitação e ressocialização e ainda promovendo a sua desinstitucionalização e conseqüentemente implementando os chamados serviços residenciais terapêuticos. Ou seja, a ênfase é na inclusão social do portador de transtornos mentais, buscando serviços de saúde mais comunitários, mais inclusivos e menos segregacionistas. Esta política, iniciada no Brasil na década dos anos 1970, foi um avanço no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e ao processo de desinstitucionalização, proporcionando a reinserção social de pessoas que viveram longos períodos de internação em hospitais psiquiátricos.

Na verdade, nosso país avançou muito nos últimos anos na aprovação de leis garantidoras de direitos inspiradas pelo movimento em favor da humanização das instituições de atenção à Saúde Mental. Mas para que exista a possibilidade de “quebrar os muros” dos manicômios, é necessário que se eliminem todas as barreiras de incompreensão do

preconceito e do manicômio que existe dentro de cada um de nós, além de se eliminarem também os meios de violência ocultados pela opinião pública, como afirma Peixoto (2003). Dessa forma, a maior barreira a ser superada na comunidade — e a mais importante — é a estigmatização e a discriminação para com as pessoas portadoras de transtornos mentais.

Na verdade, quando lutamos pela inclusão do portador de sofrimento mental em nossa sociedade, estamos buscando construir uma outra sociedade, baseada em novos valores e em novas relações sociais. Lutamos por mudanças nas relações entre as pessoas, por uma nova maneira de conviver que reestruture as relações familiares, as comunitárias e as de trabalho. Nessa perspectiva, afirma Godoy (2003), torna-se urgente a necessidade de se reconstruir conceitos, refazer imagens, repensar práticas, refletir e criar novas possibilidades para essas pessoas cujas vidas foram ou estão sendo lentamente anuladas.

Considerações finais

Conhecer os percalços vivenciados pelas pessoas com transtornos mentais ao longo do tempo é importante no que tange à compreensão deste fenômeno, tanto no âmbito do tratamento quanto no que se refere ao preconceito e à exclusão que mesmo existindo há muito tempo, conforme foi abordado ao longo do trabalho, até hoje faz parte do cotidiano desse sujeito.

De acordo com os dados analisados, pôde-se observar que o preconceito para com essas pessoas ainda persiste mesmo que de maneira sutil, e no ambiente universitário que deveria ser o lugar onde o conhecimento e a reflexão se destacam.

Desse modo apesar da exclusão e do preconceito persistirem e fazerem parte da vida das pessoas com transtornos mentais é notório o avanço no modo de pensar e no tratamento desses indivíduos, algo que se pode comprovar com o avanço da reforma psiquiátrica e do movimento antimanicomial. Vale ressaltar, também, a importância do conhecimento no combate a este problema, pois só ele consegue modificar os paradigmas e construir um novo modo de olhar, rompendo com a visão que foi construída ao longo do tempo.

Os dados da presente pesquisa, embora sendo de grande relevância, necessitam de maiores aprofundamentos. Para tanto, outras pesquisas se fazem necessárias, com amostras maiores e até estudos experimentais que possam controlar as variáveis em questão.

Referências

ANDRADE, A. P. M.; MALUF, S. W. Loucos / as, pacientes, usuários / as, experiências: o estado dos pacientes no contexto da reforma psiquiátrica brasileira. **Saúde debate**, v. 41, n. 112, p. 273-284, 2017.

ANDRADE, M. T. M.; MEDEIROS, E. F.; PATRIOTA, L. M. A Reforma Psiquiátrica naprática e a prática da Reforma Psiquiátrica: um estudo a partir das percepções dos profissionais do CAPSi (Centro Campinense de

Intervenção Precoce) de Campina Grande–PB. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**,v.2, n.4-5, p.44-57, 2010.

ARUNA, G. *et al.* Perception, knowledge, and attitude toward mental disorders and psychiatry among medical undergraduates in Karnataka: A cross-sectional study. **Indian journal of psychiatry**, v. 58, n.1, p.70-86, 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA M.D.G. Breve história da loucura, movimentos de contestação e reforma psiquiátrica na Itália, na França e no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, v.40, p.391-404, 2014.

BOTELHO, J.V; LIMA, M. V. Percepção das emoções dos usuários do CAPS II: um relato de experiência. **Fractal, Rev. Psicol.**, [s.l.], v. 27, n. 2, p.160-164, 2015. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/1984-0292/929.

BORGES, F.; LUZIO, C. A. Pesquisa qualitativa em saúde mental: alguns apontamentos. **Perfil**, v.9, n.1, p. 14-23, 2010

BRASIL. **Saúde Mental em Dados-12**. Ministério da Saúde. SAS/Dapes. Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, v.10, n.12, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/ULv73a>>.

CAMINO, L. *et al.* A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. **Revista de Psicologia Política**, v.1, n.1, p.13-36, 2001.

CORREIA JUNIOR, R.; VENTURA, C. O tratamento dos portadores de transtorno mental no Brasil – da legalização da exclusão à dignidade humana. **Revista de Direito Sanitário**, v. 15, n. 1, p. 40-60, 2014.

- DESVIAT, M. **A reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- DIMENSTEIN, M. Apresentação do dossiê: subjetividade e práticas institucionais: a reforma psiquiátrica em foco. **Vivência**, v.32, p. 25-34, 2007.
- FOUCAULT, M. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- GODOY, C. Loucos por você. In CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (ed.), **Loucura, ética e política: escritos militantes**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 59-65
- LIMA, M. E. O. Preconceito. In L. CAMINO, L.; TORRES, A.R.; LIMA, M.E.; PEREIRRA, C. (org.), **Psicologia social: temas e teorias** (pp. 587-539). Brasília: Technopolitik, 2013.
- MACEDO, J. P. *et al.* A regionalização da saúde mental e os novos desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira. **Saúde e Sociedade**, v.26, n.1, p. 155-170, 2017.
- MACIEL, S. C. **Exclusão/inclusão social do doente mental/louco: representações e práticas no contexto da reforma psiquiátrica**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.
- MELO, J. R. F. **Preconceito flagrante e sutil frente à esquizofrenia: explicações com base em crenças causais e estereótipos**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- MELO, Z. *et al.* Atitudes e conhecimentos de técnicos de enfermagem sobre cuidados a pacientes com transtornos mentais. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v.18, p.1-12, 2016.

PEIXOTO, G. Algumas considerações com um pouco de história familiar sobre a relação entre a loucura, a ética e a política no âmbito da saúde mental. In CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (ed.), **Loucura, ética e política: escritos militantes**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, p. 66–71.

RIBEIRO, B. V. D. **Saúde mental, cidadania e televisão: representações da loucura no programa “A Liga”**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

SOUSA, P. F. *et al.* Atitudes e Representações em Saúde Mental: Um Estudo com Universitários. **Psico-USF**, v.21, n.3, p.527-538, 2016.

WAGNER, L. C.; BORBA, E. C.; SILVA, M. S. Inclusão ocupacional: perspectiva de pessoas com esquizofrenia. **Revista Psicologia em Estudo**, v.20, n.1, p.83-94, 2015.



CAPÍTULO 4

OBESIDADE E PRECONCEITO: REFLEXÕES À LUZ DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Thaís de Sousa Bezerra de Menezes

Silvana Carneiro Maciel

André Faro

Na história evolutiva da espécie humana, o acúmulo de gordura corporal e a obesidade desempenharam diferentes papéis e mudaram de significados ao longo dos tempos. Na atualidade a obesidade faz parte da nossa sociedade e cada vez é mais presente, tornando-se um desses temas ao qual estamos tão expostos no dia a dia que, frequentemente, passamos a partilhar de informações sobre. As representações sobre obesidade se repetem de tal forma em nossa sociedade que chegam a ser praticamente consensuais, mas nem por isso essas informações conseguem abarcar a complexidade do fenômeno de forma a terem maior consonância com a realidade. Como fazemos parte de uma sociedade, é comum que compartilhemos de algumas representações sobre assuntos que aparecem com frequência nos meios de comunicação ou mesmo nas conversas do dia a dia, da qual recebemos informações diariamente através de inúmeras fontes como a ciência, a mídia, e as pessoas com quem convivemos, ditando regras e moda.

Diante disso algumas questões se sobressaem: Quais as representações sociais compartilhadas na atual sociedade sobre a obesidade? Como estas representações se formaram ao longo dos tempos? Como as representações são compartilhadas? A quem tais representações afetam? Para respondermos estas e outras reflexões é preciso, antes de tudo, visitar a história, conceitos e paradigmas sobre a obesidade a luz da Teoria das Representações Sociais.

Contextualização histórica da obesidade

De acordo com Eknoyan (2006), durante a pré-história, quando os maiores perigos eram a peste e a fome, aqueles que podiam armazenar mais gordura a partir da menor quantidade de alimentos (até então, raramente disponíveis) tinham mais probabilidade de sobreviver e assim foram beneficiados pela seleção natural. Ainda segundo este autor, a escassez de alimentos durante a maior parte da história da humanidade, considerando, desde o surgimento de nossa espécie até as primeiras décadas do século XX, levou à conotação de que a gordura era boa e que a corpulência e o aumento da “carne” eram desejáveis.

Entretanto, com o tempo e com as revoluções tecnológicas que permitiram que os alimentos fossem mais abundantes em certas culturas e para certas camadas da sociedade, o acúmulo de gordura passou a desempenhar outros papéis. Sobre isso Fogel (2004) destaca que a descoberta da agricultura, cerca de 11 mil anos atrás, permitiu aumentar o suprimento de comidas muito além do que caçar e coletar permitia, sendo possível liberar entre 10 e 20 por cento da força de trabalho que estava direcionada para a produção de comida para outras atividades, o que foi essencial para o estabelecimento de cidades.

Dessa forma, o papel da sobrevivência não era mais tão crucial devido ao certo nível de segurança e disponibilidade de alimentos que viver em coletividade, já organizada em cidades em boa parte do ocidente, permitia. E no século XVII a gordura em excesso começa a ser diagnosticada como doença e o conceito de obesidade começa a tomar forma. Os critérios diagnósticos da época não correspondiam de forma

alguma aos atuais e também não havia uma rejeição ou patologização de todos os níveis de excesso de gordura corporal, como ocorre hoje.

Em um trabalho que procurou reconstruir o sistema de pensamento que é tomado como representativo do período que vai do século XVII a meados do XVIII acerca da obesidade, os autores trazem que nas enciclopédias e manuais do século XVII, os primeiros registros acerca da obesidade trazem três termos relacionados à condição: *obésité*, *corpulence* e o *embonpoint*, que significam respectivamente: obesidade, corpulência e “em bom ponto” (SANTOLINI; RIGO, 2015). Enquanto obesidade e corpulência tinham significados semelhantes e uma conotação negativa “quando todo o corpo, tanto o abdome quanto os outros membros, aumentam de volume” (CHOMEL, 1743, p. 214 citado por SANTOLINI; RIGO, 2015); o *embonpoint* possuía um sentido positivo e significava que as partes são nutridas em todas as suas dimensões, que dão ao corpo força, beleza e consistência exigidas (SANTOLINI; RIGO, 2015). Desta forma, o *embonpoint* era, sobretudo, uma questão estética, onde o que importava era o fato de a aparência corporal apresentar uma forma “quadrada” (pela perda da cintura devido ao sobrepeso) e ter desenvolvido suas dimensões proporcionalmente; contudo, o *embonpoint* em excesso levaria à *obésité* (SANTOLINI; RIGO, 2015). Nesse sentido, os critérios diagnósticos para a “*obésité*”, inicialmente, ocorreram a partir de parâmetros estéticos como o volume, a circunferência, a forma e a beleza (SANTOLINI; RIGO, 2015).

Somente no século XVIII o impacto da obesidade sobre a qualidade de vida começou a ser mais investigado e registrado, mas é só

em meados do século XIX que foi reconhecido como uma causa de grandes prejuízos à saúde e, ao mesmo tempo, a ser estigmatizada por razões estéticas (EKNOYAN, 2006). Podemos considerar o século XIX como uma época de transição em relação ao conceito de obesidade e seu significado como algo relativamente positivo para algo definitivamente negativo. No começo do século, em certas localidades, a opinião médica ainda sustentava que era saudável ter vinte, trinta e até cerca de cinquenta quilos de gordura corporal a mais (POOL, 2001). Isso porque os médicos da época acreditavam que era prudente ter uma quantidade considerável de gordura extra, pois proveria uma “reserva de vitalidade”, que impediria a pessoa de ficar excessivamente cansada e ajudaria em caso de um período de doença, ou seja, “ser magro simplesmente não era saudável” (POOL, 2001).

Em meados do século XIX a obesidade passa a ser reconhecida como uma causa de prejuízos à saúde; a partir de então, os discursos do século XIX sobre a gordura já nos informam sobre o atual pânico moral sobre a obesidade (GILMAN, 2008).

Parte dessa mudança de paradigma se deve à emergência da Revolução Industrial. Com o início da revolução, as grandes potências entenderam que aumentar a quantidade de pessoas com um corpo padrão para o trabalho era um importante fator social e político, isso porque o poder militar e econômico dos países era criticamente dependente do tamanho corporal e da força de suas novas gerações, de onde saíam os soldados e trabalhadores (CABALLERO, 2007). Desta maneira, com as exaustantes rotinas de trabalho características desse período, o corpo

obeso passa a ser considerado inadequado para o trabalho e a obesidade passa a ser associada a valores morais negativos.

Para Nascimento (2007), a ideologia cristã também contribuiu para algumas dessas associações entre valores morais negativos e obesidade, visto que a “gula” (ainda muito interpretada como causa da obesidade) foi condenada e considerada pecaminosa. Essa associação entre gula e o pecado perdurou também pelas primeiras décadas do século XX e fez com que os corpos roliços (antes indicadores de prosperidade) fossem banidos, e associados ao enriquecimento ilícito, aos excessos, à falta de moderação (NASCIMENTO, 2007).

O conceito de obesidade como uma doença crônica com consequências patológicas bem definidas, tem menos de um século (EKNOYAN, 2006), e a partir de então, critérios diagnósticos não relacionados à estética passaram a ser desenvolvidos. Mesmo com critérios mais científicos e neutros em relação ao conceito e ao diagnóstico da obesidade, as concepções relacionadas a uma condenação moral desta se multiplicam. Ao mesmo tempo, surge um novo modelo: a magreza como condição da beleza que ganha força histórica no início do século XX e se prolonga até os dias atuais (MATTOS; LUZ, 2009). No século XXI, a tríade beleza/juventude e saúde passa a ser exaustivamente difundida pela mídia e a feiura se torna um drama, sendo a gordura, a maldição do corpo, como bem destacam Mattos e Luz (2009).

Em relação à atual definição, a Organização Mundial da Saúde (OMS) traz que obesidade é uma condição caracterizada por anormal ou excessivo acúmulo de gordura em tecidos adiposos e que acarreta

vários prejuízos para a saúde dos indivíduos afetados (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2017a). A obesidade é a doença não transmissível que apresenta maior incidência em todo o mundo (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2003).

No Brasil, os índices mostram que a obesidade está em expansão entre adultos e, em 2016, atingiu 18,9% da população do país (BRASIL, 2017), tornando-se um grave problema de saúde pública. Estudo feito em região específica do país chega a mostrar índices de obesidade geral de 23,1% em homens e 29,1% em mulheres (PEREIRA *et al.*, 2014).

Atualmente a obesidade é classificada através do índice de massa corporal (IMC), que é uma ferramenta simples para medir a obesidade indiretamente (DAS; MONDAL; PATNAIK, 2017). Este índice é calculado através da divisão do peso (em quilos) pela altura (em metros) elevada ao quadrado. A OMS desenvolveu um gráfico para o IMC, que ajuda a categorizar os participantes de acordo com o IMC medido e a idade do participante (DAS; MONDAL; PATNAIK, 2017). A classificação da OMS para adultos baseada no IMC inclui as categorias abaixo do peso, magreza (leve, moderada e severa), faixa normal, sobrepeso, pré-obeso e obesidade (I, II e III). Considera-se obesidade quando o IMC está acima de 30. Se o valor do IMC está entre 30 e 34,9 kg/m², considera-se obesidade I, de 35 a 39,9 kg/m² obesidade II e um IMC acima de 40 indicaria obesidade mórbida ou grau III.

Tabela 1. The International Classification of adult underweight, overweight and obesity according to BMI (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2017b)

Classificação	IMC (kg/m ²)
	Pontos de corte principais
Abaixo do peso	<18.50
Magreza severa	<16.00
Magreza moderada	16.00 - 16.99
Magreza leve	17.00 - 18.49
Faixa normal	18.50 - 24.99
Sobrepeso	≥25.00
Pré-obeso	25.00 - 29.99
Obeso	≥30.00
Obesidade I	30.00 - 34.99
Obesidade II	35.00 - 39.99
Obesidade III	≥40.00

Santos (2008) abordou que uma das críticas é que esse índice não é sensível o suficiente para incorporar a multiplicidade de morfologias corporais e de biotipos físicos existentes no mundo e assim diferenciar o que é doença e o que é característica. Para o referido autor, o IMC é uma classificação universal baseada em uma população de referência que está ainda longe de ser representativa da população em geral. Porém, é necessário que exista um critério diagnóstico relativamente padronizado para o diagnóstico da obesidade, visto que critérios subjetivos, como os iniciais que eram baseados na estética, não são precisos ou válidos.

A classificação da obesidade através de critérios diagnósticos deveria servir, antes de tudo, ao propósito do cuidado e tratamento da condição principalmente por conta das comorbidades e morbidades geradas pelo sobrepeso. Sabe-se, por exemplo, que a obesidade mórbida, além do elevado índice de massa corporal, frequentemente está associada a comorbidades decorrentes da grande quantidade de gordura corporal (ROSA *et al.*, 2016). Nesse sentido, a redução na expectativa de vida em função do aumento de peso e os prejuízos à saúde (principalmente em relação às comorbidades) são parâmetros importantes tanto para caracterizar a obesidade quanto para avaliar sua gravidade (CHAVES; NAVARRO, 2011).

É necessário deixar claro nesse ponto que a definição de obesidade que se adota neste trabalho foi a definição da OMS, já apresentada (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2017a). Essa definição nos pareceu adequada porque traz a obesidade como doença principalmente devido a suas consequências, as comorbidades frequentemente associadas, e também por caracterizar sua maior propriedade: o acúmulo excessivo de gordura.

A definição da OMS não traz julgamentos de valor, qualquer sentido de padronização dos corpos em relação à beleza, nem tampouco associa a valores morais negativos. Porém, a definição da OMS não deixa claro que a obesidade possui inúmeras causas. O que se percebe é que mesmo a ciência, guiada também por este conceito, ainda enfatiza em seus estudos os aspectos orgânicos e individuais, baseados em um discurso biomédico, em detrimento das causas psicossociais

da obesidade (ARAÚJO *et al.*, 2016). Forma-se então uma lacuna no conceito que, por não enfatizar a multifatorialidade da obesidade, traz reflexos negativos para as pessoas obesas.

A omissão dos demais fatores que favorecem a obesidade, como as causas sociais e psicológicas, contribui para Representações Sociais distorcidas da obesidade e do obeso, visto que a ênfase nos fatores biológicos, principalmente relacionados à má-alimentação e ao sedentarismo, tende a culpabilizar o obeso pela sua doença. Isto acontece porque a atribuição da gordura exclusivamente a causas internas e controláveis acaba responsabilizando o obeso por sua condição (CRANDALL; SCHIFFHAUER, 1998).

Quanto às causas da obesidade, inúmeros fatores são geralmente subestimados, alguns desses estão intimamente relacionados à vida moderna no Ocidente, onde os índices crescem com mais rapidez, tais como a urbanização progressiva e a mecanização dos processos produtivos que predispõem os indivíduos ao estilo de vida sedentário (KAC; SICHIERI; GIGANTE, 2007).

Além disso, é necessário considerar o peso social da obesidade e suas implicações psicológicas e sociais. É importante observar que cada sociedade dita como deve ser o corpo humano (MENDES, 2005) e entender que a supervalorização do corpo magro e depreciação do corpo gordo afetam determinantes psicológicos da obesidade. Isso porque as pessoas aprendem a avaliar seus corpos através da interação com o ambiente; é através dos “olhos” do mundo (o social) que o indivíduo se vê e constrói seu autoconceito e sua identidade

(MENDES, 2005). Uma representação social extremamente negativa do obeso, afetará a autoimagem e autoestima dessas pessoas. Também é preciso considerar que a carga psicológica envolvendo o preconceito e a discriminação que o obeso sofre produz insegurança, sensação de isolamento, fracasso, humilhação, o que gera sofrimento para essas pessoas e pode inclusive, desencadear um transtorno alimentar (STUNKARD; WADDEN, 1992) e interferir no manejo da doença.

Para compreender melhor as Representações Sociais da obesidade, é importante discutir sobre como os determinantes da doença afetam essas representações. Apesar de o conceito de saúde proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) incluir aspectos biológicos, psicológicos e sociais como dimensões que integram a saúde (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2004), a obesidade não tem sido investigada em todos esses âmbitos. Os aspectos psicológicos e sociais são frequentemente esquecidos e usualmente a obesidade é investigada e tratada de forma parcial, tendo como único foco o indivíduo (STENZEL; GUARESCHI, 2000). A Teoria das Representações Sociais, portanto, pode ajudar a compreender esses aspectos que estão relacionados à obesidade e que, apesar da grande influência, geralmente ficam em segundo plano.

A obesidade à luz da Teoria das Representações Sociais

A Teoria das Representações Sociais (TRS) surgiu a partir do trabalho de Serge Moscovici sobre a difusão da psicanálise na população francesa dos anos 1950 (VALA; MONTEIRO, 2013; ÁLVARO; GARRIDO, 2006). O estudo abordou a forma como as noções da Psicanálise atingiram a sociedade francesa, entrando nas conversas do dia a dia e gerando novas práticas e formas de pensar (VALA; MONTEIRO, 2013). Em seu estudo, Moscovici procurava entender como a inovação científica afeta a cultura e pode contribuir para a mudança social e cultural (MOSCOVICI; MARKOVÁ, 2000).

Mas o que seriam as Representações Sociais? É importante salientar que Moscovici não elaborou uma definição para as Representações Sociais, porque entendia que uma definição só poderia ser a partir da acumulação de dados empíricos (PATRIOTA, 2007). No entanto, ele e seus colaboradores formularam noções das Representações Sociais que salientam os aspectos mais importantes do conceito. Para Moscovici:

A representação social é compreendida como um conjunto de conceitos, afirmações e explicações originadas no decurso do cotidiano e no decurso das comunicações

interindividuais. Elas são equivalentes, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais, podendo até mesmo ser vistas como uma versão contemporânea de senso comum. (MOSCOVICI, 1961, p. 181)

Em seu trabalho original sobre as Representações Sociais, Moscovici (1961) traz um excerto que certamente é muito útil para compreender o que de fato seriam as Representações Sociais, bem como os processos que acabaram de ser descritos:

As Representações Sociais são entidades quase tangíveis. Elas se circulam, se entrecruzam, e se cristalizam continuamente, através duma palavra, dum gesto ou duma reunião, em nosso mundo cotidiano. Elas impregnam a maioria das nossas relações estabelecidas, os objetos que nós produzimos ou consumimos, e as comunicações que estabelecemos. Nós sabemos que elas correspondem dum lado à substância simbólica que entra na sua elaboração e, por outro lado, à prática específica que produz essa substância, do mesmo modo com a ciência ou o mito correspondem a uma prática científica ou mítica. (MOSCOVICI, 1961, p. 40).

No que se refere às Representações Sociais da obesidade, esta também tem um percurso histórico no qual sua conotação se transformou. Representações altamente negativas em relação à obesidade e ao corpo acima do peso, em geral, nem sempre foram predominantes.

Até o final do século XIX, a obesidade era considerada sinal de saúde, riqueza, poder e *status* (MENDES, 2005), mas a partir do século XX o padrão começa a se inverter (ANDRADE, 2003). Atualmente, a definição científica de obesidade é que esta é uma doença (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2017a). Esse é um saber científico que é compartilhado em diversos meios, principalmente o acadêmico. Porém, o saber sobre a obesidade não é de exclusividade da ciência, podemos inclusive dizer que existem diversos saberes sobre a obesidade, que adquirem significados diferentes dependendo da fonte de informação, do grupo a quem se destina e de como essa informação é compartilhada nos grupos. Esses saberes contribuem para a construção das Representações Sociais da obesidade.

Para Moscovici (2009) existem dois universos que são fundamentais para a construção das Representações Sociais: o reificado e o consensual. O autor traz que no universo reificado a sociedade é transformada em um sistema de entidades sólidas, básicas, invariáveis, indiferentes à individualidade e que não possuem identidade. Moscovici traz que é nesse universo que as ciências podem, por assim dizer, “impor sua autoridade no pensamento e na experiência de cada indivíduo e decidir, em cada caso particular, o que é verdadeiro e o que não o é” (MOSCOVICI, 2009, p. 50). Já em um universo consensual, a sociedade é vista como um grupo de pessoas que são iguais e livres e onde cada um tem possibilidade de falar em nome do grupo, sendo que é através da expressão das opiniões de cada um também que se constroem as Representações Sociais (MOSCOVICI, 2009).

Deste modo, sabe-se que existem definições médicas e científicas para a obesidade, bem como definições dadas pela mídia, pela publicidade, pela moda, dentre outras (STENZEL; GUARESCHI, 2000). Para além do universo reificado da ciência, existem terrenos onde a obesidade ganha outros significados; na moda, por exemplo, a magreza é exaltada e a obesidade, ou mesmo o sobrepeso, não são bem vistos. Peters (2014) traz que essas questões atuam no estigma que a gordura tem na consciência coletiva e também interferem nos processos de formação de identidade dos obesos. O mesmo fenômeno (de diferenciação) acontece no cinema e na televisão, as pessoas obesas são retratadas na mídia através de sub-representações e estereótipos (NEVES; MENDONÇA, 2014). O obeso é geralmente representado de forma cômica e/ou trágica, os aspectos que são salientados sugerem que os obesos são diferentes de maneiras que vão além do peso. Nessa linha, é frequente que a mídia, além de supervalorizar a magreza, crie ou reforce estereótipos da obesidade que influenciam negativamente o universo consensual que contribui para a construção das Representações Sociais do fenômeno.

Da mesma forma que o excesso de gordura, e por consequência a obesidade, mudou de conotação e de representação durante a história passando de um sentido positivo para um extremamente negativo, a magreza percorreu o caminho oposto. Enquanto o corpo magro já significou um símbolo de fraqueza em meados do século XIX, hoje, emagrecer é uma perseguição que atrai progressivamente mais adeptos independentemente de classe, gênero e geração; emagrecer agora não

é mais um projeto para os portadores de obesidade ou sobrepeso, agora tem um caráter universalizante (SANTOS, 2008).

“Emagrecer é para todos”, diz a nova ditadura da beleza e da “saúde”; coloca-se aqui saúde entre aspas porque esta parece, por vezes, ser usada como justificativa para a finalidade de alcançar o padrão de beleza vigente. Porque estar fora do padrão significa estar à margem, o que gera sofrimento. Nesse sentido, a saúde na imagem da magreza passa a ser cada vez mais perseguida, mesmo que, ironicamente, através de meios pouco saudáveis, como rotinas extenuantes de exercícios, dietas não balanceadas, substâncias químicas que prometem a alteração das medidas (desde proteínas até hormônios) e, por fim, as cirurgias plásticas com finalidade puramente estética.

Essa modificação dos papéis e significados da gordura e da magreza contribui para a atual conjuntura das Representações Sociais da obesidade, incluindo seus conceitos e práticas atreladas a estes. Houve, portanto, uma inversão nas Representações Sociais da obesidade, tanto em relação à estética quanto à saúde. Agora, a magreza se torna o novo modelo de beleza e a obesidade passa a ser associada à doença, falta de controle sobre o corpo e, por extensão, também falta de controle sobre a própria vida (ANDRADE, 2003). O que foge desse padrão passa a ser visto como indesejável, feio e até temido. A supervalorização da magreza transforma a gordura em um símbolo de falência moral e o obeso, mais do que apresentar um peso socialmente inadequado, passa a carregar uma marca moral indesejável, ou seja, um estigma (MATTOS; LUZ, 2009). A sociedade se tornou lipofóbica,

e o estigma surge pela associação da obesidade a uma série de valores morais negativos (NEVES; MENDONÇA, 2014).

O estigma é um atributo (ou característica) considerado socialmente impuro, que torna o sujeito estranho, depreciado, desvalorizado, diferente dos demais, considerado alguém menos desejável (MATOS; LUZ, 2009); o estigma produz discriminação, preconceito e exclusão social (FELLIPPE; SANTOS, 2004); no caso da obesidade isso não é diferente. Muito disso se deve ao fato de que esse estigma culpabiliza o sujeito por sua condição e o foco individualista das causas da obesidade, dado tanto pela ciência quanto pela mídia, contribui para essa culpabilização.

Sabe-se que as representações sobre a natureza dos grupos sociais funcionam como princípios organizadores que motivam a expressão de preconceito e discriminação (LACERDA; PEREIRA; CAMINO, 2002), o que pode afetar a dinâmica das pessoas na sociedade, indo de encontro à política de inclusão social e afetando a prática de profissionais de saúde que trabalham com a obesidade, prejudicando o tratamento oferecido, com expressões de preconceito.

Em revisão sistemática feita por Teixeira, Pais-Ribeiro e Costa Maia (2012) sobre profissionais de saúde e obesidade, os dados indicaram uma falha no entendimento apropriado e na competência adequada em relação à obesidade. Os autores trazem que isto provavelmente contribui para o desenvolvimento de crenças ambivalentes e atitudes negativas em relação a indivíduos obesos que são descritos neste estudo como desmotivados, preguiçosos e sem autocontrole.

Os autores enfatizam que tanto em relação a estudantes que estão cursando a graduação, quanto a profissionais ativos, é imperativo tornar os provedores de cuidados de saúde conscientes do impacto que suas crenças sobre a obesidade podem exercer sobre suas práticas, pois, podem prejudicar o fornecimento de um tratamento adequado e efetivo para indivíduos obesos.

O preconceito contra pessoas gordas e a atribuição da gordura a causas internas e controláveis é parte de uma rede de crenças ideológicas que focam na responsabilidade individual e na autodeterminação (CRANDALL; SCHIFFHAUER, 1998). Nesse sentido, o estudo das Representações Sociais da Obesidade, bem como a que as pessoas atribuem suas causas, pode ajudar a compreender o preconceito que tem aumentado progressivamente em relação às pessoas que estão obesas. A investigação das representações em relação a pessoas obesas pode revelar crenças e práticas que prejudicam o tratamento oferecido e a inclusão social; deve-se buscar caminhos de intervenção mais eficazes que atentem às especificidades socioculturais.

Considerações finais

As Representações Sociais frente à obesidade são tecidas diariamente através de uma troca entre o conhecimento científico, representado pelo universo reificado, e o senso comum, característica do universo consensual. Esses universos se pressionam mutuamente, cada um provocando alterações no conhecimento que circula no outro

universo e, conseqüentemente, afetando as Representações Sociais sobre o fenômeno.

A ciência defende que a obesidade é multifatorial, mas seus estudos se voltam para um único fator: o balanço energético como etiologia da obesidade. Os fatores psicossociais são negligenciados mesmo no meio acadêmico e a própria definição de obesidade da OMS falha por não contemplar suas múltiplas causas. Assim, ao mesmo tempo, a ciência reconhece e ignora a multifatorialidade da obesidade e este conhecimento partilhado migra do universo reificado para o consensual transformando-se neste processo.

Ao focar no balanço energético como causa da obesidade, a ciência partilha que a obesidade é causada, quase que tão-somente, pela má alimentação e pelo sedentarismo. Este conhecimento migra para o senso comum principalmente através de um mediador de grande impacto nas Representações Sociais: a mídia.

O estudo das Representações Sociais frente à obesidade pode ser uma ferramenta útil para prover informações necessárias para a criação de políticas públicas e intervenções na saúde e na educação. Estas intervenções devem buscar desmistificar a obesidade, fornecendo informações acuradas do fenômeno além de promover a inclusão das pessoas obesas através da modificação dessa representação fortemente negativa quanto a este grupo. Espera-se com este trabalho fomentar mais pesquisas com um olhar psicossocial para a obesidade para que, em um futuro próximo, a realidade seja mais justa para pessoas

obesas. Mais justa tanto através do tratamento correto oferecido quanto através do tratamento correto dado pelas pessoas que as cercam.

Referências

ÁLVARO, José Luis; GARRIDO, Alicia. **Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas**. São Paulo: McGraw Hill, 2006.

ANDRADE, Sandra dos Santos. Saúde e beleza do corpo feminino: algumas representações no Brasil do século XX. **Movimento**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 119-143, jan./abr. 2003. Disponível em: www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/download/2665/1298. Acesso em: 11 jun. 2018.

ARAÚJO, Kênya *et al.* Nutricionista com Obesidade: sofrimento e estigma. **Investigação Qualitativa em Saúde**, Porto, v. 2, p. 1255-1261, 2016. Disponível em: <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/881/865>. Acesso em: 11 jul. 2018.

BRASIL, Vigitel. **Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2016**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: http://portal-arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/junho/07/vigitel_2016_jun17.pdf. Acesso em: 08 jun. 2018.

CABALLERO, Benjamin. The global epidemic of obesity: an overview. **Epidemiologic reviews**, Baltimore, v. 29, n. 1, p. 1-5, 2007. DOI:

10.1093/epirev/mxm012. Disponível em: <https://academic.oup.com/epirev/article/29/1/1/444345>. Acesso em: 11 jul. 2018

CHAVES, Lenize; NAVARRO, Antonio Coppi. Compulsão alimentar, obesidade e emagrecimento. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, São Paulo, v. 5, n. 27, maio/jun. 2012. Disponível em: <http://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/224/219>. Acesso em: 14 jun. 2018.

CRANDALL, Christian S.; SCHIFFHAUER, Kristin L. Anti-fat prejudice: Beliefs, values, and American culture. **Obesity research**, Lawrence, v. 6, n. 6, p. 458-460, 1998. DOI:10.1002/j.1550-8528.1998.tb00378.x. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/DOI/abs/10.1002/j.1550-8528.1998.tb00378.x>. Acesso em: 14 jun. 2018.

DAS, Debasish; MONDAL, Himel; PATNAIK, Minati. Study of dynamic lung function parameters in normal, overweight, and thin school boys. **Journal of the Scientific Society, Ganjam**, v. 44, n. 1, p. 36-39, 2017. DOI: 10.4103/jss.JSS_3_17. Disponível em: <http://www.jscisociety.com/article.asp?issn=0974-5009-;year2017-;volume44-;issue1-;spage36-;epage39-;aulast-Das>. Acesso em: 15 jun. 2018.

EKNOYAN, Garabed. A history of obesity, or how what was good became ugly and then bad. **Advances in chronic kidney disease**, New York, v. 13, n. 4, p. 421-427, 2006. DOI: 10.1053/j.ackd.2006.07.002. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1548559506001066>. Acesso em: 15 jun. 2018.

FELIPPE, Flávia; SANTOS, Andréia Mendes dos. Novas demandas profissionais: obesidade em foco. **Revista da ADPPUCRS**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 63-70, dez. 2004. Disponível em: <http://www.adppucrs.com.br/informativo/obesidade>. Acesso em: 15 jun. 2018.

FOGEL, Robert William. **The escape from hunger and premature death, 1700-2100: Europe, America, and the Third World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

GILMAN, Sander. **Fat: A cultural history of obesity**. Maiden: Polity Press, 2008.

KAC, Gilberto; SICHIERI, Rosely; GIGANTE, Denise Petrucci (org.). **Epidemiologia nutricional**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

LACERDA, Marcos; PEREIRA, Cícero; CAMINO, Leoncio. Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 165-178, 2002. DOI: 10.1590/S0102-79722002000100018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n1/a18v15n1.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

MATTOS, Rafael da Silva; LUZ, Madel Therezinha. Sobrevivendo ao estigma da gordura: um estudo socioantropológico sobre obesidade. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 489-507, 2009. DOI: 10.1590/S0103-73312009000200014. Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0103-73312009000200014&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 16 jun. 2018.

MENDES, Izabela Borges. **A obesidade e suas dimensões psicossociais**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2005. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/3032/2/20037760.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

MOSCOVICI, Serge. **La psychanalyse, son image et son public**. Paris: Presses universitaires de France, 1961/1981.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOSCOVICI, Serge; MARKOVÁ, Ivana. Ideas and their development: a dialogue between Serge Moscovici and Ivana Marková. *In*: DUVEEN, Gerard; MOSCOVICI, Serge (org.). **Social representations: Explorations in social psychology** Cambridge: Polity Press, 2000, p. 224-286.

NASCIMENTO, Angelina de Aragão Bulcão Soares. **Comida: prazeres, gozos e transgressões**. 2. ed. Salvador: EdUFBA, 2007. DOI: 10.7476/9788523209070. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/35m>. Acesso em: 20 jun. 2018.

NEVES, Alden dos Santos; MENDONÇA, André Luís de Oliveira. Alterações na identidade social do obeso: do estigma ao fat pride. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 619-631, 2014. DOI: 10.12957/demetra.2014.9461. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/9461>. Acesso em: 15 jun. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CIF - Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde**. Lisboa: Direção Geral de Saúde, 2004. Disponível em: <https://repositorio.observatoriodocuidado.org/handle/handle/1777>. Acesso em: 11 jun. 2018.

PATRIOTA, Lucia Maria. Teoria das Representações Sociais: Contribuições para a apreensão da realidade. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 1679-1842, 2007. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v10n1_lucia.htm. Acesso em: 10 jun. 2018.

PEREIRA, Mariana Soares *et al.* Prevalência de obesidade geral e central na população adulta na cidade de Tubarão, Santa Catarina: um estudo de base populacional. **Sci Med**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 245-253, 2014. DOI:10.15448/1980-6108.2014.3.17504. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/ebd0/1ccca7dce0a407002bf027ba8009494afd4d.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

PETERS, Lauren Downing. You are what you wear: How plus-size fashion figures in fat identity formation. **Fashion Theory**, Londres, v. 18, n. 1, p. 45-71, 2014. DOI: 10.2752/175174114X13788163471668. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.2752/175174114X13788163471668>. Acesso em: 15 jul. 2018.

POOL, Robert. **Fat: Fighting the obesity epidemic**. New York: Oxford University Press, 2001.

ROSA, Felipe monnerat marino *et al.* Efeitos do exercício físico agudo em ciclo ergômetro de membros superiores em indivíduos com obesidade mórbida. **Revista de Salud Pública**, Bogotá, v. 18, p. 37-49, 2016. DOI:

10.15446/rsap.v18n1.38664. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rsap/2016.v18n1/37-49/pt/>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SANTOLIN, Cezar Barbosa; RIGO, Luiz Carlos. O nascimento do discurso patologizante da obesidade. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 81-94, jan./mar. 2015. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/46172/33307>. Acesso em: 09 jul. 2018.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva. **O corpo, o comer e a comida**: um estudo sobre as práticas corporais alimentares cotidianas a partir da cidade de Salvador. Salvador: EdUFBA, 2008. DOI: 10.7476/9788523211707. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/38m>. Acesso em: 07 jun. 2018.

STENZEL, Lucia Marques; GUARESCHI, Pedrinho A. A dialética obesidade/magreza: um estudo em representações sociais com adolescentes. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, p. 183-194, 2002. DOI: 10.5007/25845. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revista-cfh/article/view/25845>. Acesso em: 07 jun. 2018.

STUNKARD, Albert; WADDEN, Thomas. Psychological aspects of severe obesity. **The American journal of clinical nutrition**, Maryland, v. 55, n. 2, p. 524S-532S, 1992. Disponível em: <http://ajcn.nutrition.org/content/55/2/524S.long>. Acesso em: 07 jun. 2018.

TEIXEIRA, Filipa Valente; PAIS-RIBEIRO, José Luis; DA COSTA MAIA, Ângela Rosa Pinho. Crenças e práticas dos profissionais de saúde face à obesidade: uma revisão sistemática. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 254-262, 2012. DOI: 10.1590/S0104-42302012000200024. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0104423012705031>. Acesso em: 07 jun. 2018.

VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria Benedita. **Psicologia social**. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases**. 2003. Geneva: World Health Organization. Disponível em: <http://www.who.int/dietphysicalactivity/publications/trs916/en/>. Acesso em: 15 jul. 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Health topics: Obesity**, 2017a. Geneva: World Health Organization. Disponível em: <http://www.who.int/topics/obesity/en/>. Acesso em: 15 jul. 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **BMI classification**, 2017b. Geneva: World Health Organization. Disponível em: http://apps.who.int/bmi/index.jsp?introPage=intro_3.html. Acesso em: 15 jul. 2018.



CAPÍTULO 5

FILHOS DO CORAÇÃO: PANORAMA DOS ESTUDOS ACERCA DAS ATITUDES FRENTE À ADOÇÃO

Patrícia Nunes da Fonseca

Tamiris da Costa Brasileiro

Jérrsia Laís Fonseca dos Santos

Clara Lohana Cardoso Guimarães

Ricardo Neves Couto

Valdiney Veloso Gouveia

Certo dia, em uma conversa com sua amiga, Mara, casada há oito anos, conta que descobriu recentemente que não poderia ter filhos e estava planejando adotar uma criança. Surpreendida com a notícia, a amiga questionou: mas, por que não tenta uma inseminação artificial primeiro? E, logo em seguida, afirma: "é preciso ter muita coragem para adotar!". Mara fala sobre o desejo de ser mãe o mais rápido possível. A amiga continua com os questionamentos: "mas, você já conhece a criança? Sabe de onde ela vem? Qual a idade?". Depois de muita conversa, a amiga concluiu dizendo: "crianças adotadas são sempre um problema".

Histórias como essas são comumente encontradas, especialmente porque a adoção é vista de forma negativa pela sociedade e tem sido associada a crenças e preconceitos (VALÉRIO; LYRA, 2016). Conforme apontam Santos *et al.* (2018), as crianças adotadas têm sido relacionadas a diversos estereótipos negativos, tais como problemáticas, revoltadas, ingratas, ansiosas e detentoras de um "trauma" por terem sido abandonadas.

Além disso, a adoção ainda é uma prática utilizada, sobretudo como solução para casos de infertilidade, o que leva pessoas a buscarem, preferencialmente crianças recém-nascidas, com características semelhantes as suas (MORELLI; SCORSOLINI-COMIN; SANTEIRO, 2015; AMIM & MENANDRO, 2007). Dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA, 2019), por exemplo, apontam que a maioria das pessoas que pretende adotar não possui filhos biológicos (76,51%) e nem adotivos (92,55%), o que evidencia o principal motivo de recorrerem à adoção.

Ainda de acordo com o CNA (2019), o maior obstáculo enfrentado na adoção é o fator idade, visto que a maioria das famílias dá prioridade às

crianças mais novas. Atualmente, há registros de 9.466 crianças e adolescentes aptos para a adoção, por outro lado, 45.888 pretendem para adotar, o que representa um número de quase cinco vezes maior (CNA, 2015). No entanto, 8.368 destes pretendentes só aceitam crianças até três anos de idade.

Frente a este cenário, percebe-se que a adoção, em muitos casos, é vista como uma forma de realizar metas pessoais, além de estar atrelada a mitos, estereótipos negativos e preconceitos, o que contribui para que essa prática seja enfraquecida. Sendo assim, estudar as atitudes frente a este tipo específico de prática social é relevante, uma vez que podem influenciar as pessoas a realizarem uma adoção. Diante disso, o presente capítulo busca discutir acerca das atitudes frente à adoção de crianças, fazendo uma breve apresentação de como o tema tem sido abordado na literatura.

Conceituando as atitudes

Na linguagem cotidiana, o termo “atitude” relaciona-se a diversas condutas apresentadas pelo ser humano em diferentes situações. Por exemplo, é comum o uso da expressão “tomar uma atitude” para indicar que uma pessoa precisa ter iniciativa ou ir atrás do que deseja. No entanto, para a Psicologia Social, a atitude refere-se ao conjunto de crença, sentimento e tendência comportamental que o indivíduo tem frente a um determinado objeto social (RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2009). Isto é, ao pensar sobre o sistema racial de cotas nas universidades ou a legalização do aborto, por exemplo, o indivíduo é capaz de classificar tais situações, assumindo uma posição a favor

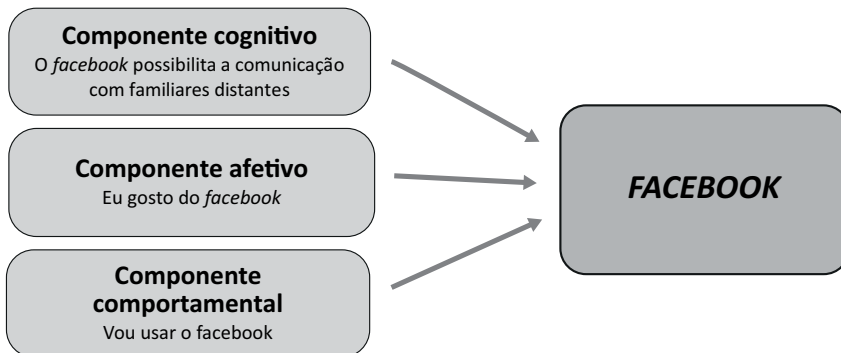
ou contra. Tal posicionamento frente a situações ou objetos sociais, em termos de bom ou ruim, agradável ou desagradável, desejável ou indesejável, caracteriza uma atitude (NEIVA; MAURO, 2011), o que, por conseguinte, leva a pessoa a uma disposição comportamental (AJZEN; FISHBEIN, 2005).

Para Myers (2014), as atitudes de uma pessoa são baseadas em crenças e demonstradas em sentimentos e inclinações para agir. Nesta mesma direção, Lopes *et al.* (2018) enfatizam que, além de englobar um aspecto avaliativo frente a situações ou objetos, as atitudes envolvem pensamentos, sentimentos e ações. Portanto, embora haja diversos conceitos acerca das atitudes, a maioria está relacionada, sobretudo, ao seu conteúdo. De modo geral, os componentes atitudinais apresentados na literatura são de ordem cognitiva, afetiva e comportamental. Esse Modelo de Três Componentes é considerado o mais proeminente em termos de estrutura interna das atitudes, sendo apontado em diversas obras (LOPES *et al.*, 2018; MAIO; HADDOCK, 2010; MYERS, 2014; TORRES; NEIVA, 2011).

De acordo com o modelo citado, as atitudes são constituídas por três componentes: cognitivo, afetivo e comportamental. O componente cognitivo é composto por crenças, percepções e conceitos relacionados ao objeto social em que se avalia; o afetivo inclui sentimentos positivos ou negativos em relação ao objeto ou situação; e o comportamental, por sua vez, indica as ações ou a intenção de agir (LOPES *et al.*, 2018; NEIVA; MAURO, 2011).

Para uma melhor compreensão, pode-se citar o exemplo do uso do aplicativo *Facebook* (Ilustrado na Figura 1), que é conhecido por ser uma das maiores redes sociais do mundo, que permite a comunicação com diversos amigos e familiares, próximos ou distantes. Estes conhecimentos ou crenças representam o componente cognitivo da atitude frente ao aplicativo. O fato de as pessoas atribuírem alguma avaliação ou juízo de valor ao aplicativo, por exemplo, “eu não gosto de usar o *Facebook*”, “me sinto satisfeito quando uso o *Facebook*”, “o *Facebook* é uma ferramenta positiva para a comunicação”, implica em respostas afetivas (positivas ou negativas), constituindo, portanto, o componente afetivo das atitudes. Por fim, a inclinação para a ação, tais como usar ou não usar o aplicativo, recomendar ou não a amigos, representa o componente comportamental.

Figura 1. Componentes das atitudes



Fonte: Adaptado de Torres e Neiva (2011).

Destaca-se que os três componentes (cognitivo, afetivo e comportamental) são interligados, ou seja, a mudança em um deles tende a produzir mudanças nos demais e, conseqüentemente, nas atitudes. Ao adquirir novas informações, lendo, assistindo filmes ou ouvindo professores, por exemplo, o componente cognitivo pode ser modificado; igualmente, conflitos interpessoais e discussões podem levar a mudanças no componente afetivo; e vivenciar novas experiências pode alterar as respostas comportamentais (KRÜGER, 2013). Portanto, percebe-se que, se novas crenças, conhecimentos e experiências forem relacionados a sentimentos, as atitudes podem ser mudadas.

Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009) apontam que as atitudes estão relacionadas a um estado de predisposição à ação, que juntamente com as influências externas, apresentam grande possibilidade para realização de um comportamento. Ou seja, indivíduos que possuem crenças, sentimentos e experiências positivas frente à tatuagem, por exemplo, tendem a apresentar uma grande probabilidade de tatuar-se. Assim, as atitudes têm sido consideradas poderosas preditoras da intenção ou do comportamento propriamente dito (AJZEN; FISHBEIN, 2005).

Neste sentido, justifica-se a importância de estudar as atitudes frente à adoção de crianças, sobretudo pelo fato de elas serem capazes de explicar o comportamento de adotar. Assim, acredita-se que atitudes favoráveis ou desfavoráveis frente à prática da adoção podem influenciar na decisão das pessoas quererem ou não adotar.

Atitudes frente à adoção

As atitudes têm sido amplamente estudadas, sendo um construto psicológico que assume uma posição de destaque na Psicologia Social, trazendo grandes contribuições para as ciências sociais e comportamentais (NEIVA; MAURO, 2011). De modo semelhante, a adoção é um tema abordado há muito tempo na literatura, abrangendo áreas da Psicologia e Psicanálise. Não obstante, a produção acadêmica sobre atitudes frente à adoção tem sido pouco frequente, tanto a nível nacional quanto internacional.

Em uma busca realizada na base de dados *PsycInfo* (2019), introduzindo o termo em inglês “*adoption*”, obteve-se 1.110 resultados, incluindo artigos, capítulos de livro, livros e teses. Considerando os últimos cinco anos, o montante é reduzido para 299 volumes. Apesar de as atitudes terem sido um construto apropriado e reconhecido como um dos principais temas da Psicologia Social, apenas duas pesquisas foram localizadas em periódicos vinculados a essa área de concentração. Uma delas reportou ao preconceito racial e às medidas explícitas e implícitas de atitudes frente à adoção transracial para explicar a intenção de adotar transracionalmente (TINKLER; HORNE, 2011) e a outra mediu a influência do gênero sobre as atitudes explícitas e crenças diante da adoção geral e transracial (GIBBONS; WILSON; RUFENER, 2006).

No contexto nacional, em busca realizada nas bases de dados Scielo (2019) e Index Psi (2019), utilizando o termo “adoção”, foram encontrados 3.702 resultados, dos quais 164 fizeram referência a pesquisas acerca da adoção na Psicologia, sendo expressiva a quantidade de estudos de caso com enfoque clínico. Relativo ao estudo das atitudes frente à adoção em Psicologia Social, foram identificadas apenas três publicações, tratando-se de uma dissertação de mestrado sobre atitudes explícitas e implícitas frente à adoção geral (BRASILEIRO, 2014); uma tese de doutorado sobre homoparentalidade e adoção por casais homoafetivos (FREIRES, 2015); e um artigo empírico acerca da construção e validação de um instrumento sobre atitudes frente à adoção (BRASILEIRO *et al.*, 2017).

No entanto, para um melhor entendimento sobre como vem sendo tratado o tema, faz-se necessário traçar um breve panorama do que vem sendo produzido academicamente. Um estudo pioneiro levado a cabo por Dembroski e Johnson, em 1969, buscou conhecer a relação entre o dogmatismo e as atitudes sobre adoção geral, em uma amostra de universitários do curso de Psicologia . Os resultados demonstraram que quanto mais aberta a mente das pessoas, mais atitudes positivas frente à adoção elas apresentam. Além disso, embora as mulheres tenham apresentado certo dogmatismo, suas atitudes frente à adoção mostraram-se mais positivas do que as dos homens.

O estudo realizado por Whatley (2002) verificou que as mulheres apresentaram atitudes muito mais positivas do que os homens em relação à adoção transracional. Resultados semelhantes foram encontrados por Gibbons, Wilson e Rufener (2006), que buscaram medir as atitudes e crenças de estudantes universitários frente à adoção geral e transracional, além de investigar a relação entre o machismo e/ou as atitudes frente ao papel da mulher na sociedade e as crenças sobre a adoção. Os resultados indicaram que a maioria dos participantes foi a favor da igualdade dos papéis entre homens e mulheres e expressaram atitudes positivas frente à adoção geral e transracional. No entanto, foi evidenciado que as mulheres demonstraram crenças mais favoráveis sobre a adoção.

Deste modo, percebe-se que os estudos (DEMBROSKI; JOHNSON, 1969; GIBBONS; WILSON; RUFENER, 2006; WHATLEY, 2002) apontam uma prevalência das mulheres em apresentar mais atitudes positivas em relação à adoção de crianças, quando comparadas aos homens. Conforme apontam Dembroski e Johnson (1969), este fato pode estar associado à maternidade, visto que o desejo de ser mãe é mais aflorado nas mulheres.

Whatley (2002) também buscou medir as atitudes de 188 estudantes universitários frente à adoção transracional a fim de verificar o quanto eles estavam dispostos a adotar uma criança de outra raça. Os resultados apontaram atitudes muito positivas frente à adoção transracional, além de verificar que pessoas que já experienciaram

namoro transracial ou que estão abertas a namorar alguém de outra raça tendem a apresentar uma maior disposição para adotarem transracionalmente.

Na mesma direção, uma pesquisa desenvolvida por Fenster (2004) nos Estados Unidos, buscou avaliar as atitudes de assistentes sociais de origem afroamericana e caucasiana da Associação de 600 Assistentes Sociais (NASW), assim como suas opiniões quanto à habilidade de pais brancos em ajudar crianças negras a adquirirem um senso de identidade negra e lidar com o racismo. A maioria dos participantes demonstrou atitudes positivas frente à adoção transracial, sendo que os assistentes sociais brancos demonstraram atitudes mais favoráveis em relação aos assistentes afroamericanos. Também foi possível evidenciar uma relação significativa e positiva das atitudes frente à adoção transracial com o otimismo em relação ao futuro e negativamente com o comprometimento em promover a consciência negra. Ou seja, os respondentes que apresentaram atitudes favoráveis frente a este tipo de adoção foram mais otimistas quanto ao futuro das relações raciais, porém, pouco comprometidos em promoverem valores afroamericanos e consciência negra.

De modo geral, os resultados do estudo supracitado apontaram que os participantes brancos foram significativamente mais otimistas quanto ao futuro das relações raciais, o que pode ser explicado pelo fato de serem mais favoráveis à adoção transracial quando comparados aos afroamericanos. Isto também demonstra que, embora as pessoas de

pele branca sejam vistas como mais racistas na sociedade, percebe-se que o preconceito racial também está presente em pessoas negras.

Contrariamente a esses resultados, uma pesquisa desenvolvida por Tinkler e Horne (2011) apontam a prevalência de atitudes negativas em relação à adoção transracial. Os participantes foram solicitados a classificar imagens de famílias com configurações raciais diferentes, a saber: famílias brancas, famílias negras e famílias transraciais. Especificamente, foram consideradas duas condições neste teste: uma na qual os participantes viam imagens de famílias brancas e famílias transraciais; e outra em que eram apresentadas imagens de famílias negras e famílias transraciais. Os resultados indicaram diferenças significativas na associação entre famílias brancas e famílias transraciais; isto porque a maioria dos participantes brancos demonstrou possuir atitudes mais negativas em relação às famílias transraciais em comparação às famílias brancas. Verificou-se ainda que atitudes desfavoráveis à adoção transracial correlacionaram-se significativa e positivamente com o preconceito racial e preferência endogrupal, isto é, pessoas que percebem esse tipo de adoção como algo negativo tendem a ser mais preconceituosas, priorizando pessoas da mesma raça.

No mesmo estudo, Tinkler e Horne (2011) também buscaram inferir o quanto os sujeitos preferiam dar à luz a uma criança ou adotar. De acordo com os resultados, a preferência por filho biológico ao invés de adotado correlacionou-se de forma significativa e positiva com as atitudes negativas em relação à adoção transracial. Tais resultados

deixam claro que, pessoas que preferem ter filhos por meio biológico parecem ser contra a adoção transracional, sugerindo que essas pessoas priorizam as características físicas semelhantes suas.

Destaca-se também que, na literatura acerca das atitudes frente à adoção encontram-se diversos estudos voltados para a questão da homoparentalidade. Uma pesquisa realizada por Mallinger (2010), por exemplo, procurou medir as atitudes dos assistentes sociais frente a casais heterossexuais, gays e lésbicas de diferentes composições raciais como candidatos a pais adotivos. Inicialmente, os participantes foram apresentados a dez cenários formados por diferentes tipos de famílias (contendo crianças com necessidades especiais crônicas, problemas emocionais e comportamentais severos, com histórico de devolução, vítimas de abuso ou crianças saudáveis). De modo geral, os participantes afirmaram que não havia informações suficientes para determinar a melhor colocação para a criança adotiva, embora tenham demonstrado não terem intenção de colocar as crianças carentes com casais de gays e lésbicas. Além disso, os resultados sugerem que inserir crianças em famílias da mesma raça é mais atraente do que a colocação destas em famílias homoparentais.

Nesta mesma direção, um estudo brasileiro (FALCÃO, 2004) buscou entender o posicionamento de estudantes universitários das áreas de humanas, exatas e biológicas frente à adoção de crianças por homossexuais, ancorando-se nas noções das Representações Sociais. Os resultados sugerem que as atitudes sobre a adoção homoparental

fundamentam-se nas causas dadas para a homossexualidade. Por exemplo, as pessoas que acreditam que a homossexualidade não é doença são favoráveis à adoção de crianças por homossexuais, já aquelas que acreditam que a homossexualidade está relacionada à falta de caráter, de respeito e de valores morais do sujeito são contrárias a esta prática. De um modo geral, destaca-se que a maioria dos estudantes de Psicologia são contra a adoção de crianças por gays ou lésbicas, justificando que a homossexualidade está relacionada a problemas parentais.

Portanto, apesar de alguns casais homoafetivos adotarem, percebe-se que a intolerância, estigma social e preconceitos frente à constituição de famílias homoparentais ainda é uma realidade frequente no país (SANTOS *et al.*, 2018). É relevante destacar também que o padrão de aceitação/oposição frente a este tipo de adoção é influenciado pelas crenças e valores dos indivíduos. Freires (2015) identificou que os arranjos heteroparentais são considerados mais convencionais do que os homoparentais, com destaque para os valores normativos. Ou seja, pessoas que seguem normas e tradições são menos propensas a estarem abertas à adoção por casais homoafetivos.

Brasileiro (2014) também buscou verificar a relação dos valores humanos com as atitudes frente à adoção geral de crianças. Os resultados mostraram que os valores de realização explicaram de forma inversa as atitudes frente à adoção, e estas, por sua vez, predizem a intenção de adotar. Ou seja, as pessoas que dão mais importância aos

valores de realização, são mais individualistas, priorizam seus próprios benefícios, tendem a apresentar menos atitudes implícitas favoráveis à adoção, logo, não buscam ter filhos ou adotar uma criança, já que isso dificultaria a realização de suas metas pessoais.

Em suma, tendo como base o apanhado de pesquisas sobre atitudes frente à adoção, foi possível verificar que, no cenário mundial, existem poucas pesquisas acerca desta temática, sobretudo nos últimos cinco anos. A propósito, a maior parte dos estudos encontrados é voltado, principalmente, para o campo da assistência social, interessado em conhecer as atitudes frente à adoção transracional (FENSTER, 2004; GIBBONS; WILSON; RUFENER, 2006; TINKLER; HORNE, 2011) e por casais homoafetivos (FALCÃO, 2004; FREITAS, 2015; MALLINGER, 2010).

Por fim, considerando as atitudes como importantes preditoras do comportamento, sugere-se que mais estudos sejam desenvolvidos acerca das atitudes frente à adoção, no sentido de identificar o quanto as pessoas estão abertas a esta prática e, simultaneamente, demonstrar a importância de adotar uma criança.

Considerações finais

Diante do levantamento dos estudos realizados sobre atitudes frente à adoção, percebe-se que as pesquisas têm considerado, quase que exclusivamente, amostras de universitários e da população geral.

Para suprir tal limitação, pode-se pensar em estudos que trabalhem a adoção numa outra perspectiva, isto é, considerando outros públicos, a exemplo de participantes de grupos de apoio à adoção, em especial, àqueles que pretendem adotar e dos técnicos que trabalham em tribunais lidando com processos dessa natureza.

Diante disso, espera-se que os resultados dos estudos aqui expostos possam contribuir para desmistificar a adoção – geralmente associada a uma prática de risco – marcada por mitos e preconceito. Especificamente, podem potencializar mudanças de atitudes capazes de despertar concepções e ações positivas diante da nova cultura da adoção, ou seja, que permitam maior abertura a adoções, principalmente as dificultosas, que fogem do padrão ideal de filho, compreendendo as adoções tardias, de crianças e adolescentes com deficiências e grupos de irmãos.

Referências

AJZEN, I.; FISHBEIN, M. The influence of attitudes on behavior. In ALBARRACÍN, D.; JOHNSON, B. T.; ZANNA, M. P. (Orgs.), **The handbook of attitudes**. New Jersey: Lawrence Erlbaum, p.173-221, 2005.

AMIM, I. D.; MENANDRO, P. R. M. Preferências por Características do Futuro filho adotivo manifestadas por pretendentes à adoção. **Interação em Psicologia**, v. 11, n. 2, p. 241-252, 2007.

BRASILEIRO, T. C. **Medidas explícitas e implícitas de atitudes frente à adoção e seus correlatos valorativos**. 191f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

CNJ - Conselho Nacional de Justiça. **Cadastro Nacional de Adoção**. 2019. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/cna/público/relatorioEstatistico.php>. Acesso em: 10 jun 2019.

FALCÃO, L. C. **Adoção de crianças por homossexuais: crenças e formas de Preconceito**. 178f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2004.

DEMBROSKI, B. G.; JOHNSON, D. L. Dogmatism and attitudes toward adoption. **Journal of marriage and the family**, 788-792, 1969.

FENSTER, J. The relationship between optimism about race relations, black awareness, and attitudes toward transracial adoption. **Journal of Ethnic & Cultural Diversity in Social Work**, v.13, n.3, p. 45-67, 2004.

FREIRES, L. A. **Atitudes frente à homoparentalidade: uma explicação a partir de variáveis explícitas e implícitas**. 288f. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

GIBBONS, J. L.; RUFENER, C. A.; WILSON, S. L. Gender attitudes mediate gender differences in attitudes toward adoption in Guatemala. **Sex Roles**, v. 54, p. 139-145, 2006.

KRÜGER, H. R. Ideologia, crenças e atitudes. Em Camino, L. *et al.* (Orgs). **Psicologia Social: temas e teorias**. 2 ed. Brasília: TechnoPolitik, 2013.

- LOPES, D. D. *et al.* **Psicologia Social**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.
- MAIO, G. R.; HADDOCK, G. **The Psychology of Attitudes and Attitude Change**. London: SAGE, 2010.
- MALLINGER, G. M. **Placing children in need with gay and lesbian couples: influences on placement decisions**. 152f. Dissertação (Mestrado em), University Pittsburg, Pittsburg, 2010.
- MORELLI, A. B.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTEIRO, T. V. O “lugar” do filho adotivo na dinâmica parental: revisão integrativa de literatura. **Psicologia Clínica**, v.27, n.1, p.175-194, 2015.
- MYERS, D. G. **Psicologia Social**. 10 ed. Porto Alegre: McGraw Hill, 2014.
- NEIVA, E. R.; MAURO, T. G. Atitudes e Mudança de Atitudes. Em: Torres, C. V.; Neiva, E. R. (Eds). **Psicologia Social: principais Temas e Vertentes** (pp. 171-203). Porto Alegre: Artmed, 2011.
- RODRIGUES, A.; ASSMAR, E. M.; JABLONSKI, B. **Psicologia Social**. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SANTOS, J. L. F. *et al.* Escala de Estereótipos sobre a Criança Adotada (EECA): elaboração e evidências psicométricas. **Avances em Psicología Latinoamericana**, v. 36, n.1, p. 211-224, 2018.
- THINKLER, J. E.; HORNE, C. Attitudes towards transracial adoption: measures and correlates. **Current Research in Social Psychology**. p. 177-189, 2011.
- TORRES, C. V.; NEIVA, E. R. **Psicologia Social: Principais temas e vertentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

VALÉRIO, T. A. M.; LYRA, M. C. D. P. Significados ambivalentes no processo de adoção: um estudo de caso. **Psicologia em Estudo**, v. 21, n. 2, p. 337-348, 2016.

WHATLEY, M. *et al.* College Students Attitudes toward Transracial Adoption. **College Student Journal**, v. 37, n. 1, p. 79-93, 2003.



CAPÍTULO 6

O PROCESSO SAÚDE-DOENÇA NO CONTEXTO DA PSICOLOGIA SOCIAL: VULNERABILIDADES E PERCEPÇÕES EM SAÚDE

Ana Alayde Werba Saldanha

Lidianny do Nascimento Gonçalves Braga

Isabelle Tavares Amorim

Josevânia da Silva

Otávio Pinho Neto

O processo de reforma da saúde no Brasil foi marcado pela Constituição Federal de 1988 e pela implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-a como um direito de todos (Brasil, 2009a). No Brasil, a atenção primária à saúde é expressa pela atenção básica, a qual foi definida inicialmente pela Portaria Nº 648/2006, que aprovou a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) como um conjunto de ações de saúde que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde, nos âmbitos individual ou coletivos (Brasil, 2006b).

A partir de práticas gerenciais e sanitárias pautadas na democracia e participação popular, e sob forma de trabalho em equipe multiprofissional baseado na Estratégia de Saúde da Família (ESF), os serviços da atenção básica são representados pelas Unidades de Saúde da Família (USFs) e as ações ali efetuadas são direcionadas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, devendo considerar, para tanto, tal dinâmica territorial (Brasil, 2006b).

Para além dessas questões, também faz-se necessário compreender que o SUS real, ou seja, o SUS que se apresenta na realidade do cotidiano dos serviços, é feito, sobretudo, a partir das práticas de cuidado dos profissionais de saúde que ali se encontram e suas relações com os usuários, entre eles mesmos e entre eles e os gestores. Tais práticas são compostas por diferentes sujeitos, diferentes modos de pensar, diferentes subjetividades que traduzem o SUS nas relações cotidianas. Por isso, conforme apontam Oliveira, Gomes, Sá e Acioli (2007), acessar essas construções psicossociais dos atores que fazem o SUS acontecer

torna-se um importante recurso para se compreender o “SUS vivo” e como este se dá enquanto uma garantia de um direito constitucional, que é o direito à saúde.

Estar implicado e implicar-se no cuidado em saúde é reconhecer os aspectos subjetivos subjacentes à sua produção, reconhecendo que há uma micropolítica acontecendo no ato do cuidar que é permeada por múltiplos atravessamentos sociais, contextuais e individuais (Feuerwerker, 2014). Por isso, é a partir dessas questões que pode-se compreender como se dá a construção da saúde pública, compreendendo como as vulnerabilidades interferem direta e indiretamente no modo como o cuidado é ofertado, como o SUS é percebido e executado. Verificar como os modos de vida repercutem no adoecimento da população é importante à medida em que direciona as demandas de cuidado em saúde. Estar atento a essa dinamicidade da vida e suas implicações deve ser uma das atribuições dos serviços de saúde locais, permitindo uma maior acessibilidade e garantia do direito à saúde e desta enquanto um direito.

O conceito de vulnerabilidade traz consigo a discussão acerca da prevenção e da promoção da saúde enquanto práticas tradicionalmente ligadas ao modelo biomédico de cuidado em saúde. Apesar de, com a legislação do SUS, o conceito de saúde se ampliar e se ligar aos diversos aspectos e condicionantes que permeiam a vida cotidiana para além dos biológicos, como os econômicos, sociais e culturais, observa-se que nas concepções e nas práticas ainda prevalece um discurso baseado no aspecto biológico e com um caráter individual.

Utilizando o HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) como exemplo, sobretudo diante sua epidemia na década de 1980, buscava-se evitar com que o vírus entrasse em contato com o organismo humano, sendo a unidade biológica-comportamental como a responsável pela prevenção. Para tanto, promovia-se o uso do preservativo como alternativa única, excetuando a abstinência sexual.

Nesse momento histórico, conforme aponta Mendonça (2012), a noção de “grupo de risco” era amplamente utilizada, direcionando as ações de prevenção para populações específicas, justamente por acreditar que estas eram o público suscetível à doença, formados sobretudo pelos homossexuais, profissionais do sexo, hemofílicos e usuários de drogas injetáveis, criando e fortalecendo estigmas e preconceitos.

Sobre esse contexto da epidemia da Aids (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) e tais aspectos que legitimaram preconceitos, Rocha (2016) aponta que a terminologia “grupo de risco”, apesar de substituir “fator de risco”, a qual destituía as pessoas de sua própria humanidade, corroborada inclusive pelas campanhas de prevenção, traz um caráter de responsabilização ao indivíduo, uma vez que se liga ao conceito de “comportamento de risco”.

Mediante tais inquietações, o conceito de “vulnerabilidade” passa a ganhar espaço nas discussões que permeavam a epidemia do HIV por permitir que os horizontes fossem ampliados nos estudos, ações e políticas para o seu enfrentamento (Rocha 2016; Ayres, França, Calazans & Saletti Filho, 1999). Além disso, permitiu a problematização dos aspectos

negativos trazidos pelos termos anteriormente citados (fator, grupo e comportamento de risco), os quais contribuíram para que a Aids fosse entendida como “doença do outro”, provocando o aumento da exclusão social dos considerados “grupos de risco”, marginalizando-os e gerando o individualismo e o insucesso das campanhas de prevenção (Rocha, 2016).

Com os crescentes casos de HIV/Aids no mundo, foi-se verificando que esses conceitos já não davam mais conta de compreender o avanço da epidemia, tendo-se a emergência de intervenções com um alcance social, a nível macro, como destaca Rocha (2016), saindo, como até então se propunha, do caráter biológico-comportamental, meramente individual, na compreensão do complexo processo saúde-doença.

Assim, a vulnerabilidade foi se estabelecendo conceitualmente, sendo intensificados estudos nesse sentido (Nichia, Bertolozzi, Takahashi e Fracoli, 2008), consolidando-se como o quadro conceitual da Vulnerabilidade e Direitos Humanos (V&DH). Somente no fim da década de 1990, este quadro foi se legitimando, refletindo criticamente sobre a noção de “grupo de risco” e as ações de prevenção baseadas na HND, evidenciando que a história social da doença é um fator fundamental a ser considerado na compreensão da epidemia do HIV/Aids. Sobre isso,

(...) cabe destacar, como a resposta à Aids mostrou, que não há um único e necessário modo de descrever os determinantes, distribuição e desdobramentos de um processo saúde-doença-cuidado. A História Natural de uma doença e as formas de intervir sobre ela admitem diferentes leituras, segundo a perspectiva de quem as descreva, de que

recursos científicos e tecnológicos se disponha, de que saberes e princípios ético-políticos se lance mão. O que o quadro da vulnerabilidade nos mostra é que não há uma História Natural da Doença, senão uma História Social da Doença, não só porque são sociais e históricos os conteúdos dessa História, mas porque social e histórica é também a forma de “contá-la” (Ayres, Paiva e França Jr., 2012, p. 81).

Portanto, conforme destacam Ayres, Paiva e França (2012), apesar do termo “vulnerabilidade” não ser novo, seu advento como um conceito aplicado na saúde pública emerge a partir de reflexões e construções de respostas à epidemia do HIV/Aids. Estas denunciavam que partir de uma concepção de prevenção e cuidado à saúde de um ponto de vista estritamente individualizante, como remontava o conceito de “grupos de risco”, mostrava-se limitada e, mais que isso, prejudicial, gerando o “isolamento sanitário” de grupos; acirrando preconceitos e discriminação, dificultando ainda mais a condição social e clínica das pessoas acometidas com o HIV; e desprotegendo o restante da população (Ayres *et al.*, 2012).

Com o avanço da epidemia, foi-se verificando aspectos sociais que influenciam diretamente na sua caracterização, e que, para além de questões individuais que definem o comportamento de prevenção com o uso de preservativo, por exemplo, a Aids tem relação com a classe sócio econômica, atingindo muito mais os pobres; com o acesso à informação e/ou serviços de saúde de qualidade; poder na garantia de seus direitos, como as mulheres que precisam dialogar com seus parceiros sobre o uso do mesmo; entre outros (Mendonça, 2012). Ou seja, era emergente a

necessidade de ir além de uma “mudança de comportamento” individual e mudanças de crenças e atitudes, ideias bem estabelecidas no quadro epidemiológico de risco, apesar das propostas de prevenção e promoção à saúde serem pautadas nisso, mesmo quando se buscava propor o quadro conceitual da V&DH.

Aqui, vale salientar que esse quadro conceitual se situa na perspectiva dos direitos humanos por propor pensar o processo saúde-doença-cuidado numa perspectiva compreensiva do sujeito enquanto sujeito de direitos. Bem como enfatiza a responsabilidade e a ação de governos e programas públicos de saúde como integrante dos determinantes contextuais e sociais desse processo, sobretudo no Brasil em que as respostas à epidemia da Aids se deu no âmbito do SUS, estando essa responsabilidade implicada desde o nível individual a partir da concepção do sujeito de direitos, devendo o poder público garantir o acesso à saúde de forma universal, equânime e integral (Ayres *et al.*, 2012). Logo, nessa perspectiva, entende-se que contextos que favorecem a vulnerabilidade é uma negação em termos de direitos humanos, ao passo que, ao negá-los as vulnerabilidades se evidenciam. Conforme apontam estes autores, o trabalho em saúde pública tem evidenciado que a atenção aos direitos humanos, para além de mostrar quem está ou não em desvantagem, aponta se determinadas disparidades em saúde são decorrentes de uma injustiça.

Nesse sentido, o conceito de vulnerabilidade aqui adotado refere-se a um “conjunto de aspectos individuais e coletivos relacionados à maior suscetibilidade de indivíduos e comunidades a um adoecimento ou agravo

e, de modo inseparável, menor disponibilidade de recursos para sua proteção” (Ayres *et al.*, 2012, p. 78). Assim, na compreensão do processo saúde-doença, enquanto a noção de risco aponta para probabilidades, a de vulnerabilidade indica iniquidades e desigualdades sociais (Nichiata *et al.*, 2008). Para a compreensão do quadro conceitual de vulnerabilidade e direitos humanos é preciso considerar três planos interdependentes: individual, social e programático (Ayres, 2002).

Em referência à vulnerabilidade individual, pressupõe-se alguns determinantes, como o fato de toda pessoa ser suscetível à infecção, bem como as pessoas já infectadas serem mais suscetíveis à morbidez, invalidez ou morte. Também destaca-se que há condições cognitivas, comportamentais e sociais que interferem na vulnerabilidade de cada indivíduo em particular (Man, Tarantola e Netter, 1993). Para Ayres *et al.* (1999) a avaliação dessa vulnerabilidade deve ser feita de modo qualitativo, a partir de uma ação crítico-reflexiva, uma vez que, os comportamentos não são determinados somente pela ação voluntária da pessoa, mas pela sua capacidade de aplicar todo o conhecimento que possui, transformando-os.

Conforme apontam Ayres *et al.* (2012), para entender a vulnerabilidade no plano individual, é necessário conceber cada pessoa como sujeito de direito para que depois se verifique quais aspectos de sua vida cotidiana, sejam eles físicos e/ou psicossociais, a deixa exposta à infecção ou ao adoecimento. Aqui, falar em sujeito de direito é remeter essa dimensão individual à esfera do sujeito-cidadão, à concepção do ser em relação, ao indivíduo como intersubjetividade, ser ativo e não apenas

produto das relações sociais. Para tanto, ressalta-se que as pessoas devem se reconhecer e serem reconhecidas como tais, efetivando o princípio da participação e do controle social.

Logo, ao se falar em vulnerabilidade individual, reconhece-se que cada trajetória pessoal e psicossocial está ligada a contextos intersubjetivos e a relações de poder, os quais só podem ser compreendidos a partir de seus significados locais e contextuais. Assim, a vulnerabilidade individual compreende a trajetória pessoal, além do corpo e estado de saúde individuais, envolvendo as relações estabelecidas no cotidiano (de amizade, familiares, afetivo-sexuais, profissionais), escolaridade, nível de conhecimento, acesso à informação, entre outros, além da subjetividade intersubjetiva, como valores, crenças e desejos, os quais são dinamicamente conflitantes e construídos ao longo do processo de socialização, tendo o sujeito que lidar diariamente com tais conflitos em cenas (Ayres *et al.*, 2012).

No que se refere à vulnerabilidade social, remete-se às relações sociais em que as práticas individuais acima discutidas se inserem, a análise das relações sociais, dos marcos da organização e da cidadania e o cenário cultural, buscando avaliar a dimensão do adoecimento, quer seja, o aspecto social ou contextual geral deste (Ayres *et al.*, 2012; Nichiata *et al.*, 2008). Ou seja, essa dimensão da vulnerabilidade foca nos aspectos contextuais que conformam vulnerabilidades individuais, considerando as relações econômicas, de gênero, raciais e étnicas, entre gerações, mobilização e participação, instituições e poderes, proteção ou discriminação sistemática de direitos, além de crenças religiosas e

a religiosidade na prática, a pobreza, exclusão social ou aspectos que mantêm a desigualdade (Ayres *et al.*, 2012).

De acordo com Nichiata *et al.* (2008), a vulnerabilidade social está relacionada a processos de exclusão, discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais, bem como sua capacidade de reação. Ao se avaliar a vulnerabilidade das coletividades, fornece-se aos indivíduos subsídios para que se auto avaliem em termos do componente social, permitindo a construção e o planejamento de suas ações nos movimentos sociais e potencializando os recursos disponíveis no enfrentamento das doenças, inserindo à discussão uma compreensão mais ampla e coletiva dos fenômenos de saúde (Ayres *et al.*, 1999; Nichiata *et al.*, 2008).

Já a vulnerabilidade programática apresenta-se como uma ligação entre os planos individual e social, levando em conta o acesso aos serviços de saúde e a análise de quanto e como o poder público respeita, protege e promove o direito à saúde. É aqui que também é avaliado o vínculo entre usuários e profissionais dos serviços de saúde, bem como as ações instituídas nesses espaços para a prevenção e o controle dos agravos, e também os recursos disponíveis (Nichiata *et al.*, 2008).

Aqui, na compreensão do processo saúde-doença-cuidado, aponta-se para a discussão se os serviços de saúde, participantes da realidade individual e social, estão atentos a esse processo e aos diversos contextos do território de saúde em que estão inseridos. Ou seja, a dimensão programática da vulnerabilidade busca refletir sobre essas relações e dar respostas que sejam capazes de problematiza-las e supera-las. Dito de outra forma, faz-se necessário saber de que modo as políticas e as

instituições, sobretudo as de saúde, educação, bem-estar social, justiça e cultura, atuam na redução, reprodução e/ou aumento das condições de vulnerabilidades individuais em seus contextos sociais (Ayres *et al.*, 2012).

Destaca-se a inseparabilidade das três dimensões de análise da vulnerabilidade, como apontam Ayres *et al.* (2012), havendo maneiras e intensidades diferentes para cada situação concreta em que os aspectos (inter)subjetivos, contextuais e programáticos irão se combinar. Assim sendo,

“a sinergia das três inextricáveis dimensões da vulnerabilidade é a dinâmica que precisa ser considerada para tornar os conceitos da prevenção e da promoção da saúde mais realistas, pragmáticos e eticamente orientados” (Ayres *et al.*, 2012, p. 84).

Em reflexões trazidas por Sousa, Miranda e Franco (2011) acerca da aplicabilidade do quadro conceitual da V&DH na prática profissional do enfermeiro em um ambulatório de HIV/Aids, elas destacam que esse conjunto de aspectos trazidos por essa noção ampliada do processo de adoecimento deve ser analisado de forma objetiva e subjetiva, considerando a dimensão simbólica e a construção de identidades que permeiam as vulnerabilidades das pessoas. Também apontam que no espaço da consulta narrativas são produzidas pelos sujeitos, emergindo a necessidade de compreender como estes organizam suas vivências a partir do modo como sentem, representam e dão sentido às mesmas. A partir disso, potencializa-se a construção de novas histórias, de novos

significados frente o adoecimento, sendo necessário, para tanto, pensar sobre a noção de sujeito que profissionais de saúde têm e como se dá sua relação consigo e com os outros, já que essas concepções norteiam e fundamentam a própria prática do cuidado em saúde (Sousa, Miranda & Franco, 2011).

Conforme ressalta Freire (2009), as questões que perpassam o trabalho em saúde estão ligadas às situações sociais, culturais e econômicas, devendo estas serem consideradas quando se busca compreender e/ou provocar mudanças nas práticas. Porém, também ressalta que são os aspectos subjetivos que devem dar subsídio a essa discussão, uma vez que o modo como os envolvidos no processo de saúde-doença-cuidado vivenciam e percebem esses elementos vai ser norteador e orientador dessas relações de cuidado. Aqui, portanto, ganham destaque os aspectos intersubjetivos, uma vez que estes se expressarão inevitavelmente nos comportamentos de profissionais e usuários no cotidiano dos serviços de saúde.

Sobre os aspectos subjetivos, Ronzani (2007) afirma que expressam fontes de ideologia, além de guiar e sustentar determinados comportamentos individuais. Por isso, ele destaca a formação dos profissionais de saúde como fundamental para a efetivação de políticas de saúde, uma vez que é nesse processo formativo que se compartilham percepções, crenças e se fortalecem e se mantêm ideologias e práticas em saúde. Assim, corrobora-se que os aspectos subjetivos permeiam o processo saúde-doença-cuidado, interferindo diretamente na qualidade da oferta do cuidado.

Nessa perspectiva compreensiva sobre tais aspectos, a Psicologia Social traz como um de seus temas clássicos o estudo da percepção, sobretudo da percepção social, conceituando-a como sendo o processo pelo qual os indivíduos interpretam a realidade social. O estudo da percepção social pertenceu a uma das grandes linhas de pesquisa em psicologia social da Escola da Gestalt, em meados de 1950, apoiando-se na hipótese de que as mesmas leis enunciadas para explicação da percepção dos objetos, explicaria a percepção das pessoas e seus comportamentos sociais (Álvaro & Garrido, 2006).

Contudo, Fritz Heider (1944, 1958) trouxe importantes contribuições para o desenvolvimento dessa linha de pesquisa, analisando como as pessoas percebem as relações interpessoais, defendendo que as pessoas tendem a perceber seu meio de forma organizada, como um todo coerente e estruturado, notando como estáveis características físicas e outros tipos de traços, como personalidade, crenças, capacidade intelectual, entre outros. Porém, para ele, o que difere a percepção de objetos físicos e a percepção das pessoas é a atribuição de causalidade, sendo estas percebidas como causa de suas próprias ações. Aqui, considera-se que a causalidade é uma forma de organização cognitiva que advém da percepção do meio social, o qual é composto pelas pessoas e suas ações, sendo tanto uma quanto outra uma unidade perceptiva, na qual a primeira é a causa e a segunda o efeito (Álvaro & Garrido, 2006).

Ressalta-se, concordando com os autores supracitados, que essa tendência de atribuir causalidade às próprias ações e aos comportamentos das pessoas é motivada pela necessidade que as pessoas têm de organizar

e dar sentido ao mundo físico e social no qual estão imersos, podendo-se atribuir o comportamento a fatores internos (personalidade, por exemplo) ou a fatores externos, como a própria situação. Aqui, a intencionalidade é bastante levada em consideração, ou seja, a intenção de uma pessoa causar algo, sendo somente consideradas, portanto, as ações que possuem um caráter propositivo para a atribuição de causalidade.

Outros estudos em Psicologia Social utilizaram-se da percepção social como base para compreensão de fenômenos sociais, a exemplo dos estudos de Asch (1946) sobre formação de impressões e os estudos de Sherif (1936) sobre influência social. Observa-se que as percepções são aspectos subjetivos que precisam ser considerados quando se quer entender a realidade social. Não obstante, no contexto do cuidado em saúde tais aspectos são relevantes para a compreensão de como se dá, na prática, a efetivação do direito à saúde e desta enquanto um direito, sobretudo pelo percurso histórico da saúde no Brasil, o qual traz repercussões da saúde enquanto um favorecimento e de sua prestação à maior parte da população enquanto uma caridade.

De acordo com Pereira (2012), a investigação dos aspectos subjetivos que permeiam as relações de cuidado em saúde é uma das formas mais efetivas de conhecer como se dá a atuação dos profissionais de saúde nessas relações. Assim como destaca Ronzani (2007) tais aspectos devem ser considerados quando se trata da efetivação de políticas públicas de saúde, visto que, na prática, isso se dá na dimensão relacional que ocorre nos serviços de saúde. Ou seja, para além de questões estruturais, o “SUS vivo” acontece no encontro entre as subjetividades dos atores envolvidos

no espaço de cuidado, se dá permeado pelas percepções, crenças, atitudes e outros aspectos subjetivos inerentes ao humano enquanto ser social.

Articulando com o quadro conceitual da V&DH, aponta-se que as percepções que as pessoas têm acerca de seu próprio contexto de vida, sobre suas condições de vida e de saúde, sobre saúde e adoecimento, sobre os serviços de saúde que lhe são ofertados e sobre a própria relação de cuidado em si estabelecida nestes espaços, revelam o modo como enxergarão a efetivação da política pública de saúde. Do mesmo modo, as percepções que profissionais de saúde possuem acerca do contexto e da realidade local onde o serviço em que trabalha está inserido, bem como suas percepções sobre saúde-doença, sobre a própria política de saúde, sobre o SUS, sobre o cuidado em saúde e a própria relação de cuidado em si, permearão suas práticas cotidianas e o conduzirão a contribuir ou não para a efetivação do direito à saúde e desta enquanto um direito. Desta forma, aponta-se a relevância de considerar as contribuições da Psicologia Social para a investigação das políticas públicas de saúde no contexto brasileiro.

Enfim, frente ao questionamento: “Quais as vulnerabilidades, percepções e práticas de cuidado que repercutem na garantia da saúde enquanto um direito no que se refere à atenção básica?” Defende-se que as vulnerabilidades existentes nos diferentes contextos socio-geográficos são produtoras de percepções estereotipadas sobre o cuidado em saúde, em especial dos profissionais de saúde, produzindo relações de cuidado que interferem na garantia do direito à saúde e desvirtuam a saúde enquanto direito, produzindo, por sua vez, novas vulnerabilidades. Neste sentido, faz-se necessário investigar as vulnerabilidades e as práticas

de cuidado em saúde na atenção básica que repercutem na garantia do direito à saúde e na sua efetivação.

Assim, deve-se compreender, de forma ampla, as disparidades em investimentos públicos que contribuem para a manutenção de desigualdades e iniquidades sociais nos territórios, e, especificamente, as nuances quanto ao acesso às políticas de saúde. Portanto, considerando a perspectiva dos usuários e profissionais de saúde, espera-se contribuir de forma direta e indireta na construção de um SUS efetivo nos lócus de pesquisa, de um “SUS vivo” que esteja em consonância com o “SUS do papel”. Ou seja, interessa investigar o SUS que está articulado com o proposto em sua legislação, o SUS que executa aquilo que fora tão idealizado e construído por meio da participação social. Também espera-se contribuir na construção do conhecimento no sentido de propor ao espaço científico um caráter crítico e comprometido com a responsabilidade social, articulado com as discussões que abrangem as políticas públicas do país.

Referências:

Álvaro, J. L., & Garrido, A. (2006). *Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. São Paulo: McGraw-Hill.

Ayres, J. R. C. M. (2002). Práticas educativas e prevenção de HIV/Aids: lições aprendidas e desafios atuais. *Comunic, Saúde, Educ*, 6(11), 11-24.

Ayres, J. R. C. M., França, I. Jr., Calazans, G. J., & Saletti Filho, H. C. (1999). Vulnerabilidade e prevenção em tempos de AIDS. In R. M. Barbosa, R. M.

& Parker, R. (Eds), *Sexualidades pelo Averso: direitos, identidades e poder* (pp. 49-72). São Paulo: Editora 34.

Ayres, J. R. C. M., Paiva, V., & França, I. Jr. (2012). Conceitos e práticas de prevenção: da história natural da doença ao quadro da vulnerabilidade e direitos humanos. In Paiva, V., Ayres, J. R. C. M. & Buchalla, C. M. (Coor.), *Vulnerabilidade e Direitos Humanos: Prevenção e Promoção de Saúde – Livro I* (pp. 71-94). Curitiba: Juruá.

Asch, S. (1946). Forming impressions of personality. *Journal of Abnormal & Social Psychology*, 63, 346-350.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal.

_____. (2006b). *Política Nacional de Atenção Básica*. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). (Série Pactos pela Saúde, v. 4). Brasília: Ministério da Saúde.

_____. (2009a). *13ª Conferência Nacional de Saúde: relatório final*. Brasília: Ministério da Saúde.

Feuerwerker, L. C. M. (2014). *Micropolítica e saúde: produção do cuidado, gestão e formação*. Porto Alegre: Rede Unida.

Freire, F. M. S. (2009). *A Psicologia na atenção básica à saúde: uma relação dialógica com o SUS?* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Mann, J., Tarantola, D. J. M., & Netter, T. (1993). Como avaliar a vulnerabilidade à infecção pelo HIV e Aids. In R. Parker (Eds.), *A Aids no mundo* (pp. 276-300). Rio de Janeiro: RelumeDumará.

- Mendonça, L. G. T. (2012). Modelos teóricos como subsídios da prática da promoção da saúde em DST/Aids no quadro da vulnerabilidade e dos direitos humanos. In Paiva, V., Calazans, G. & Segurado, A. (Coor.), *Vulnerabilidade e Direitos Humanos: Prevenção e Promoção de Saúde – Livro II* (pp. 73-100). Curitiba: Juruá.
- Nichiata, L. Y. I., Bertolozzi, M. R., Takahashi, R. F. & Fraccolli, L. A. (2008). A utilização do conceito “vulnerabilidade” pela enfermagem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 16(5).
- Oliveira, D. C. D., Gomes, A. M. T., Sá, C. P. & Acioli, S. (2007). A atenção pública à saúde e a constituição simbólica do Sistema Único de Saúde: representações socioprofissionais. *Psicologia: teoria e prática*, 9(2), 26-46.
- Pereira, L. B. (2012). *Crenças, práticas de cuidado e prevenção acerca das DST/AIDS na atenção básica à saúde* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Rocha, M. D. H. A. (2016). História social da Aids no mundo: a vulnerabilidade dos sujeitos. *Revista Científica do ITPAC*, 9(1).
- Ronzani, T. M. (2007). A reforma curricular nos cursos de saúde: qual o papel das crenças? *Revista Brasileira de Educação Médica*, 31(1), 38-43.
- SHERIF, M e SHERIF, C. W. *Social psychology*, New York, Harper & Row, 1969.
- Sousa, P. K. R. D., Franco, A. C., & Miranda, K. C. L. (2011). Vulnerabilidade: análise do conceito na prática clínica do enfermeiro em ambulatório de HIV/AIDS. *Rev Bras Enferm*, 64(2), 381-84.



CAPÍTULO 7

O NOVO MUNDO DO TRABALHO NO CINEMA: UMA ANÁLISE DO FILME EU, DANIEL BLAKE, DE KEN LOACH

Ivo Júnior Celestino Ferreira

Anísio José da Silva Araújo

Paulo César Zambroni-de-Souza

Ken Loach é um diretor cuja preocupação sempre foi marcadamente por um cinema social e crítico. Filho de operários de Nuneaton, no Reino Unido, pequena cidade próxima de Coventry, conheceu desde cedo e de perto as lutas da classe trabalhadora. Autodeclarado socialista, Loach sempre dedicou o seu cinema à apreensão da realidade da vida cotidiana dos de baixo, dos mais pobres. Sua preocupação enquanto artista sempre foi a de representar nos filmes as problemáticas vitais da classe trabalhadora.

Nesse artigo buscamos analisar a obra mais recente desse diretor intitulada *Eu, Daniel Blake* que ganhou, inclusive, a Palma de Ouro no Festival de Cannes em 2016 e na qual retrata vários aspectos da realidade contemporânea do mundo do trabalho. Antes, entretanto, situemos o método que sustentou tal análise.

Método crítico de Antonio Candido

Tendo em conta que o objeto de estudo desse artigo é uma obra cinematográfica, e, portanto, uma obra de arte, a sua análise impunha um método em que não se perdessem as particularidades estéticas dos objetos. Para isso recorreremos ao método crítico desenvolvido pelo crítico literário Antonio Candido.

Para Antonio Candido, a narrativa literária se constitui partindo de elementos a priori não artísticos, mas manipulados a fim de tomarem o aspecto de uma organização estética regida por suas próprias leis, e não as leis da natureza ou da sociedade ou do ser. No

entanto, natureza, sociedade e ser aparecem presentes em cada página e o “leitor tem a impressão de estar em contato com realidades vitais” (CANDIDO, 1993, p. 9).

A esse processo, por meio do qual a realidade do mundo e do ser se torna, na narrativa ficcional, componente de uma estrutura literária, Candido (1993) chamou de “redução estrutural”.

Na crítica, tal como concebida por Candido, os elementos analisados têm que estar sugeridos na própria composição, tanto do todo como das partes da obra, isto é, em seu próprio interior. Se, por exemplo, falamos que uma determinada obra fílmica trata do novo mundo do trabalho e da precarização da vida, faz-se necessário constatar que o filme é, de fato, ordenado em torno dessas questões, que elas estejam transpostas no plano da estrutura fílmica. Não basta que ela seja afirmada abstratamente pelo diretor (quando este revela suas intenções na elaboração da obra), nem meramente ilustradas com exemplos, ela precisa ser “sugerida na própria composição do todo e das partes, na maneira por que organiza a matéria, a fim de lhe dar uma certa expressividade” (CANDIDO, 2014, p.16).

Dessa forma, é a estrutura da obra que constitui o aspecto privilegiado e o ponto de referência para o trabalho analítico. O método de análise, neste caso, é imanente à obra, ela não pode, portanto, partir de qualquer elemento que seja externo a esta (CANDIDO, 2014).

Contudo, é importante destacar que a preocupação com a integridade e a autonomia da obra não deve se exacerbar a ponto de ignorar os aspectos históricos e sociais, sem os quais não se pode apreender

adequadamente o próprio sentido da obra estudada. O externo (o mundo social) se torna interno na obra, existindo, portanto, uma dialética entre o interno e o externo (CANDIDO, 2014).

Como se percebe pelo que foi exposto até aqui em seu método Antonio Candido não faz indicações precisas quanto aos sucessivos passos que seriam necessários para uma adequada e rigorosa análise da obra. Isso se deve ao fato de que a própria natureza do objeto estudado, a obra de arte, que não pode ser apreendida por um método estreito que sirva para todas. Cada obra apresenta uma determinada composição que exige cada qual seu próprio caminho para ser desvendada.

Não podemos deixar de considerar que Antonio Candido desenvolveu uma “crítica literária”, e não ignoramos que a literatura e o cinema são formas artísticas distintas, que não possuem as mesmas possibilidades de elaboração do seu conteúdo estético. Contudo, acreditamos que, com os devidos cuidados, o método crítico de Candido pode ser transportado para a crítica do objeto fílmico. Basta lembrar que o próprio Candido (1980) possui um ensaio, intitulado *A verdade da repressão*, em que nos mostra como o verdadeiro papel da polícia e da repressão foram revelados em obras de escritores como Balzac, Dostoiévski, Kafka, e conclui com uma análise do filme *Inquérito sobre um cidadão acima de qualquer suspeita*, de Elio Petri, apresentado sua contribuição ao debate.

Num mesmo ensaio, então, e para uma mesma finalidade de investigação – a verdade da repressão –, da mesma forma que Candido extrai proveito das contribuições da literatura, investigado

determinados autores e obras, o faz também com uma obra fílmica, sem maiores distinções de método. Mas mesmo que Antonio Candido nunca tivesse analisado um filme ainda assim as semelhanças quanto à estrutura narrativa da literatura e do cinema (ainda que divirjam na forma, a primeira trabalha com palavras e a segunda com imagens) possibilitam a transposição do método contanto que se tenha os devidos cuidados quanto as especificidades de cada forma artística.

Trajetória de Ken Loach

Em um artigo intitulado “Los derechos flexibles. A propósito de *La cuadrilla*, de Ken Loach”, Roger Campione, a partir do filme *Os navegadores* (*La cuadrilla* na tradução em espanhol), discute a privatização dos serviços estatais na Inglaterra e a precarização do trabalho que se seguiu com a redução dos direitos trabalhistas e da segurança no trabalho (CAMPIONE, 2008).

A ideia deste filme nasceu quando Ken Loach recebeu um roteiro escrito por Rod Dawber, um sindicalista que havia trabalhado por 18 anos como ferroviário e havia sentido na pele as devastadoras consequências do processo de privatização da empresa estatal inglesa British Rail. Rob Dawber morreu pouco depois que o filme foi terminando, devido a um câncer contraído pelo contato com amianto enquanto trabalhava na ferroviária (CAMPIONE, 2008).

O filme retrata a vida de um grupo de trabalhadores da British Rail encarregados da manutenção da infraestrutura das ferrovias que,

após a privatização da empresa, veem suas condições de trabalho se deteriorar gradualmente. Eles passam a ser pagos por trabalho realizado, perdem direitos como o de férias remuneradas e seguro desemprego, etc. Para os trabalhadores não há muitas opções: ou aceitam as novas condições ou se demitem e recebem uma indenização (CAMPIONE, 2008).

O novo mundo do trabalho que aparece no filme é o da insegurança no emprego, dos contratos em tempo parcial, do fim das férias remuneradas, da suspensão da baixa por enfermidade e dos riscos provocados pela redução dos custos com a segurança. Diante disso, os sindicatos se veem enfraquecidos e impossibilitados de oferecer alguma resposta efetiva às ofensivas do capital contra os direitos dos trabalhadores (CAMPIONE, 2008).

Como bem percebeu Diaz (2008), os trabalhadores dos filmes de Ken Loach desde *Riff Raff* (1991) pouco lembram os trabalhadores conscientes de Eisenstein ou de Bertolucci. Eles não pretendem mudar o mundo, nem correm com bandeiras vermelhas para apoiar os companheiros da fábrica em greve. Alguns de seus personagens não têm sequer emprego, cuidam apenas de tentar sobreviver. A influência dos sindicatos é mínima contra a desregulação dos direitos trabalhistas. Porém, ainda que não exista uma forte consciência de classe há uma resistência visceral e quase instintiva aos patrões (DIAZ, 2008).

Os filmes de Ken Loach na década de 1980 costumavam trazer uma classe trabalhadora organizada em sindicatos, mas a partir dos anos 1990, com a ofensiva do neoliberalismo, a crise do movimento

operário e das greves massivas, o cinema de Loach também se transforma. Movido por um forte senso de realidade, Loach percebe que para ser coerente com a nova realidade social, mostrava-se impossível fazer o velho cinema político. A classe trabalhadora havia regredido décadas no que se refere à organização, consciência, direitos sociais e trabalhistas (DIAZ, 2008).

Em 2000, com o filme *Pão e Rosas*, Ken Loach volta a filmar os trabalhadores em luta coletiva e organizada por seus direitos. Nesse filme vemos as duras condições de trabalho dos trabalhadores imigrantes no EUA, cujo trabalho é sempre o mais precário. Partindo de uma perspectiva demasiadamente otimista, o filme mostra um crescente processo de conscientização e organização dos trabalhadores por meio de um sindicato renovado que busca superar o enrijecimento e a burocracia do velho sindicalismo fordista. O filme tem o mérito de apontar algumas instigantes reflexões como a necessidade de repensar a atuação dos sindicatos para enfrentar os desafios do novo mundo do trabalho, a importância da organização dos trabalhadores precarizados como os imigrantes e o papel das mulheres no novo sindicalismo. No entanto, a fidelidade ao real, típica de Ken Loach, não permite que esse tipo de vitória seja comum no seu cinema.

O cinema de Ken Loach é, portanto, pautado em um realismo que pretende captar precisamente a essência da realidade cotidiana da classe trabalhadora e refleti-la por intermédio da arte, buscando e discutindo as questões que são postas historicamente. Nesse processo

Loach distingue claramente o seu desejo subjetivo de como gostaria que o mundo fosse de sua análise objetiva de como o mundo é. É por isso que no evolver das obras do diretor podemos observar as transformações que se gestam no mundo trabalho.

Sobre o filme *Eu, Daniel Blake*

Em *Eu, Daniel Blake*, filme de 2016 e vencedor da premiação mais importante da noite no 69º festival de Cannes, Ken Loach toma como problemática central a crise do Estado de bem-estar social na Inglaterra e como essa crise afeta diretamente a vida dos trabalhadores que depende em grande medida da seguridade social. Trata-se, portanto, de uma denúncia ao processo de desmonte das antigas conquistas da classe trabalhadora inglesa que garantiam um pouco de dignidade aos mais pobres.

De certa forma, com esse filme, Ken Loach dá continuidade a um projeto anterior, o documentário “O espírito de 45”, de 2013, onde ele passa a limpo a história da conquista dos direitos sociais na Inglaterra ao longo do século XX.

O documentário retrata o espírito combativo e solidário da classe trabalhadora inglesa no pós-guerra (1945), momento de reconstrução do país que culmina numa série de garantias de direitos para os trabalhadores. Em seguida retrata também o processo de desmonte dessas conquistas, que teve início já no final da década de 1970. A partir de

vários registros de imagens históricas, pesquisas e depoimentos de pessoas que eram crianças na época, Loach reconstrói uma parte da história da Inglaterra no século XX.

Como vemos no documentário, os anos que cobrem a primeira metade do século XX foram muito duros para o povo pobre inglês, principalmente por causa da miséria e do desemprego em massa no período entre guerras. Depois de 1945, o Partido Trabalhista conseguiu se eleger com um ideal social democrata e um programa que procurava garantir condições de vida digna para a classe trabalhadora. Primeiro as minas foram nacionalizadas, depois os portos, as ferrovias e então o gás. Além disso, nesse momento moradias populares também foram construídas e o reconhecido Serviço Nacional de Saúde foi implementado, garantindo, pela primeira vez na Inglaterra o acesso universal à saúde. Trata-se de um momento histórico de profundas transformações e consolidação do Estado de bem-estar social Inglês.

Após o apogeu, o documentário mostra a queda. O processo de desmonte teve início em fins da década de 1970 em decorrência da crise de 1973, da reestruturação produtiva do capital, do enfraquecimento do Partido Trabalhista e da vitória de Margaret Thatcher e seu projeto neoliberal. Foi o fim de um ciclo e o início de uma era de privatizações, demissões em massa, enfraquecimentos dos sindicatos, redução de salários e repressão policial.

A própria forma do documentário possibilita que Loach se detenha numa abordagem universal da classe trabalhadora, centrada nos acontecimentos históricos. Por outro lado, a forma narrativa do

filme de ficção de *Eu, Daniel Blake*, parte de uma perspectiva individual (centrada nos personagens) para refletir de que forma o desmonte do Estado de bem-estar social afeta a vida dos trabalhadores. Contudo, não se pode esquecer que na arte essa individualidade se dá de tal modo que o geral e o singular se fundem de modo peculiar. Isto é, nos conflitos enfrentados pelos personagens do filme estão sintetizados os desafios históricos enfrentados pela classe trabalhadora do atual momento histórico sem que com isso os personagens deixem de ser individualidades concretas e complexas.

Daniel Blake é um personagem que tipifica e sintetiza os conflitos da classe trabalhadora em nossa época, onde a ameaça aos direitos sociais precariza as próprias condições de vida. Desde o início do filme já somos apresentados ao conflito Blake. Ele é um marceneiro de 59 anos que sofreu um acidente de trabalho, teve um infarto enquanto trabalhava e quase caía do andaime. Pelo laudo médico o coração de Blake ainda está fragilizado, portanto ele não pode voltar a trabalhar de imediato. Contudo, para o serviço de assistência social, responsável por fornecer o auxílio doença, Blake não preenche todos os requisitos necessários para o recebimento do auxílio. É nesse limbo que começa a jornada de Blake.

O serviço de assistência social opera de tal forma que não funciona adequadamente. A sua finalidade de garantia de direitos torna-se secundária frente à burocracia e ao enrijecimento da lógica do sistema. Preocupando-se exclusivamente com as regras e critérios dos questionários, o serviço torna-se cego às reais necessidades das

pessoas, levando Blake, por exemplo, a uma situação completamente insustentável e injustificável.

O mesmo ocorre com as sanções e punições, que são aplicadas sob a pena fria das regras, chegando ao ponto de punir uma mãe (Katie) e suas crianças pelo simples fato de terem se atrasado alguns minutos para chegar ao serviço. Como o filme nos mostra, por trás da rigidez burocrática e das alegações de que se está apenas aplicado regras e seguindo ordens se escondem grandes injustiças e arbitrariedades.

A burocracia também cria empecilhos que transforma questões simples em problemas extremamente complexos de serem resolvidos. Para entrar em contato com o serviço, Blake precisa esperar horas no telefone, sendo passado de linha em linha sem que os atendentes consigam resolver o seu problema. Quando é necessário preencher formulários pela internet os obstáculos se tornam ainda maiores para Blake, que não tem nenhuma intimidade com computadores. Como denuncia um dos personagens, China, as dificuldades são postas de forma que muitos desistem de tentar pelo meio do caminho.

Esse modo de funcionamento degradado do serviço está de tal modo enraizado que, mesmo quando uma funcionária realmente preocupada em fazer bem o seu trabalho e atender as pessoas, como Ann, tenta driblar a burocracia é rapidamente censurada pelos seus superiores. Ann representa uma profissional que ainda se preocupa com as pessoas que atende. Ela vê os seres humanos não como números, vê o homem Blake, não uma ficha. Não obstante, em meio à rigidez burocrática do sistema, não há muito espaço para esse tipo de atitude.

O clima hostil do serviço revela sua face mais crua nas punições e ameaças, que são as principais formas de manter os usuários indefesos frente às arbitrariedades que lhes são impostas. É por tentar resistir a essas arbitrariedades e constrangimentos que Blake é constantemente um alvo, contudo sem se dobrar.

O limbo ao qual Blake é submetido, impedindo-o de ter acesso ao auxílio doença, acaba levando-o a ter que solicitar o auxílio desemprego para não ficar completamente desprotegido. Mas para receber esse auxílio existe a obrigatoriedade de estar constantemente à procura emprego, entregar currículos em empresas e participar de um enfadante workshop sobre como fazer um currículo.

A circunstância absurda de ter que procurar emprego, mas não poder aceitar nenhum sob o risco de ter outro infarto leva Blake à constrangedora situação de ser chamado para trabalhar e não poder aceitar o emprego, o que o leva a ser mal interpretado como alguém que prefere viver do auxílio desemprego para não ter que trabalhar. Esse é o estopim para que Blake decida lutar pelo seu direito de receber o auxílio doença, visto estar impossibilitado de trabalhar e não achar justo ter que submeter a ficar procurando empregos que sequer pode aceitar. Nesse momento ele decide fazer um protesto em frente ao serviço de assistência social, exigindo o recurso para o seu direito de receber o auxílio doença. Ele pixa no muro “Eu, Daniel Blake exijo a data do recurso antes que morra de fome”. Blake é ovacionado na rua, como uma espécie de herói popular, que se recusa a submeter às arbitrariedades do Estado, mas isso não impede que acabe sendo preso.

No fim, Blake, com a ajuda de Katie consegue levar sua causa para o tribunal, mas infelizmente todo esse processo atribulado é demais para o seu coração. Pouco antes do julgamento, Blake tem um infarto e morre vítima de toda uma lógica cruel e absurda de negação de direitos, burocracias intermináveis e punições mesquinhas.

Entendendo que o contexto atual tem um caráter eminentemente trágico, Ken Loach reserva um destino trágico para Blake. Contudo, pode-se dizer que Blake morreu de pé, sem se curvar. Ao decidir não abrir mão da sua dignidade e levar até o fim a luta pelos seus direitos, Blake demonstra a sua coragem ainda que tenha que pagar um duro preço por ela.

Loach também tem a intenção de gerar desconforto e incômodo em quem assiste ao filme. Ao mesmo tempo em que nos comovermos, nos revoltamos contra as injustiças perpetradas contra Blake e os demais personagens do filme.

Com a história de Blake, Loach desvela a lógica perversa do neoliberalismo e do desmonte do Estado de bem-estar social, que contribuem decisivamente com a precarização da vida dos mais pobres. No caso de Blake, essa precarização leva a sua morte.

Uma crítica contundente à lógica neoliberal se faz presente na cena em que Blake tem que participar do workshop sobre como fazer um currículo. Nela o professor anuncia os seguintes fatos: “para empregos de baixa qualificação existem 60 candidatos para cada vaga”; “para qualificações superiores a esses números são de 20 candidatos para cada vaga”; e comenta ainda que, em uma determinada empresa,

anunciou oito vagas de emprego e 1300 candidatos se inscreveram. Quando ele pergunta para a turma o significado desses fatos Blake oferece uma resposta genial: “Se você sabe contar é óbvio. Não há trabalho suficiente. É fato”.

Dentro dos limites da sua ideologia neoliberal, o professor não consegue enxergar o real significado dessa discrepância entre o número de empregos disponíveis e o de pessoas à procura de trabalho. A resposta que ele oferece à turma é que eles precisam se destacar na multidão para conseguir o emprego, mas ele não tem nada a oferecer ao resto dos trabalhadores que não conseguiram as poucas vagas disponíveis. Eis a crítica de Loach e sua reivindicação por uma resposta que dê conta também daqueles que não conseguem as vagas.

Além de Blake, o filme nos coloca em contato com dois outros personagens que representam, em contraponto a Blake, uma face mais jovem da classe trabalhadora. São Katie (que nos referimos anteriormente) e China.

Katie é uma mãe solteira de duas crianças pequenas que depende do serviço de assistência social, que lhe garante uma moradia e vale alimentação. Ela é originariamente de Londres, mas como era difícil conseguir uma moradia por lá ela acabou conseguindo uma casa em Newcastle (uma pequena cidade a 450 Km ao norte de Londres), longe do apoio de sua família. Seu sonho é conseguir um emprego de meio período e poder voltar a estudar, mas acaba enfrentando várias dificuldades. Ela não encontra emprego em lugar nenhum, nem consegue voltar a estudar.

Com Katie o filme adentra a questão de gênero, da situação de uma jovem mãe pobre, que além de si tem também os filhos para cuidar. Katie é uma abnegada mãe, que se sacrifica pelo bem estar dos filhos, deixando inclusive de se alimentar para que não falte comida para eles. A fome de Katie se mostra em toda sua força na cena que ela está num banco de alimento e desesperadamente abre uma lata de conserva e começa a devorá-la na mesma hora, até se dar conta do próprio desespero. No início dessa cena, a enorme fila para entrar no banco de alimentos é por si só reveladora de que o caso de Katie não é um ponto fora da curva.

É o desespero de Katie que a motiva a abrir mão da própria dignidade e entrar na prostituição para garantir o sustento dos filhos. A condição de ser uma jovem mãe pobre deixa Katie vulnerável à exploração do seu trabalho sexual. Ela é aliciada por um segurança de uma loja que a flagra furtando alguns itens no local. Ele se aproveita então do desespero da moça e oferece uma oportunidade de emprego. Ainda que resista à proposta de início, o fato de não conseguir nenhum outro emprego e o desejo de garantir uma vida melhor para os filhos acabam fazendo com que ela ceda.

Já China é um jovem negro que tentando escapar do trabalho precário decide vender alguns tênis que ele compra diretamente de um trabalhador de uma fábrica em Guangzhou, na China. Dessa forma ele pode vender por um preço mais barato, já que se livra dos impostos. Em compensação ele corre o risco de acabar sendo preso.

China denuncia para Blake as condições de trabalho que lhe são impostas e sonha em se livrar delas com a venda dos tênis. Ele diz: “Sem mais trabalhos ruins. Sem mais porcarias no depósito. Sabe o que os sacanas fizeram esta manhã? Nos chamaram às 5:30 da manhã para descarregar um caminhão. Sabe quanto tempo durou? 45 minutos. Pagaram 3,79 libras. Está pior do que na China”

É evidente que Blake é o personagem central e que a trama gira em torno de sua figura. Katie e China, assim como as questões de gênero e raciais se materializam de forma lateral, mas nem por isso são um mero adereço. Os personagens são bem construídos e estabelecem significativas relações com Blake, cumprindo o seu papel no desenvolvimento da trama.

O tema da solidariedade de classe é central no filme de Loach. Abandonados pelo Estado, na figura do serviço de assistência social, os trabalhadores só podem contar uns com outros, o que acontece, por exemplo, na relação de Blake e Katie. Blake solidariza-se pela situação de Katie e decide ajuda-la de várias formas, seja na reforma da casa, seja no cuidado das crianças, etc., e também a ajuda a sair da prostituição. Em contrapartida, quando Blake está quase desistindo de persistir na luta por seus direitos, Katie e as crianças o ajudam a continuar sua batalha. A solidariedade também se faz presente na relação entre Blake e China. China ajuda Blake com os formulários da internet e Blake ajuda China recebendo em seu endereço uma das caixas de tênis enviadas para o amigo. Para não chamar atenção, as

caixas são enviadas para vários endereços distintos. Essas relações não se resumem a meras trocas de favores, o carinho e o cuidado são evidentes nelas.

No filme, a solidariedade cumpre um papel essencial, pois apesar da ausência da força coletiva do sindicato, como é comum no cinema que reflete o novo mundo do trabalho, sem alguma forma união solidária os personagens pereceriam. Dessa forma o filme reivindica esse importante valor.

Para concluir, em *Eu, Daniel Blake*, Ken Loach apreende a realidade concreta do desmonte do Estado de bem-estar social e as suas consequências para a vida da classe trabalhadora, especialmente a precarização da vida dos indivíduos. Mas esse processo não se dá passivamente, pois os personagens resistem das formas que se mostram possíveis. Na figura de Blake, essa resistência assume um caráter heroico, de recusa a resignar-se frente às arbitrariedades. Blake simboliza a coragem que esse tempo histórico exige de nós.

No funeral de Blake, Katie lê um pequeno discurso que o amigo tinha escrito para ler na audiência do recurso, mas não teve chance. Nele, Blake sintetiza sua luta e convicções: “Não me curvo a ninguém, olho meus vizinhos nos olhos e ajudo-os se puder. Eu não aceito ou procuro caridade. Meu nome é Daniel Blake. Eu sou um homem, não um cão. Portanto, exijo meus direitos. Exijo que me tratem com respeito. Eu, Daniel Blake, sou um cidadão, nem mais e nem menos”.

A reivindicação de Blake, no fundo, é uma crítica radical a toda uma ordem social que precariza e oblitera a vida humana em nome

do capital. É contra essa lógica e em defesa da dignidade humana que ecoam as palavras finais de Daniel Blake.

Considerações finais

A crise do Estado bem-estar social na Inglaterra é um tema que já vem sendo apreendido pelos estudos teóricos, que interrogam os seus motivos, a quantidade de pessoas afeta, etc. O que a teoria não pode apreender e o filme nos fornece nítidas imagens são os impactos diretos dessa crise na vida das pessoas concretamente, os dramas pessoais, o sofrimento vivido, as formas como as pessoas sobrevivem ou sucumbem diante dessa realidade. Por meio da arte nos aproximamos dessa realidade com tal vivacidade que ao mesmo tempo em que nos emociona também nos faz pensar.

É por isso que o fenômeno da precarização da vida tem sido captado com tanta precisão e intensidade pelo cinema que tem se debruçado sobre o mundo do trabalho. É justamente na sua concretude que ela se manifesta de forma mais clara. Cabe aos psicólogos sociais do trabalho, cujo objetivo maior é conhecer para poder transformar a realidade, se apropriarem dessa realidade por meio dos estudos teóricos e também pela arte, cuja apreensão sensível não podem menosprezar.

Por fim, entendemos que uma compreensão do processo de precarização da vida, que tem se intensificado nesse início do século XXI, é de fundamental importância para pensar os caminhos que a sociedade vem traçando e seus impactos humanos e sociais. Trata-se

de pensar criticamente como a sociedade vem se tornando hostil para a própria vida humana, tornando-se assim um imperativo repensá-la de forma radical.

O mundo do trabalho, pelo lugar que ocupa na sociedade, é um espaço privilegiado para entender o processo de precarização da vida. É por isso que defendemos a importância de pensar o sofrimento e o adoecimento no trabalho para além de seus aspectos mais superficiais, de modo a compreendê-los em sua profundidade, isto é, como eles afetam a vida dos indivíduos como um todo. Apenas quando se toma um problema em sua raiz é possível apreender o seu real significado e encontrar soluções realmente efetivas.

Acreditamos que essas soluções exigem pensar a sociedade como um todo e passam necessariamente pelas lutas sociais do mundo do trabalho, dimensão essa não ignorada pela Psicologia Social do Trabalho e cujo maior desafio ainda é entender qual o papel e a contribuição da psicologia nesse processo.

Referências

CAMPIONE, R. Los derechos flexibles. A propósito de La cuadrilla, de Ken Loach. In: González, C. B. & Rivaya, B. (orgs.) **Trabajo y cine: una introducción al mundo Del trabajo a través del cine**. Universidad de Oviedo, 2008.

CANDIDO, A. **Teresina etc.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CANDIDO, A. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas cidades, 1993.

CANDIDO, A. **Literatura e sociedade:** estudos de teoria e história literária. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2014.

DIAZ, D. Las precarias se rebelan. Pan y rosas, de Ken Loach (2000). In: González, C. B. & Rivaya, B. (orgs.) **Trabajo y cine:** una introducción al mundo del trabajo a través del cine. Universidad de Oviedo, 2008.



CAPÍTULO 8

AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: O CENÁRIO ENTRE 2009 E 2017

Maria de Fatima Pereira Alberto
Rafaela Rocha da Costa
Ellen Cristina Medrado dos Santos
Ana Lúcia dos Santos

Este capítulo tem por finalidade comparar as estratégias de enfrentamento ao trabalho infantil, pela política de assistência social, no período entre 2009 e 2017, a partir da percepção dos gestores e equipes técnicas. Para tanto, foram utilizados os dados de duas pesquisas³ realizadas em dois períodos distintos, cada um tendo uma estratégia como principal via de enfrentamento ao trabalho infantil: O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em uma pesquisa e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) em outra.

Trata-se de analisar estratégias de enfrentamento a um fenômeno já naturalizado, principalmente, como consequência do papel que a sociedade atribui ao trabalho. Tal atribuição o torna tolerável e em determinadas situações até desejável (NOBRE, 2003). O trabalho infantil possui origens socioculturais e históricas que o naturalizam, sendo percebido em algumas culturas como algo positivo, pois, acredita-se que por meio de uma ocupação crianças e adolescentes estariam protegidos, não seriam expostos a situações de exclusão, que a obtenção de uma renda os impediria de ingressar na criminalidade e auxiliaria na formação de valores morais (BRASIL, 2010a).

3 Pesquisas Oriundas de Edital Universal do CNPq, Bolsa Produtividade do CNPq da primeira autora, Bolsa de Doutorado do CNPq da segunda autora e Bolsa de Iniciação Científica da terceira e quarta autoras, também financiadas pelo CNPq. São pesquisas sobre o trabalho infantil e as políticas públicas de enfrentamento ao trabalho infantil, desenvolvidas pelo Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Porém, essa percepção naturalista passou a ser fortemente questionada a partir da década de 1980. No referido período as mobilizações sociais de organizações governamentais e não governamentais se intensificaram, culminando com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que em seu artigo 227 concebe as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

Entretanto, os princípios explícitos na Constituição necessitavam de uma lei ordinária que os regulamentassem. Assim, depois de longa discussão entre a sociedade civil, instituições comprometidas com a causa da infância e adolescência, conseguem que o poder legislativo elabore uma Lei e o executivo, em 13 de julho de 1990, promulgue o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (MARIN, 2010). O ECA não apenas reafirmou a doutrina de Proteção Integral, proposta pela Constituição, como também possibilitou o avanço de diversas ações na promoção da saúde e facilitou mudanças significativas na forma de proteção legal às crianças e adolescentes. “Seus desdobramentos potencializaram a intersetorialidade e estão em consonância com as diretrizes e as práticas dos setores” de educação, saúde, poder legislativo e judiciário, trabalho e desenvolvimento social (LACORTE *et al.*, 2013, p. 200).

A partir de então, a inserção precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho passou a ser reconhecida e concebida, pela legislação, como um problema. Isso em razão dos efeitos perversos na saúde, no desenvolvimento físico e na escolaridade (MARIN, 2010). Lacorte *et al.* (2013) reconhecem o trabalho infantil como um problema

de saúde pública existente na sociedade brasileira, o qual demanda a ação de políticas públicas de variados setores. Para o Estatuto da Criança e do Adolescente, o trabalho infantil pode ser entendido como toda e qualquer atividade econômica e/ou de sobrevivência, com ou sem fins lucrativos, realizada por crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos (BRASIL, 1990).

No contexto brasileiro, o trabalho infantil possui causas complexas, pois há várias razões pelas quais crianças e adolescentes são inseridos diariamente no mundo do trabalho. Entretanto, existem três motivos principais: a necessidade financeira da família, a falta de políticas públicas sociais para as crianças e adolescentes e suas famílias, e a reprodução cultural de mitos acerca do trabalho infantil como, por exemplo: “é melhor trabalhar do que ficar nas ruas; é melhor trabalhar do que roubar; quem começa a trabalhar cedo garante o futuro; a criança/adolescente que trabalha fica mais esperto” (BRASIL, 2010a, p. 22). Mitos como esses legitimam a exploração do trabalho infantojuvenil e expõem a referida população a situações laborais que podem causar diversas implicações danosas em sua vida, sejam elas físicas ou psicossociais.

Dentre as consequências biofísicas do trabalho infantil as mais citadas são: os acidentes de trabalho oriundos do esforço físico exercido além da capacidade de sua resistência que é limitada, a fadiga, o envelhecimento precoce, cansaço e a vulnerabilidade a doenças, em especial as relacionadas ao trabalho. As crianças e adolescentes em

situações laborais também sofrem implicações socioeconômicas, pois, a remuneração que recebem é inferior em virtude de sua idade, sofrem precarização nas relações de trabalho e sua atuação no mercado de trabalho se dá de forma informal, não garantindo direitos trabalhistas (BRASIL, 2010a).

No que se refere à educação, as consequências do trabalho na infância e adolescência são gigantescas, pois, interfere na aprendizagem, aumenta a defasagem e a evasão escolar e dificulta o acesso ao mercado de trabalho na idade adulta por possuir uma qualificação profissional insuficiente (SANTOS *et al.*, 2013; ALBERTO, 2007). Para Gouveia (2013), a inserção de crianças e adolescentes no PETI produz mudanças positivas na vida, no comportamento, aprendizado e rendimento escolar, e até mesmo na socialização dos educandos.

O trabalho infantil também pode causar implicações psicológicas como o amadurecimento precoce, a perda da capacidade lúdica e complicações no desenvolvimento afetivo (BRASIL, 2010a), além de danos psicossociais, imagem negativa de si, baixa autoestima, incerteza quanto às expectativas com o futuro, socialização desviante e o ato infracional (ALBERTO, 2007; ALBERTO *et al.*, 2018; FNPETI, 2018).

Alberto (2002) já destacava que a inserção precoce de crianças e adolescentes no trabalho, além de contribuir para uma socialização desviante, colabora para a prática de ato infracional. Volpi (1997), em pesquisa realizada entre os anos de 1995 e 1996 com 4.245 crianças e adolescentes privados de liberdade no BRASIL, identificou que havia 282 adolescentes que exerciam atividades de trabalho informal, anteriormente.

Falcade-Pereira (2013), em pesquisa com mulheres que cumprem pena, identificou os impactos dos cuidados recebidos na infância e seus reflexos na vida, e verificou que as participantes se sentiam excluídas desde muito cedo da vida e da sociedade, excluídas do cuidado materno e paterno e da infância em função do trabalho precoce. Aspectos semelhantes encontraram Alberto *et al.* (2018) em pesquisa com adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas na Paraíba. De 67 participantes, 80,5% trabalharam precocemente e 95,5% trabalharam ou ajudaram.

Na tentativa de combater o trabalho infantil e garantir a proteção de crianças e adolescentes, foi implantado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), cujo principal objetivo era retirar a referida população, que tenha entre 7 e 15 anos de idade, de trabalhos considerados penosos, perigosos, degradantes ou insalubres e que coloquem em risco o desenvolvimento e a saúde dos mesmos (BRASIL, 2004). Desde sua criação, em 1996, o PETI tinha o objetivo de desenvolver “a) a transferência de renda; b) o trabalho social com as famílias, ofertado pela PSE e PSB, e; c) os serviços de convivência e fortalecimento de vínculo para crianças e adolescentes retirados do trabalho” (BRASIL, 2010a, p. 40).

Em 2001 o PETI teve suas diretrizes estabelecidas, objetivando atuar junto às famílias de forma a eliminar as circunstâncias que as expõem à vulnerabilidade social, e que possa culminar no ingresso de crianças e/ou adolescentes dessas famílias em atividades de trabalho que ofereça risco à sua integridade e ao seu desenvolvimento

físico e psicológico. Assim, o PETI tinha como objetivos: facilitar o acesso, o bom desempenho e a permanência das crianças e adolescentes na escola; proporcionar uma complementação na renda mensal das famílias (Bolsa Criança Cidadã); implantar atividades complementares à escola (Jornada Ampliada); oferecer orientação e apoio às famílias integrantes do programa; e promover projetos e programas de geração de renda e qualificação profissional com as famílias (BRASIL, 2001).

As atividades realizadas na jornada ampliada eram complementares à escola e tinham como objetivo o enriquecimento informacional, esportivo, cultural, lúdico e artístico das crianças e adolescentes, assim como um caráter de reforço escolar o qual devia ser dado pelos monitores/educadores capacitados para o trabalho (BRASIL, 2004). Segundo as diretrizes do PETI, principalmente com sua ampliação em 2000, a atenção à família, garantindo sua proteção e inclusão social deve se constituir no foco central de atuação deste, através das ações socioeducativas e de iniciativas para geração de trabalho e renda (BRASIL, 2004).

Todo esse trabalho realizado pelo PETI, junto às crianças e adolescentes, deveria contar com o apoio de uma equipe técnica multidisciplinar, composta por psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e outros profissionais necessários para a realização do trabalho. Tais equipes deveriam procurar assegurar a melhoria do atendimento às crianças e aos adolescentes, como também de suas famílias, além de executar em parceria com os monitores programas de atendimento

individual ou grupal às crianças/adolescentes e às famílias que precisem de atenção específica (BRASIL, 2004).

Consta como atribuição da equipe técnica a promoção de parcerias com agentes públicos ou privados para a oferta de ações de geração de trabalho e renda às famílias. No entanto, via-se como necessário que a equipe técnica estivesse capacitada para trabalhar com a família e que fosse estabelecida a intersetorialidade. Além deste trabalho, devem ser dirigidas às famílias ações de caráter socioeducativo, cultural, de lazer, de assistência à saúde, de acesso à documentação básica e encaminhamentos a serviços especializados (BRASIL, 2004).

Em 2005 o PETI sofreu uma mudança ao ser integrado ao Programa Bolsa Família (PBF), com a justificativa de aumentar a cobertura do atendimento, aprimorar e racionalizar os processos de gestão, e garantir proteção e amparo aos adolescentes em situação de risco e suas famílias (RUA, 2007). Criado em 9 de janeiro de 2004, pela Lei nº 10836, o PBF se configura como uma política intersetorial promovida pelo Governo Federal para enfrentar a pobreza e promover o desenvolvimento das famílias que se encontram em situações de vulnerabilidade socioeconômicas, entre elas aquelas que apresentam situação de trabalho infantil (BRASIL, 2005).

Alberto *et al* (2016) em pesquisa com crianças e adolescentes educandos do PETI e seus familiares, identificaram que eles concebiam o Programa como um espaço para onde vão crianças e adolescentes retirados das situações de risco, das ruas e para sair do trabalho. Embora tenham se referido à retirada do trabalho infantil essa não

foi apontada como a principal motivação para inserção no Programa. Entretanto, destacaram o PETI como um espaço em que os educandos faziam brincadeiras, atividades esportivas, artísticas, de lazer, além do reforço escolar. Os educandos e suas famílias, embora não tenham expressado conhecimento e discutido as alterações do PETI, captavam essas mudanças identificando o Programa com um papel de retirada da situação de risco e combate à pobreza.

Essa alteração fez com que o modelo original do PETI fosse modificado, pois deixou de ser um programa de renda mínima, característico das políticas sociais da década de 1990, que articulava a temática da pobreza e da fome com a educação e a transferência monetária (SILVA; YASZBEK; GIOVANNI, 2008), para se transformar em um programa cujo foco é a indigência e o aumento do poder de compra (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). A integração dos referidos programas culminou na redução do índice de trabalho infantil no Brasil, mas não na sua erradicação.

Alberto e Yamamoto (2017) chamam a atenção inclusive para o fato de que o Brasil adotou equivocadamente as políticas de assistência social, e não as políticas educacionais, para o enfrentamento ao trabalho infantil. A opção pela política de assistência social foi feita porque elas são seletivas, gastam menos; a política educacional, ao contrário, é universal. Os referidos autores consideram que a política educacional, embora não erradique o trabalho infantil, pode ser transformadora, porque age na construção e reprodução do ser social.

Aliás, a Psicologia Histórico-Cultural (VIGOTSKI, 2007) já identificou e definiu a função da educação para o desenvolvimento e formação do ser social. A aprendizagem desencadeia processos internos de desenvolvimento operacionalizados a partir da interação com outros, educadores e pares. Complementando, para Leal e Mascagna (2016) as atividades dirigidas, ao serem internalizadas, são processos que se tornam parte das aquisições do desenvolvimento do sujeito. Quanto mais satisfeitas as necessidades básicas, mais são criadas necessidades superiores e mais se desenvolve o psiquismo humano.

Então, apesar das críticas internas e internacionais, o PETI recebeu recomendações de continuidade, porque foi reconhecido como política de enfrentamento ao trabalho infantil (ALBERTO; YAMAMOTO, 2017). Mas a opção foi pela mudança, culminando no redesenho do PETI. Em 2013, através da Resolução 008, de abril de 2013, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (BRASIL, 2013a) extingue definitivamente o modelo anterior do PETI e em seu lugar cria as Ações Estratégicas do PETI (AEPETI). No que se denominou novo modelo do PETI, adotou-se como estratégia a inserção das crianças e adolescentes retirados do trabalho precoce no SCFV e a sua participação no serviço se tornou uma condicionalidade para permanência no programa.

O SCFV é ofertado no CRAS (BRASIL, 2010a), que é uma unidade pública estatal que atua no âmbito da proteção básica, com o objetivo de prevenir a ocorrência de riscos sociais e as situações de

vulnerabilidade, inclusive, referentes ao trabalho infantil, através do desenvolvimento de potencialidades, do fortalecimento de vínculos familiares e sociais e ampliação do acesso aos direitos de cidadania (BRASIL, 2009). Suas principais atribuições são: informar e orientar a população de seu território, realizar o mapeamento e organização da rede de assistência social, inserir as famílias nos serviços da rede e encaminhar a população para outras políticas públicas e sociais (MONTEIRO, 2011).

Entre os SCFV, estão os direcionados para crianças de até 6 anos que possuem o objetivo de desenvolver atividades para fortalecer os vínculos e prevenir situações de risco e vulnerabilidade social, principalmente a violência doméstica e o trabalho infantil. O SCFV para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos deve ser realizado de modo a favorecer a formação da cidadania, o desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes. Seu público-alvo são crianças e adolescentes com deficiência, ou retirados do trabalho infantil ou de outras situações de violação de direitos (BRASIL, 2013b).

No caso de crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil, a participação no serviço é uma condicionalidade para a transferência de renda às famílias. Já o SCFV para jovens de 15 a 17 anos visa contribuir para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, estimulando a participação cidadã e já oferecendo uma formação geral para o mundo do trabalho, orientando-os para a escolha profissional (BRASIL, 2013b).

Em 2013, foi lançada a proposta do Reordenamento dos SCFV, com o objetivo de uniformizar a oferta e a lógica de cofinanciamento para as faixas etárias de 0 a 17 anos e para os idosos (pessoas acima de 60 anos), estimulando a inserção de pessoas que se encontrem nas situações prioritárias. Assim, os serviços passam a ser ofertados de acordo com a demanda local, com o objetivo de otimizar os recursos humanos, financeiros e estruturais (materiais) para garantir uma oferta continuada, inclusive, com a possibilidade de flexibilização na formação dos grupos, de acordo com as situações prioritárias identificadas para o seu contexto (BRASIL, 2013c).

O SCFV não precisa ser realizado estritamente todos os dias da semana. O SFCV para crianças, por exemplo, pode ocorrer apenas três vezes na semana e o de adolescentes, duas vezes, devendo a equipe realizar análise das necessidades locais e o público prioritário, a saber: pessoas em situação de isolamento, que se encontram fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 anos, em situação de trabalho infantil, violência e/ou negligência, abuso e/ou exploração sexual, em situação de acolhimento, em cumprimento de Medidas Socioeducativas (MSE) em meio aberto, egressos de medidas socioeducativas, crianças e adolescentes em situação de rua, ou alguma vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência (MDS, 2013c).

Costa (2015) considera que ao mesmo tempo em que o Reordenamento garante maior autonomia dos profissionais para o planejamento de ações pautadas nas particularidades de cada realidade – considerando o princípio da territorialidade –, também deixa

lacunas no que tange à proposta de ocupar o contraturno da escola para que crianças e adolescentes não fiquem expostos às situações de vulnerabilidade e risco: negligências, exploração sexual e o próprio trabalho infantil.

De acordo com Souza (2016), o alcance do SCFV, enquanto estratégia de enfrentamento ao trabalho infantil, ainda é limitado. Entre os motivos está o fato de o SCFV atender a várias outras demandas, sendo a principal demanda a violência ou negligência; em segundo lugar está o trabalho infantil, seguido dos casos de evasão/defasagem escolar. A autora ainda destaca o atual cenário do trabalho infantil, que vem requisitando atualizações nas estratégias de enfrentamento; logo, o SCFV precisa de atualizações também.

A pesquisa de Costa (2015), realizada com profissionais de Psicologia e Serviço Social dos CRAS de João Pessoa, apresenta reflexões dos profissionais sobre o SFCV como uma ação executada e acompanhada pelo CRAS, que tem como principal responsável o técnico de Psicologia. Estes profissionais apresentaram suas dificuldades em relação ao SCFV, da não compreensão do seu papel no acompanhamento do serviço, principalmente após o Reordenamento dos Serviços, sendo este explicado pelos profissionais como uma mera mudança de nome, de PETI para SCFV.

Nesse contexto, a formação profissional das equipes que atuam no SCFV é de suma importância, sendo a capacitação dessas equipes um processo permanente de aquisição de saberes formais e informais, cabendo ao Governo Federal, aos estados e aos municípios apoiar e

desenvolver ações para capacitar os trabalhadores do SUAS. As atividades de capacitação ofertadas devem ser norteadas pela apresentação dos padrões conceituais, metodológicos e operacionais do serviço (BRASIL, 2010b) e, como define Souza (2016), capacitação continuada.

Os temas trabalhados precisam passar as ações de convivência e as atividades práticas e teóricas desenvolvidas no serviço, pois são flexíveis e abordam as questões presentes no território, na realidade sociocultural e na vivência pessoal, familiar e social das crianças e adolescentes. Alguns temas sugeridos são: infância/adolescência e direitos humanos e socioassistenciais, saúde, meio ambiente, cultura, lazer, esporte, ludicidade e trabalho (BRASIL, 2010b).

Já a questão da capacitação é tratada por autores que investigaram as políticas de enfrentamento ao trabalho infantil pelas políticas de educação (SOUZA, 2012), assistência social (ALBERTO *et al.*, 2016) e saúde (ROCHA *et al.*, 2018), rede intersetorial (LACORTE, 2012; LACORTE *et al.*, 2013). Todos esses autores identificaram a necessidade de capacitação para a equipe de técnicos, gestores e educadores, sendo que alguns defendem a educação em rede (LACORTE, 2012), tratando da intersetorialidade ou defendem a educação continuada (SOUZA, 2016).

Diante do exposto, neste capítulo se apresentam produtos de uma trajetória de estudos construídos entre 2009 e 2017 sobre o enfrentamento ao trabalho infantil pelas políticas públicas e se reitera o objetivo geral de comparar as estratégias de enfrentamento ao trabalho infantil da política de assistência social na Paraíba, no período entre

2009 e 2017, a partir da percepção dos gestores e equipes técnicas. Os objetivos específicos são: identificar as ações realizadas pelo PETI e SCFV para o enfrentamento ao trabalho infantil; apresentar as percepções dos gestores e equipes técnicas sobre as contribuições do PETI e do SCFV para o enfrentamento ao trabalho infantil; identificar a Política e os serviços intersetoriais de maior articulação das diferentes estratégias de enfrentamento ao trabalho infantil; discutir sobre as contribuições do PETI e do SCFV para a escolarização; identificar os temas das capacitações ofertadas para esses profissionais; apresentar as dificuldades para efetivamente enfrentar o trabalho infantil.

Esperamos que as reflexões construídas sobre as contribuições das duas estratégias sejam consideradas pelos gestores e equipes técnicas como base para o planejamento de ações efetivas no enfrentamento ao trabalho infantil. Ao mesmo tempo, esperamos que o trabalho infantil seja visibilizado como uma violência contra crianças e adolescentes e que o(a) profissional de psicologia – assim como outros profissionais da equipe técnica - atue como mediador(a) no enfrentamento desse fenômeno já naturalizado e das suas consequências psicossociais.

Método

Para responder aos objetivos traçados no presente estudo e nas pesquisas que o embasam, foi adotada uma estratégia qualitativa com uso de elementos quantitativos. Colaboraram com a pesquisa os gestores e equipe técnica (psicólogos, assistentes sociais e pedagogos)

da Política de Assistência Social, especificamente da Proteção Social Básica, via CRAS, sendo as pesquisas realizadas em distintos períodos e em cada um a estratégia de enfrentamento ao trabalho infantil se diferenciava.

A primeira pesquisa foi realizada entre 2009 e 2011 em 11 municípios paraibanos: João Pessoa, Campina Grande, Picuí, Cajazeiras, Guarabira, Patos, Bayeux, Sousa, Santa Rita, Cabedelo e Monteiro, sendo estes os municípios com maior número de crianças e adolescentes trabalhando nos anos anteriores à pesquisa. Contou com 57 participantes, divididos em 12 coordenadores gerais, 13 agentes administrativos, 12 assistentes sociais, 10 psicólogos, 07 coordenadores pedagógicos, 02 coordenadores esportivos e 01 pedagogo. A principal estratégia de enfrentamento ao trabalho infantil era o PETI.

A segunda pesquisa foi desenvolvida entre 2016 e 2017 em dez (10) municípios paraibanos que pactuaram o PETI depois das mudanças na configuração do referido programa, a saber: João Pessoa, Campina Grande, Patos, Sousa, Cajazeiras, Santa Rita, Sapé, Cuité, Esperança e Bayeux. Período: 2016-2017. Contou com 98 participantes, sendo 22 coordenadores, sendo 33 gestores e 65 profissionais. A principal estratégia de enfrentamento era o SCFV, ofertado via CRAS.

Os instrumentos utilizados eram compostos por questões fechadas e abertas, analisadas por meio do *software* SPSS para gerar estatísticas descritivas e pela técnica da Análise de Conteúdo Temática ou Categorical, respectivamente. A Análise de Conteúdo Temática permitiu que os dados fossem codificados, classificados e categorizados

para a construção dos temas de análise a partir do conhecimento prévio sobre o assunto (MINAYO, 2010).

Resultados e discussões

Os dados construídos em cada pesquisa estão apresentados, analisados, comparados e discutidos tendo como guia os objetivos específicos traçados. A comparação é feita considerando-se os seguintes aspectos: ações desenvolvidas para o enfrentamento ao trabalho infantil, contribuição para a escolaridade, relação com a escola, política de articulação, serviço intersetorial de articulação, temas das capacitações, dificuldades enfrentadas. Para possibilitar uma visualização dos principais resultados e apresentar um panorama comparativo, foi construído o Quadro 01 a seguir.

Quadro 01. Síntese comparativa entre as estratégias de Enfrentamento ao Trabalho Infantil pela Política de Assistência Social, Paraíba 2009-2018.

Aspectos de Comparação	Período de realização das pesquisas	
	2009-2011	2016-2017
Ações desenvolvidas para o Enfrentamento ao TI	- Foco no Enfrentamento ao Trabalho Infantil; -Atividades Diárias no contraturno da escola.	-SCFV -Realiza campanhas socioeducativas; -Oficinas sobre o tema; - Atende outras demandas.

Contribuição para a Escolaridade	- Auxiliava nas tarefas escolares; - Motivava a ir para a escola; -Aumentou o número de matrículas e a frequência; -Não melhoraram o desempenho escolar.	-Ajuda na aprendizagem - Não especificam como.
Relação com a Escola	Limitava-se ao monitoramento da frequência escolar.	Não foi citada pelos gestores e apenas por 3,1% dos profissionais.
Política de Articulação	Assistência Social	Educação
Serviço Intersetorial de Articulação	-Conselho Tutelar; -CRAS	Conselho Tutelar
Temas das Capacitações	-Aspectos Pedagógicos; -Consequências do Trabalho Infantil	-Trabalho Infantil; -SUAS
Dificuldades Enfrentadas	-Falta de Pessoal Capacitado; -Falta de Interesse dos Educandos	-Não tem dificuldade; -Resistência das Famílias; -Resistência das Crianças e Adolescentes

Fonte: Construído pelas autoras, 2019.

As ações de enfrentamento ao trabalho infantil

Os dados da primeira pesquisa revelaram que o PETI era um programa que, de acordo com a equipe técnica e gestores, realizava atividades socioeducativas e de convivência com os educandos e 96,5%

mencionaram as atividades esportivas, de lazer (94,7%), artísticas (93%), lúdicas (91,2%), culturais (91,2%), reforço escolar (77,2%), construção da cidadania (75,4%), informática (21,1%) e cursos profissionalizantes (14%). Além dessas ações realizadas pelo PETI com os educandos, os gestores e equipes técnicas afirmaram que faziam reunião com famílias (73,7%), serviços burocráticos (70,2%), visitas domiciliares (63,2%), acompanhamento educacional nas atividades socioeducativas (47,4%), realizam acompanhamento educacional na escola (28,1%), entre outros.

Na segunda pesquisa, a principal estratégia desenvolvida pelas Secretarias de Assistência Social dos municípios, via CRAS, para combater o trabalho infantil, segundo o relato dos gestores e equipe técnica, é a inserção de crianças e adolescentes no SCFV (60,2%). Além dessa, estão as Campanhas Socioeducativas (30,6%) e 28,6% fizeram referência à inserção no PETI, o trabalho em rede (19,4%) e os acompanhamentos (18,4%) também foram mencionados.

O PETI, enquanto estratégia principal durante a primeira pesquisa, desenvolvia diferentes atividades relacionadas com seus objetivos para o enfrentamento ao trabalho infantil, com seus eixos de intervenção: os educandos, a escola e a família (BRASIL, 2001; BRASIL, 2004). Mesmo que o acompanhamento às famílias e à situação educacional se materializassem em ações mais pontuais, tais como reuniões com a família e frequência escolar, destaca-se que as crianças e adolescentes estavam em um serviço de proteção social no contraturno da escola, afastando-os de outras situações de violações. Os dados, assim, coadunam-se com os encontrados por Alberto, *et*

al. (2016), em pesquisa com educandos e famílias, usuários do PETI, que concebiam o Programa atuando na situação de risco, garantindo atividades socioeducativas no contraturno.

Já a segunda pesquisa revela que o SCFV se constitui na estratégia mais mencionada pela gestão e equipe técnica, sendo o PETI mencionado por apenas 28.6% dos participantes. Esses dados possibilitam a reflexão de que a mudança realizada a partir do chamado “Redesenho do PETI” tirou o foco na atuação voltada ao enfrentamento ao trabalho infantil, sendo priorizado o SCFV que, como colocado por Silva (2016) e Alberto *et al.* (2016), atende a diferentes demandas, deixando o trabalho infantil em segundo lugar. Destaca-se mais uma vez que, com o Reordenamento do SCFV em 2013 (BRASIL, 2013c), a gestão passou a ter mais autonomia e flexibilidade na execução do serviço a partir das demandas de cada território, incluindo a possibilidade de definir a quantidade de dias por semana necessários. Por outro lado, como apontado por Costa (2015), o Reordenamento passou a não garantir que no contraturno da escola os(as) educandos(as) e suas famílias tivessem acesso a uma política de proteção que contribuía para a não exposição das crianças e adolescentes ao trabalho infantil e outras violações.

Logo, as mudanças realizadas a partir do Redesenho do PETI e do Reordenamento do SCFV vêm se mostrando como alternativas que retiraram o foco do enfrentamento ao trabalho infantil e das suas consequências, já naturalizadas. Como sinalizado por Alberto e Yamamoto (2017), o PETI já havia sido reconhecido como política de enfrentamento ao trabalho infantil, apesar das críticas nacionais e internacionais.

Contribuições para o enfrentamento ao trabalho infantil e para a escolaridade

A primeira pesquisa, que tinha o PETI como principal estratégia, revela que gestores(as) e equipes técnicas consideram que a principal contribuição do programa se dava no sentido de reduzir o trabalho infantil (54,4%), mas não erradicava. Além disso, contribuía com a melhoria na autoestima das crianças e adolescentes (24,6%), sendo a baixa autoestima uma das principais consequências psicossociais do trabalho infantil (ALBERTO, 2007).

Além das contribuições já mencionadas, cabe destacar que os colaboradores ainda afirmaram que o PETI motiva ir para a escola (75,4%), que os(as) educandos(as) fazem as atividades e trabalhos da escola no PETI (64,9%) e que os(as) educandos(as) passam a ir para escola todos os dias (31,6%). Além disso, 49,1% afirmaram que havia um trabalho de parceria entre a Escola e o PETI, desses, 43,6% relataram que se limitavam ao recebimento e contagem das faltas da frequência escolar. Na segunda pesquisa, 82,7% dos participantes também afirmaram que a maior implicação do trabalho infantil na vida de crianças e adolescentes é a interferência deste na educação, sendo as ações importantes para a escolarização das crianças e adolescentes. Mas não detalharam tais contribuições.

Logo, as contribuições à escolaridade mencionadas estão mais relacionadas à frequência na escola, motivação para ir à escola e ao acompanhamento para realização das atividades escolares, não sendo tão visualizadas as contribuições para a melhoria na aprendizagem.

Apesar disso, destaca-se positivamente o fato de a gestão e equipe técnica visualizarem o fenômeno dessa maneira, pois deslegitima os mitos sobre o trabalho infantil (BRASIL, 2010a), desconstruindo mitos e construindo que “é melhor estudar do que ficar ruas; é melhor estudar do que roubar; quem estuda garante o futuro; a criança e o adolescente que estuda fica mais esperto”, ou seja, as crianças e adolescentes pobres devem ter a escola como opção e não o trabalho.

Ao visualizarem nas duas pesquisas as contribuições para a escolaridade, reforça-se uma das principais funções das políticas públicas de enfrentamento ao trabalho infantil: ação educativa complementar à escola. No PETI (BRASIL, 2001; BRASIL, 2004) a inserção na escola é um dos principais objetivos. Na Resolução 008 (BRASIL, 2013), que extinguiu o PETI e definiu o AEPETI, a inserção na escola não é apresentada como objetivo principal, sendo ligeiramente apresentada como encaminhamento aos serviços educacionais. Os dados evidenciam as críticas de Alberto e Yamamoto (2017) ao modelo de enfrentamento adotado via política de assistência social, refletindo que deve, sim, estar atrelado às políticas educacionais por sua perspectiva transformadora para o desenvolvimento e formação do ser social, condições consideradas essenciais pela Perspectiva Histórico-Cultural (VIGOTSKI, 2007; LEAL; MASCAGNA, 2016).

As capacitações para o enfrentamento ao trabalho infantil

Os colaboradores das duas pesquisas afirmaram receber capacitação para a atuação na temática. Enquanto os da primeira pesquisa

relataram que as capacitações para o trabalho no PETI abordavam aspectos pedagógicos (70,2%), aspectos relacionados às consequências do trabalho infantil (66,7%), aspectos relacionados aos direitos das crianças (64,9%), cidadania (63,2%) e 14% responderam que não sabiam, os participantes da segunda pesquisa afirmaram que o tema mais abordado é SUAS (23,5%), seguido do tema trabalho infantil (22,4%), SCFV (15,3%), CRAS (13,3%), e apenas 9,2% afirmaram receber capacitação sobre o Reordenamento dos Serviços. Percebe-se que os temas da primeira pesquisa eram mais flexíveis e abordavam diferentes questões sobre o território e sobre o desenvolvimento das crianças e adolescentes, enquanto os da segunda pesquisa estavam mais relacionados aos próprios serviços. Enquanto isso, a recomendação (BRASIL, 2010b) é de que as capacitações contemplem ambos aspectos, tanto as questões teóricas e práticas dos serviços, como as mais ligadas às vivências e à realidade sociocultural dos atores envolvidos.

Diante da literatura acessada e dos dados resultantes da pesquisa, reforça-se a importância de estudar o trabalho infantil em suas múltiplas dimensões e suas diferentes implicações negativas (VOLPI, 1997; ALBERTO, 2002; ALBERTO, 2007; BRASIL, 2010a; FALCADEPEREIRA, 2013; GOUVEIA, 2013; SANTOS *et al.*, 2013; FNPETI, 2018; Alberto *et al.*, 2018) para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes. Além de capacitar os profissionais sobre o que é trabalho infantil e suas implicações, também o fazem sobre as próprias estratégias de enfrentamento ao trabalho infantil, pois, a exemplo da pesquisa de

Costa (2015), os profissionais do CRAS não compreendiam seu papel do acompanhamento do SCFV, conceituando-o como o novo nome do PETI. Ou seja, estudar a política e suas estratégias para reafirmar o trabalho infantil como foco de intervenção.

Política e serviços intersetoriais de maior articulação

Por fim, cabe destacar que a política que mais se articulava com o PETI era a de Assistência Social por meio do CRAS (75,4%), cabendo destaque também para o Conselho Tutelar (77,2%) como órgão de articulação mais citado. Já a política que mais se articula com o SCFV via CRAS é a de Educação (54,1%); no entanto, o órgão/unidade de maior articulação é o Conselho Tutelar (36,7%).

Mesmo com as controvérsias entre os diferentes programas e serviços, destaca-se a escola como importante cenário de enfrentamento ao trabalho infantil e suas consequências. Além da política de educação, por ser multifacetado, o trabalho infantil é um fenômeno que requer uma intervenção intersetorial envolvendo os diferentes setores: educação, assistência social, poder legislativo, judiciário e mesmo a saúde, como destacam Lacorte *et al.* (2013).

Dificuldades para efetivamente enfrentar o trabalho infantil

Na primeira pesquisa, a falta de profissionais capacitados aparece como a principal dificuldade (43,9%) na execução do PETI (43,9%) e 3,5% citaram a falta de interesse dos(as) educandos(as). Já na segunda

pesquisa, a maioria dos gestores e equipes técnicas afirmou que não havia dificuldades (10,2%), mas também mencionaram a Resistência das Famílias (9,2%) e a Resistência das Crianças e Adolescentes (5,1%).

Os gestores afirmaram primeiro que tinham capacitação, mencionaram alguns dos temas dessas capacitações, mas quando questionados sobre as principais dificuldades, a falta de profissionais capacitados foi a mais citada na primeira pesquisa. A necessidade de capacitar técnicos, gestores e educadores foi identificada por diferentes autores (SOUZA, 2012; LACORTE, 2012; LACORTE *et al.*, 2013; ALBERTO *et al.*, 2016; ROCHA *et al.*, 2018). Os dados corroboram com as pesquisas dos referidos autores, que situam a necessidade de capacitar não apenas os trabalhadores da assistência, mas dos diferentes setores envolvidos com a proteção das crianças e adolescentes, já que o trabalho infantil é multifacetado, bem como as suas consequências, sendo, inclusive, uma questão de saúde (LACORTE *et al.*, 2013; ROCHA *et al.*, 2018), que, nas mais das vezes, tem como intervenção a punição com a atribuição de uma medida socioeducativa (ALBERTO *et al.*, 2018), ao invés da proteção.

Percebe-se que os gestores e equipes técnicas atribuem as dificuldades da execução das estratégias, não à política de referência, nem às estratégias e nem à gestão ou aos profissionais, mas atribuem as dificuldades às próprias crianças, adolescentes e às famílias, mesmo a política de assistência social centralizando suas ações no trabalho social com as famílias (BRASIL, 2010a), os participantes responsabilizaram-na

pela não efetividade dos serviços. Processo semelhante é observado na educação, onde se responsabiliza a família e os estudantes pelo fracasso escolar.

Considerações finais

Diante do objetivo geral de “comparar as estratégias de enfrentamento ao trabalho infantil, da política de assistência social, na Paraíba, no período entre 2009 e 2018, a partir da percepção dos gestores e equipes técnicas”, foi possível identificar na primeira pesquisa que o PETI, apesar das dificuldades e críticas recebidas, tinha foco no enfrentamento ao trabalho infantil, desenvolvendo diferentes atividades diariamente no contraturno da escola, o que previne que as crianças e adolescentes e suas famílias sejam vítimas de diferentes tipos de violações, incluindo o trabalho infantil ou o retorno a ele. Os colaboradores afirmam que o PETI contribuía para a escolaridade por auxiliar nas tarefas escolares, motivar a ir para a escola, aumentar o número de matrículas e frequência e melhorar o desempenho escolar. No entanto, destaca-se que apesar de a maioria falar que o PETI se articulava com a escola, a relação se dava, basicamente, pelo monitoramento da frequência. A política de maior articulação era a de Assistência Social e o CRAS era o principal serviço.

Enquanto isso, a segunda pesquisa revelou que o enfrentamento, tendo o SCFV como principal estratégia, deixa lacunas em relação à

realização de atividades de forma diária, tem vários focos, não tem o trabalho infantil como foco principal. Os técnicos e gestores afirmam que o SCFV e outras estratégias (campanhas socioeducativas, oficinas, PETI) da Assistência Social contribuem para a escolaridade, ajudando na aprendizagem, mas não especificam como. Apesar de a Política de Educação ser citada como a de maior articulação, apenas 3,1% dos profissionais citaram a escola como Serviço de Articulação, sendo a relação maior estabelecida com o Conselho Tutelar.

Comparar as duas pesquisas de dois períodos diferentes, de distintas estratégias de enfrentamento ao trabalho infantil, permite visualizar, além do foco no trabalho infantil, o modelo anterior do PETI, realizado em jornada ampliada diária, atividades que contribuíam com o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes por meio de ações educacionais, que se estendem ao contraturno da escola, envolvendo diversas modalidades: atividades artísticas, culturais, de construção da cidadania e o próprio reforço escolar. Compreende-se que o PETI não deve ser reduzido ao reforço escolar, mas se reconhece a importância de ter profissionais que possam mediar esse processo de aprendizagem e, conseqüentemente, de desenvolvimento, pois a realidade é de que muitos dos responsáveis possuem um baixo nível de escolaridade e sentem dificuldades para realizar essa mediação.

A realização de atividades diárias no contraturno da escola tem implicações positivas para os pais ou outros responsáveis também, que, muitas vezes, demandam um espaço integral de proteção além da escola, para que possam trabalhar, conseguir prover o sustento da

família e não ser necessário que as crianças e os adolescentes precisem fazê-lo, para que não sejam inseridos no trabalho infantil, que vem se revelando como “porta” para outras tantas vulnerabilidades e suas consequências.

Conclui-se que, antes do Redesenho do PETI, a Política de Assistência Social conseguia reduzir o trabalho infantil e suas consequências, com variadas contribuições para a escolaridade dos egressos do trabalho infantil e outras vulnerabilidades. Após o Redesenho, a relação com a escola passou por orientações ligadas aos encaminhamentos que se fizeram necessários e, apesar de os colaboradores afirmarem que o SCFC vem contribuindo com a aprendizagem, não especificaram como isso vem ocorrendo. O que os dados das duas pesquisas e a literatura acessada reforçam é a educação como principal via para o efetivo enfrentamento ao trabalho infantil.

Referências

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Quando a educação não é a solução: políticas públicas na luta contra o trabalho infantil. **Trends Psychol.**, Ribeirão Preto, v. 25, n. 4, p. 1677-1691, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2358-18832017000401677&lng=en&nrm=iso>.

ALBERTO, Maria de Fatima Pereira. **A dimensão subjetiva do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua em João Pessoa (PB)**. 2002. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

ALBERTO, Maria de Fatima Pereira. As implicações psicossociais do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua. **Laboreal**, v. 3, n. 4 2, p. 8-21, 2007.

ALBERTO, Maria de Fatima Pereira *et al.* Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: Concepções de Educandos e Famílias. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 36, n. 2, p. 458-470, 2016 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932016000200458&lng=en&nrm=iso>.

ALBERTO, Maria de Fatima Pereira *et al.* **A inserção precoce de crianças e adolescentes no trabalho e o envolvimento em atos infracionais** (Relatório PIBIC 2017-2018 não publicado), João Pessoa, PB, Coordenação Geral de Programas Acadêmicos e de Iniciação Científica, Universidade Federal da Paraíba, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 5 out. 1988.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1990.

BRASIL. **Portaria nº 458, de 4 de outubro de 2001: estabelece diretrizes e normas do programa de erradicação do trabalho infantil - PETI**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. **Programa de erradicação do trabalho infantil - Cartilha do PETI**. Brasília, DF: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

BRASIL. **Portaria N° 666, de 28 de Dezembro de 2005**. Disciplina a integração entre o Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

BRASIL. **Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BRASIL. **Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS: Orientações técnicas**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010a.

BRASIL. **Orientações técnicas sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010b.

BRASIL. **Resolução N° 08, de 18 de abril de 2013**. Dispõe sobre as ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Assistência Social, 2013a.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais: Documento Base – Fichas de Serviços**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013b.

BRASIL. **Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Passo a Passo**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013c.

COSTA, Rafaela Rocha. **Trabalho social com famílias: discursos proferidos pelos profissionais do Centro de Referência da Assistência Social**. (Dissertação de Mestrado). João Pessoa, PB. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, 2015.

FALCADE-PEREIRA, Ires Aparecida. **Ética do cuidado x ética da justiça: o olhar feminino de estudantes privadas de liberdade**. Dissertação de Mestrado. Curitiba, PR. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, 2013.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - FNPETI. **Trabalho infantil no tráfico drogas: O que diz a produção acadêmica?** Coordenado por Maria de Fatima Pereira Alberto e Manuella Castelo Branco Pessoa. Brasília: FNPETI, 2018. Disponível em: www.fnpeti.org.br/arquivos//biblioteca/dd23d02dc69040a4ff106680615c0ef1

GOUVEIA, Charlene Nayana Nunes Alves. **Avaliação da eficácia e efetividade do programa de erradicação do trabalho infantil a partir da perspectiva dos usuários e agentes**. (Tese de Doutorado). João Pessoa, PB. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal de Paraíba, 2013.

LACORTE, Luís Eduardo Cobra. **A construção de Políticas Públicas em rede intersetorial para a erradicação do trabalho infantil em Limeira-SP**. 2012. Dissertação (Mestrado em Saúde Ambiental) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LACORTE, Luis Eduardo Cobra *et al* . Os nós da rede para erradicação do trabalho infanto-juvenil na produção de joias e bijuterias em Limeira - SP. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo , v. 38, n. 128, p. 199-215, Dec. 2013 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572013000200009&lng=en&nrm=iso>.

LEAL, Záira F. de Rezende Gonzales; MASCAGNA, Gisele Cristina. Adolescência: trabalho, educação e formação omnilateral. In: **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. M ARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D.; (Orgs.). Campinas, SP: Autores Associados, 2016, pp. 221-237.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. O agronegócio e o problema do trabalho infantil. **Rev. Sociol. Polit.** , Curitiba, v. 18, n. 35, p. 189-206, fevereiro de 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000100012&lng=en&nrm=iso>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. Serviço social no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS: para avançar na consolidação da política de assistência social na perspectiva de direito. São Luís, MA. **Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas**, Universidade Federal do Maranhão, 2011.

NOBRE, Letícia Coelho da Costa. Trabalho de crianças e adolescentes: os desafios da intersectorialidade e o papel do Sistema Único de Saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, São Paulo , v. 8, n. 4, p. 963-971, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232003000400018&lng=en&nrm=iso>.

ROCHA, Gabriela Fernandes *et al.* Enfrentamento ao Trabalho Infantil pela Política Pública de saúde. **Planejamento e políticas públicas**, 51, 203-220, 2018. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/841>>.

RUA, Maria das Graças. **Avaliação da integração do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ao Programa Bolsa Família (PBF)**. Brasília, DF: Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, 2007.

SANTOS, Denise Pereira *et al.* Child labour implications for adults: experiences and childhood. **Psicologia & Sociedade**, 25(spe), 91-100, 2013. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822013000500011>

SILVA, Maria Ozanira Da Silva e; YASZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo. di. **A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Ismael Francisco de. **O Reordenamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI): Estratégias para Concretização de Políticas Públicas Socioassistenciais para Crianças e Adolescentes no Brasil**. (Tese de Doutorado). Santa Cruz do Sul, RS. Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Santa Cruz do Sul, 2016.

SOUZA, Maria Elizabete Costa de. C. **Mais tempo na escola, menos tempo no trabalho: articulação entre políticas sociais e educacionais no combate ao trabalho infantil**. (Tese de Doutorado). João Pessoa, PB. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2012.

VIGOTSKI, Lev *Semionovitch*. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo, Brasil: Martins Fontes, 2007.

VOLPI, Mario. **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez.1997

CAPÍTULO 9

NEUROCIÊNCIA COGNITIVA SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Natanael Antonio dos Santos¹

Paloma Cavalcante Bezerra de Medeiros²

Michael Jackson Oliveira de Andrade

-
- 1 Laboratório de Percepção, Neurociências e Comportamento, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.
 - 2 Laboratório de Neurociência e Psicologia Social, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade do Delta do Parnaíba, Parnaíba, PI, Brasil.

A Neurociência Cognitiva Social (NCS) é um campo de pesquisa interdisciplinar recente que propicia uma interface de conhecimento entre as Ciências Sociais e as Neurociências (LIEBERMAN, 2007). O principal objetivo da NCS é integrar a neurociência e os processos psicossociais, isto é, compreender os processos neurais básicos que dão suporte às operações cognitivas e sociais (MATUSALL, KAUFMAN, CHRISTEN, 2011). Desse modo, o objetivo deste capítulo é elencar alguns correlatos neurais abordados pela interface neurociência e psicologia social. Portanto, a organização didática deste capítulo contempla quatro tópicos principais: os conceitos e aplicações da NCS, os métodos e análises, os temas de pesquisa e a história da NCS no Brasil.

Neurociência Cognitiva Social: conceitos e aplicações

A NCS é uma disciplina que examina como o cérebro medeia os processos e comportamentos sociais (DECETY, KEENAN, 2006). O termo neurociência social foi cunhado em 1992 por John Cacioppo e Gary Bernston que emergiu os conceitos da psicologia social para a progressão da década do cérebro, eles esboçaram princípios programáticos, chamado “Doutrina da Análise Multinível”, para compreender os fenômenos cognitivos e comportamentais e seus processos (neuro) biológicos subjacentes (MATUSALL, KAUFMAN, CHRISTEN, 2011). A proposta de Matusall e colaboradores aporta duas ideias centrais para uma ciência monotética do comportamento social: (1) o conceito

evolucionista do comportamento humano em perspectivas neurobiológicas ou da “natureza” em conjunto com sistemas sociobiológicos e (2) fundamentos científicos de bases comportamentais e cognitivas que descrevem e explicam fenômenos psicológicos da “mente” por meio do controle e da mensuração experimental. Embora o cérebro seja o componente essencial dos seres sociais, sua natureza, o comportamento e a sociedade são fenômenos de alta complexidade para serem reduzidos apenas a processos neurais, essas teorias exigem níveis de organização sociais e biológicos para caracterizar o processamento e a informação do comportamento social.

A história atual da NCS ainda é dissonante e até contraditória nos manuais de psicologia social, talvez em parte por tratar de um sistema paradigmático que absorve lentamente as ferramentas e métodos advindos das neurociências. As bases conceituais sobre a cognição social e a neurociência cognitiva representam os principais ingredientes para formação da NCS. Lieberman (2010) aponta que os termos neurociência social e NCS são aproximadamente a mesma coisa. Inicialmente, a neurociência social discutia conceitos e mecanismos do sistema nervoso periférico e a NCS tinha como objeto o estudo do sistema nervoso central e o uso de ferramentas de análise espacial e temporal, porém atualmente ambos os termos direcionam-se para o estudo de domínios e métodos que se referem ao encéfalo.

Para Ochsner e Lieberman (2001), a NCS é um campo de pesquisa interdisciplinar que surgiu com o objetivo de compreender fenômenos, em termos analíticos, de interação entre três fundamentos: **o social**,

que se preocupa com os fatores motivacionais e sociais que influenciam o comportamento e a experiência; **o cognitivo**, que se preocupa com os mecanismos de processamento de informações que dão origem a fenômeno social; e **o neural**, que se preocupa com os mecanismos cerebrais relacionados aos processos cognitivos. A abordagem da NCS está implicada com a realização de estudos e construção de teorias que faz referência e tenta integrar esses três fundamentos, diferente da pesquisa em neurociência comportamental ou cognitiva tradicional que faz referência a dois fundamentos (neural e cognitivo ou comportamento).

Várias pesquisas foram precursoras no desenvolvimento da NCS, por exemplo: a pesquisa de Bechara *et al.* (1994) sobre a atividade do córtex pré-frontal ventromedial (CPFvm) e as mudanças socioemocionais e cognitivas sociais; os estudos de Chris e Uta Frith sobre as bases neurais da teoria da mente em meados dos anos 1990, um tópico que é fundamental dentro da NCS; as pesquisas de McCarthy, Puce, Gore e Allison (1997) sobre as bases neurais do processamento facial e biológico na formação da construção do julgamento moral e da interação social; e os estudos pioneiros de Cacioppo e Berntson (1992) sobre as bases neurais das atitudes e processamentos avaliativos por meio de potenciais relacionados a eventos. Atualmente, temas como percepção social (CUNNINGHAM *et al.*, 2012), influência social (TELZER *et al.*, 2018; WELBORN *et al.*, 2015), motivação social (DECETY, YODER, 2017), interação social (FALK, SCHOLZ, 2018; SCHILBACH *et al.*, 2008), processos grupais (GORMAN, GORMAN, 2018), emoção e empatia (CHAPMAN *et.*, 2006; GOBBINI *et al.*, 2004), autoconhecimento e

mentalização (ALCALÁ-LÓPEZ et al, 2018; CAMPBELL *et al.*, 2006), atitudes e tomada de decisão (CUNNINGHAM, ZELAZO, 2007; FRITH, SINGER, 2008; SAXE, SCHULZ, JIANG, 2006), preconceito e estereótipos (BAUMGARTNER *et al.*, 2008; LATROFA et., 2010), e moralidade e valores (FUKUDA *et al.*, 2019; ZAKI, SCHIRMER, MITCHELL, 2011), vem sendo objetos centrais de estudo que apontam as principais questões sobre os mecanismos subjacentes a cognição social e suas regiões basais cerebrais, tanto do ponto de vista teórico, quanto clínico. Estes temas de pesquisa serão discutidos mais adiante.

Métodos e análises em Neurociência Cognitiva Social

Esta seção trata de um dos aspectos fundamentais da NCS, isto é, discute os principais métodos e técnicas funcionais de análise utilizadas para extrair e elaborar inferências de ativação neural relacionados aos processos psicológicos. Nas últimas décadas, várias técnicas foram desenvolvidas ou aprimoradas para estudar as funções corticais cerebrais, incluindo a Eletroencefalografia (EEG), os Potenciais Relacionados a Eventos (PRE), a Magnetoencefalografia (MEG), a Ressonância Magnética Funcional (fMRI), a Tomografia por Emissão de Pósitrons (PET), a Estimulação Transcraniana por Corrente Contínua (ETCC), entre outras. Existem várias maneiras pelas quais diferentes métodos podem fornecer dados complementares; por exemplo, um método pode fornecer resolução espacial alta, por exemplo fMRI, enquanto o outro pode fornecer

resolução temporal alta, por exemplo, PRE. Contudo, a abordagem mais recomendada para entender as relações cérebro/comportamento vem da análise de dados convergentes de múltiplos métodos, pois não existe um método com resolução espacial e temporal alta simultaneamente. Daí a importância de utilizar procedimentos e delineamentos de pesquisa com métodos distintos para verificar o mesmo fenômeno.

Eletroencefalografia (EEG)

O EEG é uma técnica não invasiva utilizada para registrar a atividade eletrofisiológica do córtex cerebral a partir de eletrodos posicionados superficialmente no escalpo (couro cabeludo). Jackson e Bolger (2014) descrevem o EEG como um modelo básico bipolar de comportamento neuronal, que examina propriedades do neocórtex e permite que um sinal analógico seja medido em diferentes regiões do couro cabeludo. O EEG surge da atividade sináptica sincronizada em populações de neurônios corticais (HOLMES, KHAZIPOV, 2007) que detectam a soma de cargas positivas e negativas em sua vizinhança (JACKSON, BOLGER, 2014). A propagação do sinal elétrico criado por disparo neural viaja do cérebro, do sistema das membranas, das camadas do meninges, do couro cabeludo até chegar finalmente ao eletrodo.

É possível analisar as atividades eletrofisiológicas das regiões cerebrais em resposta a diferentes formas de estimulação. A metodologia mais utilizada para fazer essa análise é através do potencial relacionado a eventos (ERP – Event Related Potential ou PRE, dado na língua portuguesa). Um traçado típico de PRE apresenta quatro elementos:

a indicação da região cortical onde foi obtida a medida, o tempo em milissegundos decorrido desde a apresentação do estímulo (latência), a variação de voltagem ao longo do tempo (amplitude) e a sua polaridade (positivo ou negativo).

Os estudos da NCS procuram explorar as fontes neurofisiológicas do EEG através de níveis de explicação da propagação do sinal EEG, dos aspectos técnicos da medição e das implicações nas interpretações dos dados do EEG (o processamento de medidas de latência, amplitude e ondas cerebrais).

Potencias Relacionados a Eventos (PRE)

Os PREs são derivados de um EEG que mede a atividade elétrica de neurônios corticais em resposta a eventos sensoriais, motores ou cognitivos (LUCK, 2005). Os estudos com PREs possibilitam identificar diversos componentes do seu traçado que podem ser relacionados com um ou mais fatores de análise. Os componentes geralmente são identificados por uma letra seguida de um conjunto de caracteres numéricos. As letras representam a polaridade do potencial elétrico, podendo ser P, para representar um potencial positivo, ou N, para representar um potencial negativo. Já os caracteres numéricos servem de indicação do tempo decorrido desde a apresentação do estímulo (latência) até o surgimento da resposta cortical. Por exemplo, um componente N170 significa um potencial negativo que ocorre em torno de 170 milissegundos após a estimulação. Já, o P300 é um componente tardio relacionado à dimensão cognitiva que ocorre 300 milissegundos após a estimulação.

Outro componente é o Potencial Positivo Tardio (PPT) que trata de um prolongamento do P300.

As duas principais vantagens dos PREs são que eles medem diretamente a atividade elétrica do cérebro e tem resolução temporal em milissegundos, permitindo uma excelente medição do curso do tempo (LIEBERMAN, 2010). Ibanez *et al.* (2012) apresentam estudos de PRE em NCS sobre os efeitos contextuais da fala, do processamento emocional, da empatia, da tomadas de decisões em resposta a eventos cognitivos.

Magnetoencefalografia (MEG)

Diferentemente do EEG que mensura a atividade elétrica neuronal, a MEG mede alterações de campos eletromagnéticos oriundos da atividade elétrica dos neurônios, resultando numa localização espacial da área ativa. Para entender a dinâmica da atividade cerebral, pode-se monitorar o funcionamento temporal e as mudanças espaciais nas áreas corticais em atividade cerebral como resultado de estímulos sensoriais (sons, toque ou luz) ou mesmo quando não há estímulos dados (HÄMÄLÄINEN *et al.*, 1993). Com a MEG é possível localizar a região de disparo neuronal e a orientação da propagação dos impulsos, com uma resolução de um milissegundo ou menos (MARCUCCI, FILHO, 2006). O MEG permite seguir a atividade neural com resolução temporal de milissegundos, mas a resolução espacial é bem maior do que a obtida com outras técnicas .

Ressonância Magnética Funcional (fMRI)

As técnicas fMRI baseiam-se no princípio de que os núcleos dos átomos, quando colocados num campo magnético, se orientam para uma única direção, ou seja, a atividade neuronal resulta em diversas reações bioquímicas relacionadas a alterações no metabolismo, e, conseqüentemente, no fluxo sanguíneo das áreas ativadas (MARCUCCI, FILHO, 2006). Os parâmetros são determinados de forma não-invasiva e fornecem dados valiosos para a compreensão do funcionamento do sistema nervoso central. Wishart, Saykin e McAllister (2002) apontam que dentre as técnicas utilizadas em fMRI, a mais empregada atualmente baseia-se no chamado efeito Bold. O termo Bold (Blood Oxygenation Level Dependent effect) baseia-se no nível de oxigenação ativa do sangue.

O uso dos testes neuropsicológicos na pesquisa da função cerebral se beneficiou muito da associação com a MRI, isso permite a detecção e o desempenho de padrões de atividade cerebral em tarefas cognitivas (ARCURIA, MCGUIRE, 2001). No entanto, Jacobs e D'Esposito (2011) apóiam a ideia de que é difícil fazer inferências ou provar que a atividade cortical observada é necessária para um processo cognitivo isolado, pois o controle perfeito sobre os processos cognitivos de um sujeito durante um experimento de neuroimagem funcional nunca é possível. É importante notar que as inferências que podem ser tiradas de estudos de neuroimagem funcional, como fMRI, também aplicam-se a todos os métodos de medição fisiológica, por exemplo, EEG ou MEG. D'Esposito *et al.* (2011) apresentam desingens de experimentos de neuroimagem funcional e testam hipóteses sobre a especificidade anatômica para

processos cognitivos (especialização funcional), mecanismos básicos de cognição (teoria cognitiva) e interações diretas ou indiretas de componentes sociais entre regiões cerebrais (integração funcional).

Tomografia por Emissão de Pósitrons (TEP)

A TEP, assim como a fMRI, identifica as respostas hemodinâmicas resultantes da atividade cerebral (MARCUCCI, FILHO, 2006). Além disso, a TEP ter sido a primeira forma de neuroimagem, ela possui maior vantagem metodológica porque diferentes tipos de moléculas podem ser rastreadas por marcadores, permitindo o exame apenas do fluxo sanguíneo no cérebro como também a distribuição de processos neuroquímicos (LIEBERMAN, 2010).

A TEP tem sido reconhecida como uma ferramenta de diagnóstico promissora para prever alterações biológicas e fisiológicas a nível molecular, o que oferece um campo de estudo potencial para futuras aplicações, incluindo pesquisa na área da NCS. Por exemplo, Shukla e Kumar (2006) apontam que a TEP descreve a ativação preferencial das regiões frontais esquerdas e direitas do cérebro associadas aos processos de codificação e recuperação da memória. Uma razão possível para esta assimetria é que a recuperação episódica necessariamente envolve referência ao self e o autoconceito (CRAIK *et al.*, 1999).

Estimulação Transcraniana Magnética e por Corrente Contínua

A Estimulação Transcraniana Magnética (ETM) é uma técnica de neuromodulação não-invasiva, ou seja, ela modula a excitabilidade de regiões corticais do cérebro sem necessitar de um procedimento cirúrgico. O aparelho de EMT consiste em uma bobina móvel e em um ou dois geradores de pulsos, que criam uma corrente elétrica forte e rápida que é convertida em um campo magnético (SLOTEMA *et al.*, 2013). O posicionamento da bobina no escalpe permite que este pulso magnético crie um campo elétrico em regiões corticais no cérebro diretamente abaixo, e pode levar a duas ações: (i) ativação de uma população ou rede neural por meio da despolarização de axônios, (ii) ou sua inibição, em consequência à ativação (GERSHON, DANNON, GRUNHAUS, 2003). Em contrapartida, a Estimulação Transcraniana por Corrente Contínua (ETCC) modula a excitabilidade da atividade cortical através de correntes de baixa intensidade (CAVENAGHI *et al.*, 2013). Um ponto discutido por Liebetanz *et al.* (2009) é que esta técnica é capaz de induzir alterações duradouras de excitabilidade cortical, embora não desencadeie o potencial de ação, mas facilita a sua ocorrência (NITSCHKE, PAULUS, 2000).

Tanto a ETM quanto a ETCC são técnicas de estimulação transcraniana não invasivas capazes de inibir ou excitar a atividade cortical de áreas cerebrais (WAGNER, VALERO-CABRE, PASCUAL-LEONE, 2007). Em conclusão, a aplicação da EMT e ETCC na NCS pode ser observada nos efeitos de componentes afetivos e cognitivos da empatia,

especificamente em processos da teoria da mente (componente que será estudado na próxima seção) (YANG, KHALIFA, VÖLLM, 2017), e em pesquisas sobre campos da dor social, interação social, preconceito e tomada de decisão (BOGGIO *et al.*, 2016).

Neurociência Cognitiva Social: principais temas

O progresso científico da NC Sestá vinculado diretamente ao impacto de temas que antes eram discutidos como “eventos privados” ou por baixo da pele, mas que hoje são passíveis de análise por meio de ferramentas de pesquisa em neurociências. Este campo compreende processos sociais, como: (a) compreender os outros, (b) compreender a si mesmo, (c) controlar a si mesmo, (d) os processos que ocorrem na interface do eu e dos outros que estão vinculados a fenômenos da teoria da mente, empatia, regulação emocional, autocontrole, neurônios espelho, cognição social (LIEBERMAN, 2007). Alguns temas ou tópicos de estudo em NCS serão discutidos conforme suas considerações teóricas e metodologias de investigação.

Percepção social

A natureza da percepção social pode ser decomposta em elementos fenomenal e causal para perceber e interpretar as informações do nosso mundo. Na análise fenomenal, o mundo é dado na experiência, já na análise causal coloca-se em relevo o processo que gera a percepção,

distinguindo seus passos e etapas, partindo-se do objeto real e chegando-se ao objeto percebido. A partir da percepção, pode-se estudar como se dá o julgamento social. O julgamento social pode ser definido como a concordância entre o julgamento dado e o objeto julgado. Uma maneira de realizar a percepção é a partir da formação de impressão (conjunto de avaliações afetivas, morais e instrumentais que elaboramos sobre uma pessoa) como função de orientar o indivíduo em suas relações com o meio social.

Existem algumas regiões cerebrais cuja atividade neural tem sido utilizada para prever variações no desempenho de julgamento e impressão para compreender os outros e a si mesmo. Ou seja, a literatura relata um sistema automático de cognição social associados com a amígdala, gânglios da base, Córtex Pré-Frontal Ventromedial (CPFvm), Córtex Temporal Lateral (CTL) e córtex cingulado anterior dorsal, CCAd); um sistema de controle da cognição social associados ao Córtex Pré-Frontal Lateral (CPF), o Córtex Pré-Frontal Medial (CPFm), o córtex parietal lateral (CPL), Córtex Parietal Medial (CPm), Lobo Temporal Medial (LTm) e Córtex Cingulado Anterior Rostral (CCAr) (LIEBERMAN, 2007; SMITH, DECOSTER, 1999). Talvez, estes processos possam influenciar as tomadas de decisões em contextos sociais na visualização de outra pessoa com base nas inferências de estados mentais, formação de impressões, inferências espontâneas de traços (LEE, HARRIS, 2003).

Influência social

A influência social é um tópico importante de pesquisa que possui implicações para estudos de conformidade e de obediência social. As influências sociais envolvem a influência direta pessoa-a-pessoa, e um processo de manipulação indireta de normas e costumes sociais e das atitudes sociais ou culturais. O processo de construção e reconstrução da influência social envolve quatro características-chave: nível de processamento cognitivo; intencionalidade percebida; *status* relativo de influência e direção da mudança. A influência social modula os sinais de avaliação e decisão no cérebro. Estudos sugerem que o raciocínio do estado mental, a recompensa social e os processos de autocontrole estão correlacionadas com as redes neurais implicadas no processo de mentalização (CPFm, junção temporoparietal esquerda e direita), de recompensa (CPFvm) e de autocontrole (CPFvm direito) (CAMPBELL-MEIKLEJOHN *et al.*, 2012; WELBORN *et al.*, 2015).

Identidade social

A identidade refere-se a o que uma pessoa é e como faz sua pertença a determinados grupos e categorias sociais. Esta aceção de identidade remete aos termos da igualdade e da alteridade, das semelhanças e diferenças, do se reconhecer e ser reconhecido pelo outro, pois é, necessariamente relacional e constitui-se nas interações entre indivíduos ou grupos em diversos contextos sociais (TAJFEL, TURNER, 1986). Os estudos que examinam aspectos descritivos e avaliativos da identidade social revelaram ativação do CPFm, uma área que tem sido

implicada em uma variedade de processos sócio-cognitivos, incluindo o self (LIEBERMAN, 2007), além da junção de áreas sensoriais, como percepção visual da face a determinados sons (SCHEEPERS *et al.*, 2013).

Atitudes

As atitudes exercem influências sobre o comportamento e sobre a maneira de ver o mundo. Vala e Monteiro (2003) conceitua atitude como um constructo hipotético referente a tendência psicológica que se expressa numa avaliação favorável ou desfavorável de uma entidade específica, ou seja, uma organização duradoura de crenças e cognições em geral, dotada de carga afetiva (são os sentimentos e emoções pró ou contra um objeto atitudinal), cognitiva (são os pensamentos, as idéias, opiniões e crenças) e intenção comportamental (componente ativo instigador de comportamento em relação ao objeto atitudinal). Cunningham e Zelazo (2007) apresentam uma base inicial do circuito neural da atitude, a informação sobre um estímulo é processada através do tálamo e avança para a amígdala e outras estruturas límbicas, como o estriado ventral. Ou seja, os correlatos da ativação cerebral envolvem o papel do CPF no reprocessamento da informação avaliativa associada à tendência de se aproximar ou evitar o estímulo (processamento informado por córtex orbitofrontal (COF) e processamento do córtex cingulado anterior (CCA), bem como processamento sensorial detalhado), além regiões do CPFvl, córtex pré-frontal dorsolateral (CPFdl) e córtex pré-frontal rostralateral (CPFrl) (ZALD, 2003).

Moral e Valores Humanos

A moral é um tópico extremamente importante para entender os processos psicológicos sociais, tais como a influência social. A moral e os valores sociais estão intimamente relacionadas. Geralmente, o que é “moral” se refere aos princípios de comportamento certo e errado, ou a cumprir com os padrões de comportamento certo. Rokeach (1973) conceitua valor social como crenças duradouras em respeito a modos de conduta ou estados finais de existência preferíveis ao longo de um contínuo de relativa importância. Aqui a moral e o valor social (valor de recompensa dos outros) são convertidos em tomada de decisão auto-orientada no cérebro humano (FUKUDA *et al.*, 2019).

A NCS da moral é um campo emergente de pesquisa que se concentra na base neural de formas exclusivamente humanas de cognição e comportamento (MOLL *et al.*, 2005). Os mecanismos cognitivos e neurais que envolvem o comportamento moral relaciona-se com o CPFvm e CPFdl; tipicamente de hemisfério direito que levam a mudanças cruciais para a cognição moral (ANDERSON *et al.*, 1999), além de respostas de áreas dos lóbulos temporal anterior e superior, áreas fundamentais para a percepção social (ALLISON, PUCE, MCCARTHY, 2002). Os estudos mostraram correlatos de comportamentos de valor social em regiões do cérebro ligada a Junção Temporoparietal Direita (JTPd) e também no CPFdl esquerdo, que é comumente ativado pela influência efetiva da tomada de decisão (FUKUDA *et al.*, 2019; ZAKI, OCHSNER, 2012). Juntas, essas descobertas identificaram processos

fundamentais de computação neural para conversão de valor social subjacentes a comportamentos complexos de tomada de decisão social (FUKUDA *et al.*, 2019).

Preconceito

O preconceito é a atitude relacionada a crenças com relação ao objeto. Esse afeto ligado à crença é necessariamente negativo (FISKE, TAYLOR, 2008; KIMBLE *et al.*, 2002). O preconceito tem relação e interage com a cognição advindos de um processo de aprendizagem ou do contexto social e cultural do indivíduo. Embora o preconceito possa surgir automaticamente em contextos intergrupais, sua expressão pode ser expressa individualmente.

A base neural para a experiência e expressão do preconceito foca principalmente em estruturas envolvidas na emoção e motivação, tais como amígdala, ínsula, corpo estriado e regiões orbitais e CPFvm (MACKIE, SMITH, 2002; COTTRELL, NEUBERG, 2005). A amígdala está envolvida no processamento rápido de sugestões de categoria social, incluindo grupos raciais, em termos de potencial ameaça ou recompensa. A ínsula apóia respostas emocionais viscerais e subjetivas em relação aos *ingroups* sociais ou *outgroups*. Além disso, os julgamentos afetados por afetividade de membros de grupos sociais dependem do córtex orbital frontal (COF) e pode ser caracterizada por atividade reduzida na região CPFvm, uma região envolvida na empatia e no processo de mentalização (AMODIO, RATNER, 2011; CHEKROUD *et al.*, 2014).

Estereótipos

O fenômeno do estereótipo tem-se apresentado como um importante objeto de estudo, no sentido em que se insere no campo das relações de dominação, exploração, segregação e isolamento e é a base do preconceito. A formação de estereótipos envolve diferentes redes de interação de estruturas neurais (AMODIO, 2014). Krendl *et al.* (2006) utilizaram fMRI para investigar julgamentos implícitos de pessoas possuindo condições estigmatizadas bem estabelecidas (obesidade, piercings faciais, transexualidade) e verificaram maior ativação de interesse em regiões da amígdala e ínsula (associado ao indutor de aversão e repugnância do componente afetivo) e CCA e CPFJ (julgamento de traços e impressões como resposta cognitiva). Amodio (2014) também aponta que os estereótipos envolvem estruturas corticais dos lobos temporais e o giro frontal inferior associados a representações do conhecimento e objeto social. Estes resultados indicam que há uma extensa rede neural envolvida no processamento dos estereótipos sociais.

Empatia

A empatia é um conceito multidimensional com componentes afetivos e cognitivos, os últimos frequentemente referidos como Teoria da Mente. O processo de empatia sempre se inicia a partir de uma percepção dos sinais que ajudam a identificar o estado emocional do outro, seguido de uma tentativa de compreender, ou ao menos de se aproximar de uma compreensão, do estado emocional da pessoa com que está ocorrendo a interação ou da pessoa que está sendo observada, essa percepção do

estado emocional do outro serve de base para a capacidade de tomada de perspectiva, um elemento fundamental do processo de empatia (LAMM, DECETY, SINGER, 2011; PRESTON, DE WAAL, 2002).

Apesar da complexidade do fenômeno, as respectivas áreas corticais envolvidas em cada um dos seus componentes são córtex pré-motor frontal (HÉTU, TASCHEREAU-DUMOUCHEL, JACKSON, 2012; SHAMAY-TSOORY, AHARONPERETZ, PERRY, 2009), onde se localiza a parte central do sistema de neurônios espelho (a função está associada ao processo de imitação corporal e reconhecimento das emoções); o córtex pré-frontal tanto nas áreas dorsais e ventrais (HYNES, BAIRD, GRAFTON, 2006), a JTP do lobo direito (DECETY, 2010), CCA, na sua porção dorsal (DECETY, 2010), além do Sulco temporal superior (DECETY, 2011; KRÄMER *et al.*, 2010). Os processos de ativação do mapeamento cerebral envolvem a simulação e discriminação do estado emocional, a compreensão da emoção que outro está experimentando a partir dessa simulação e, por fim, a regulação desta emoção em si mesmo, no sentido de gerar um comportamento específico em relação ao outro (DECETY, 2011).

Teoria da mente

A Teoria da mente objetiva examinar a capacidade de raciocinar proposicionalmente como as mentes operam e como as situações sociais afetam os estados mentais em geral, ou seja, consiste em dois componentes: (a) o reconhecimento de que, ao contrário de outros no mundo, as pessoas têm mentes com pensamentos e sentimentos, e (b) o

desenvolvimento de uma teoria sobre como as mentes de outras pessoas operam e respondem a eventos em seu ambiente (LIEBERMA, 2007). Assim, nosso conhecimento de regras sociais e normas mediam essas percepções. A medida da teoria da mente é observada pela capacidade de reconhecer movimentos biológicos e objetivos de ação que emerge dos indivíduos. Estudos de neuroimagem mostram ativações em CPFdm e córtex temporal lateral (FRITH, FRITH 2003). Allison *et al.*(2000) sugerem que o córtex temporal lateral é particularmente sensível ao movimento biológico e estão associados com a percepção de indivíduos familiares. Além disso, Sax e, Carey e Kanwisher (2004) sugeriram que a junção temporo-parietal está envolvido na teoria de processos mentais e o CPFdl ajuda a inibir a própria experiência durante a consideração do estado de espírito de outra pessoa.

Neurociência Cognitiva Social no Brasil

O estudo da neurociência cognitiva social hoje possui muitos atributos de uma subárea, ou seja, base de um sistema científico formado por revistas, sociedades acadêmicas, cursos, séries de conferências e laboratórios /grupos de pesquisa que é vista como base para superações ou derivações inter e transdisciplinares. No entanto, essa subárea no Brasil ainda vem caminhando em passos curtos, como um pré-paradigma científico que desafia bases das ciências sociais e ciências naturais em busca de uma maior representação teórica e de aplicação prática.

No Brasil, sua história formalmente como disciplina talvez tenha iniciado em 2015, através de uma iniciativa inovadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (PPGPS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que aproveitou as mudanças na estrutura acadêmica do curso de pós-graduação e criou a disciplina optativa Neurociência Cognitiva e Social (Resolução N° 50/2015 do CONSEPE) que vem sendo ofertada sistematicamente pelo grupo de pesquisa do professor Natanael Antonio dos Santos. Inclusive, a tese de doutorado intitulada “Modulação da empatia: Um estudo correlacional entre nível subjetivo de empatia e resposta eletrofisiológica a expressões emocionais em adultos” defendida em 2018 pelo Professor Willyans Garcia Coelho do Instituto Federal de Pernambuco tenha sido a primeira tese em neurociência social vinculada a um programa de pós-graduação no país. A referida tese foi orientada pelo professor Natanael.

É importante destacar ainda que em 2016, o Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento (PPGDD) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) inaugurou o Laboratório de Neurociência Cognitiva e Social (SCNlab). Liderado pelos professores Paulo Sérgio Boggio, Elizeu Coutinho de Macedo e Ana Alexandra Caldas Osório, o laboratório tem estudado a cognição e o comportamento social em diferentes linhas de pesquisa como, por exemplo, a tomada de decisão, a linguagem, a educação, o preconceito, os valores morais e as emoções. Especificamente, os autores estão propostos a pesquisar tópicos da “neurociência moral” como o conjunto de processos sociais, emocionais e cognitivos capazes de nortear a integridade da vida social. Entre os

assuntos emergentes de suas práticas encontram-se o julgamento de violações morais, as variações no julgamento moral consoante de grupos sociais distintos, o desenvolvimento moral, as variações transculturais dos julgamentos morais e a influência de emoções básicas e complexas no julgamento moral.

Além das iniciativas do PPGPS-UFPB e do PPGDD-UPM, merece destaque ainda o programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade do Delta do Parnaíba que em 2018 inseriu por iniciativa da Professora Paloma Cavalcante Bezerra de Medeiros a disciplina de Neurociência Cognitiva Social no fluxograma de disciplinas optativas do programa com o objetivo de fornecer uma visão geral das bases da cognição, da conduta social e dos processos siconeurobiológicos. Naturalmente, as ações desses programas e grupos são de promover discussões de tópicos específicos e trabalhos empíricos que abordem a ligação entre o cérebro e os elementos da psicologia social, como por exemplo, pesquisas correlacionadas com a “modulação da empatia” em seus níveis subjetivos (associado a expressões emocionais) e objetivos (associado a respostas eletrofisiológicas).

Além desses atributos teóricos, o compromisso com a NCS no Brasil está focado com um conjunto específico de questões científicas e metodológicas que permitam o crescimento de um corpo coerente de conhecimento crucial para o surgimento de uma subárea estruturada, ampliando e fortalecendo linhas de pesquisa que estão se estabelecendo e dedicar esforços para a expansão das linhas emergentes que ainda estão por se instalar.

Considerações Finais

A neurociência cognitiva social é uma área jovem de pesquisa. Seu campo de estudo envolve múltiplos níveis, reunindo a neurociência comportamental, cognitiva, clínica e afetiva, a psicologia social, psicologia evolucionista, antropologia, etologia, dentre outras disciplinas, todas somando seus esforços para esculpir os processos sociais e fornecer novas descobertas, gerando ideias, e desafiando concepções de longa data das perspectivas das ciências sociais existentes através de sistemas neurobiológicos. A literatura aponta várias associações diretas e indiretas de vias e substratos neurais envolvidos no processamento e na informação da cognição social, no entanto, podemos perceber que existem, no mínimo, dois sistemas automatizados que possibilitam a formação da resposta neural para os fenômenos sociais, isto é, o processo “bottom-up” que analisam o processamento e as características analíticas da entrada do estímulo sensorial e processos “top-down” que possibilita a compreensão do estado emocional do outro e o seu autocontrole diante das informações contextuais. É possível que as bases dessa distinção ajudem a pesquisa em neurociência cognitiva social em suas articulações, assim como contribuir para o desenvolvimento de novas teorias e o enriquecimento das teorias existentes dentro as ciências sociais e naturais.

Referências

ALCALÁ-LÓPEZ, D.; VOGLEY, K.; BINKOFSKI, F.; BZDOK, D. Building blocks of social cognition: Mirror, mentalize, share? **Cortex**. 2018. v.18, p.30152-7.

ALLISON, T.; PUCE, A.; MCCARTHY, G. Social perception from visual cues: role of the STS region. **Trends Cognition**. 2000. v.4, p.267–278.

Amodio, D. M. The Neuroscience of Prejudice and Stereotyping. **NatureReview**. 2014. v.15, p.670-682.

AMODIO, D. M.; RATNER, K. G. A Memory Systems Model of Implicit Social Cognition, **Current Directions in Psychological Science**. 2011. v.20, n.3, p.143-148.

ANDERSON, S. W.; BECHARA, A.; DAMASIO, H.; TRANEL, D.; DAMASIO, A. R. Impairment of social and moral behavior related to early damage in human prefrontal cortex. **Nature Neuroscience**. 1999. v.2, p.1032–1037.

ARCURIA, S. M.; MCGUIRE, P. K. Ressonância magnética funcional e sua contribuição para o estudo da cognição em esquizofrenia. **Rev Bras Psiquiatria**. 2001.v. 23, p. 38-41.

BAUMGARTNER, T.; HEINRICHS, M.; VONLANTHEN, A., FISCHBACHER, U.; FEHR, E. Oxytocin Shapes the Neural Circuitry of Trust and Trust Adaptation in Humans, **Neuron**. 2008. v.58, p.639–650.

BECHARA, A.; DAMASIO, A. R.; DAMASIO, H.; ANDERSON, S. W. Insensitivity to future consequences following damage to human prefrontal cortex. **Cognition**.1994. v.50, n.1-3, p.7-15.

BOGGIO, P. S.; RÊGO, G. G.; MARQUES, L. M.; COSTA, T.L. Social psychology and noninvasive electrical stimulation: A promising marriage. **European Psychologist**, 2016. v. 21, n. 1, p. 30-40.

CACIOPPO, J. T.; BERNTSON, G. G. Social psychological contributions to the decade of the brain: Doctrine of multilevel analysis. **American Psychologist**, 1992. v.47, p.1019-1028.

CAMPBELL, W. C. *et al.* A magnetoencephalography investigation of neural correlates for social exclusion and self-control, **Social neuroscience**. 2006. v.1, n. 2, p. 124 – 134.

CAMPBELL-MEIKLEJOHN *et al.* Structure of orbitofrontal cortex predicts social influence. **Current Biology**, 2012. v.22, p.123–134.

CAVENAGHI, V. B.; SERAFIM, V.; DEVIDO-SANTOS, M. D., SIMIS, M.; FREGNI, F.; GAGLIARDI, R. G. Non-invasive brain stimulation in clinical practice: update. **Arq Med Hosp Fac Cienc Med Santa Casa São Paulo**, 2013. v. 58, p. 29-33.

CHAPMAN, E.; BARON-COHEN, S.; AUYEUNG, B., KNICKMEYER, R.; TAYLOR, K.; HACKETT, G. Fetal testosterone and empathy: Evidence from the Empathy Quotient (EQ) and the “Reading the Mind in the Eyes” Test, **Social Neuroscience**. 2006. v.1, n.2, p.135 – 148.

CHEKROUD, A. M.; EVERETT, J. A. C.; BRIDGE, H.; HEWSTONE, M. A review of neuroimaging studies of face-related prejudice: does amygdala response reflect threat? **Frontier Human Neuroscience**.2014.v. 8, p. 179.

COTTRELL, C. A.; NEUBERG, S. L. Different emotional reactions to different groups: a sociofunctional threatbased approach to “prejudice”. **J. Pers. Soc. Psychol.** 2005. v.88, p. 770–789.

CRAIK, F. I. M. *et al.* In search of the self: A Positron Emission Tomography Study. **Psychological Science.**1999. v.10, n.1, p. 26-34.

CUNNINGHAM, W. A.; VANBAVEL, J. J.; ARBUCKLE, N. L., PACKER, D. J.; WAGGONER, A. S. Rapid social perception is flexible: approach and avoidance motivational states shape P100responses tooother-racefaces. **Frontier Human Neuroscience.**2012. v.6, n.140, p.1-7.

CUNNINGHAM, W. A.; ZELAZO, P. D. Attitudes and evaluations: a social cognitive neuroscience perspective. **Trends in Cognitive Sciences.**2007. v.11, n.3, p.97–104.

DECETY, J. Dissecting the Neural Mechanisms Mediating Empathy. **Emotion Review**, 2011. v.3, n.1, p. 92–108.

DECETY, J., To what extent is the experience of empathy mediated by shared neural circuits? **Emotion Review.** 2010. v.2, p.204–207.

DECETY, J.; KEENAN, J. P. Social Neuroscience: a new journal. **Social Neuroscience.** 2006, v.1, n.1, p.1-4.

DECETY, J.; YODER, K. J. The Emerging Social Neuroscience of Justice Motivation.**Trends in Cognitive Science.** 2017.v.21, n.1, p. 6-14.

FALK, E.; SCHOLZ, C. Persuasion, Influence, and Value: Perspectives from Communication and Social Neuroscience. *Annual Review of Psychology.* 2018.v.69, p.329–56.

FISKE, S. T.; TAYLOR, S. E. **Social Cognition: from brains to culture.**

New York: McGraw Hill, 2008.

FRITH, C. F.; SINGER, T. The role of social cognition in decision making.

Philosophy Trans R Social London B Biological Science. 2008.v.363,

p.3875 – 3886.

FRITH, U.; FRITH, C. D. Development and neurophysiology of mentalizing.

Philosophy Trans R Social London B Biological Science. 2003. v.358,

n.1434, p.459-73.

FUKUDA, H., *et al.* Computing Social Value Conversion in the Human

Brain.**The Journal of Neuroscience**, 2019. v.3,p.117–18.

GARCIA, W. C. (2018). **Grau de empatia e resposta eletrofisiológica**

do córtex cerebral a expressões emocionais faciais em adultos. Tese de

Doutorado.

GERSHON, A. A.; DANNON, P. N.; GRUNHAUS, L. Transcranial

Magnetic Stimulation in the Treatment of Depression. **Am J Psychiatry.**

2003. v.160, n.5, p.835-845.

GOBBINI, M. I.; LEIBENLUFT, E.; SANTIAGO, N.; HAXBY, J. V.

Social and emotional attachment in the neural representation of faces.

NeuroImage. 2004. v.22, p.1628– 1635.

GORMAN, S. E.; GORMAN, J. M. The Social Psychology and

Neurobiology of Intergroup Conflict. **Islamophobia and Psychiatry.** 2018.

67-81

- HÉTU, S.; TASCHEREAU-DUMOUCHEL, V.; JACKSON, P. L. Stimulating the brain to study social interactions and empathy. **Brain Stimulation**. 2012. v.5,n.2, p.95–102.
- HOLMES, G.; KHAZIPOV, R. Basic Neurophysiology and the Cortical Basis of EEG. **The Clinical Neurophysiology Primer**, 2007. p.19-33.
- HYNES, C. A.; BAIRD, A. A.; GRAFTON, S. T. Differential role of the orbital frontal lobe in emotional versus cognitive perspective-taking. **Neuropsychologia**. v.44, n.3, p.374–383.
- IBANEZ, A., *et al.* What event-related potentials (ERPs) bring to social neuroscience? **Social Neuroscience**. 2012. v.7 n.6, p.632–649.
- JACKSON, A. F.; BOLGER, D. J. The neurophysiological bases of EEG and EEG measurement: a review for the rest of us. **Published in Psychophysiology**. 2014. v.51, n.11, p.1061-71.
- JACOBS, E.; D'ESPOSITO, M. Estrogen shapes dopamine-dependent cognitive processes: implications for women's health. **Journal Neuroscience**. 2011. v.6, n.31, p.5286-5293.
- KIMBLE, C.; HIRT, E.; DÍAZ-LOVING, R.; HOSCH, H; LUCKER, G. W.; ZÁRATE, M. **Psicología Social de las Américas. Ciudad de México**. Person Educación de México, 2002
- KRÄMER, U. M.; MOHAMMADI, B.; DOÑAMAYOR, N.; SAMII, A.; MÜNTE, T. F. Emotional and cognitive aspects of empathy and their relation to social cognition—an fMRI-study. **Brain Research**. 2010. v.1311, p.110–120.

KRENDL, A. C.; MACRAE, C. N.; KELLEY, W. M.; FUGELSANG, J. A.; HEATHERTON, T. F. The good, the bad, and the ugly: An fMRI investigation of the functional anatomic correlates of stigma. **Social Neuroscience**. 2006. v.1, n.1, p.5-15.

LAMM, C.; DECETY, J.; SINGER, T. Meta-analytic evidence for common and distinct neural networks associated with directly experienced pain and empathy for pain. **Neuroimage**. 2011. v.54, n.3, p.2492-2502.

LATROFA, M.; VAES, J.; CADINU, M.; CARNAGHI, A. The Cognitive Representation of Self-Stereotyping, Personality and Social. **Psychology Bulletin**, 2010. v.36, n.7, p. 911-922.

LEE, V. K.; HARRIS, L. T. How social cognition can inform social decision making. **Front. Neuroscience**. 2013. v.25.

LIEBERMAN, M. D. Social Cognitive Neuroscience: A Review of Core Processes. **Annu. Rev. Psychol.** 2007. v.58, p.259-89.

LIEBERMAN, M.D. Social cognitive neuroscience. In S. T. Fiske, D. T. Gilbert, & G. Lindzey (Eds.). **The Handbook of Social Psychology** (5th ed., p. 143-193). 2010. New York: McGraw-Hill.

LIEBETANZ, D.; KOCH, R.; MAYENFELS, S.; KÖNIG, F., PAULUS W.; NITSCHKE, M. A. Safety limits of cathodal transcranial direct current stimulation in rats. **Clinic Neurophysiology**. 2009. v.120, n.6, p.1161-1167.

LUCK, J.S. **An introduction to the event-related potential technique**. 2005. MIT.

MACKIE, D. M.; SMITH, E. R. **The Social Self: Cognitive, Interpersonal, and Intergroup Perspectives**. Psychology Press, 2002.

MARCUCCI, F. C. I.; FILHO, S. V. Functional Investigation Methods of the Brain and its implication in Neurological Physiotherapy Practice. **Revista Neurociências**. 2006. v.14, n.4, p.198-203.

MATUSALL, S.; KAUFMAN, I. M.; CHRISTEN, M. The Emergence of Social Neuroscience as an Academic Discipline. In: **The Oxford Handbook of Social Neuroscience**. 2011.

MCCARTHY G.; PUCE A.; GORE J. C.; ALLISON, T. Face-specific processing in the human fusiform gyrus. **Journal Cogn Neurosci**. 1997. v.9, n.5, p.605-610.

MOLL, J.; ZAHN, R.; OLIVEIRA-SOUZA, R.; KRUEGER, F.; GRAFMAN, J. Opinion: the neural basis of human moral cognition. **Nat Rev Neurosci**. 2005, v.6, n.10, p.799-809.

NITSCHKE, M. A.; PAULUS, W. Excitability changes induced in the human motor cortex by weak transcranial direct current stimulation. **Journal Physiology**. 2000. v.15, n.527, p.633–639.

OCHSNER, K. N.; LIEBERMAN, M. D. The emergence of social cognitive neuroscience. **Am. Psychol**. 2001. v.56, p.717–34.

PRESTON, S.D.; WAAL, F.B.M. Empathy: its ultimate and proximate bases. **Behav. Brain Sci**. 2002. v.25, p.1–72

ROKEACH, M. **The nature of human values**. Nova York: Free Press, 1973

SAXE R.; SCHULZ, L. E.; JIANG, Y. V. Reading minds versus following rules: Dissociating theory of mind and executive control in the brain. **Social Neuroscience**. 2006. v.1, n.3-4, p.284 – 298.

SAXE, R.; CAREY, S.; KANWISHER, N. Understanding other minds: linking developmental psychology and functional neuroimaging. **Annu. Rev. Psychol.** 2004. v.55, p.87–124.

SCHEEPERS, D. *et al.* The neural correlates of in-group and self-face perception: is there overlap for high identifiers? **Front Hum Neurosci.** 2013, v.7, p.528.

SCHILBACH, L.; EICKHOFF, S. B.; MOJZISCH, A.; VOGLEY, K. What's in a smile? Neural correlates of facial embodiment during social interaction. **Social Neuroscience.** 2008. v.3, n.1, p.37 – 50.

SHAMAY-TSOORY, S. G.; AHARON-PERETZ, J.; PERRY, D. Two systems for empathy: a double dissociation between emotional and cognitive empathy in inferior frontal gyrus versus ventromedial prefrontal lesions. **Brain.** 2009.v.132, n.3, p.617–627.

SHUKLA, A. K.; KUMAR, U. Positron emission tomography: An overview. **J Med Phys.** 2006. v.31, n.1, p.13-21.

SLOTEMA, C. W.; BLOM, J. D.; LUTTERVELD, R.; HOEK, H. W.; SOMMER, I. E. Review of the efficacy of transcranial magnetic stimulation for auditory verbal hallucinations. **Biol Psychiatry.** 2013. v.15, n.766, p.101-110.

SMITH, E. R.; DECOSTER, J. Associative and rule-based processing: a connectionist interpretation of dual-process models. In: **Dual-Process Theories in Social Psychology.** New York: Guilford. 1999.

TAJFEL, H.; TURNER, J. C. The social identity theory of intergroup behavior. In: Worchel S, Austin WG, editors. **The Psychology of Intergroup Relations.** Chicago, IL: Nelson-Hall. 1986.

- TELZER, E. H.; VAN HOORN, J.; ROGERS, C. R.; DO, K. T. Social Influence on Positive Youth Development: A Developmental Neuroscience Perspective. **The Oxford Handbook of Social Neuroscience**. 2018.
- VALA, J. E MONTEIRO, M. B. (orgs.). **Psicologia social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1993.
- WAGNER, T.; VALERO-CABRE, A.; PASCUAL-LEONE, A. Noninvasive human brain stimulation. **Annu Rev Biomed Eng**. 2007. v.9, p.527-65.
- WELBORN, B. L.; LIEBERMAN, M. D.; ANDREW, D. G. J.; GALVÁN, F. A.; TELZER, E. H. Neural mechanisms of social influence in adolescence. **Social Cognitive and Affective Neuroscience**. 2016.v.11, n.1, p.100–109,
- WISHART, H. R.; SAYKIN, A. J.; MCALLISTER, T. W. Functional magnetic resonance imaging: Emerging clinical applications. **Current Psychiatry Reports**. 2002.v.4, n.5, p.338-345.
- YANG, C. C.; KHALIFA, N.; VÖLLM, B. The effects of repetitive transcranial magnetic stimulation on empathy: a systematic review and meta-analysis. **Psychol Med**. 2017. v.48, n.5, p.737-750.
- ZAKI, J.; OCHSNER, K. The neuroscience of empathy: progress, pitfalls and promise. **Neuroscience**. 2012.v.15, p.675–680.
- ZAKI, J.; SCHIRMER, J.; MITCHELL, J. P. Social Influence Modulates the Neural Computation of Value, **Psychological Science**. 2011.v.22, n.7, p.894–900.
- ZALD, D.H. The human amygdala and the emotional evaluation of sensory stimuli. **Brain Rev**. 2003. v.41, p. 88–123



CAPÍTULO 10

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS ACERCA DA PSICOLOGIA DA MÍDIA

Isabella L. Silva Santos

Tailson Evangelista Mariano

Carlos Eduardo Pimentel

Amanda Nunes do Nascimento

“Quem controla a mídia, controla a mente.”

(Jim Morrison)

O presente capítulo tem como objetivo fazer uma breve introdução acerca da psicologia da mídia, campo que vem se desenvolvendo de maneira crescente nos últimos anos. Para isso, a discussão começará trazendo algumas definições básicas, seguindo para uma apresentação da história da área e de alguns campos de pesquisa que vêm se desenvolvendo nela: a relação entre a agressividade e a pró-sociabilidade com quatro tipos de mídia populares (música, videogames, redes sociais e mídia audiovisual).

O que é Psicologia da Mídia?

Para darmos início, é necessário definir o que é mídia. Podemos então conceituar a mídia como qualquer forma de difusão de experiências e comunicações, incluindo assim as formas impressas (jornais, revistas, livros), eletrônicas (televisão, rádio, videogames) e virtuais (redes sociais) (GAHLOWT, 2016; PRIBERAM, 2019). Desta forma, a área da psicologia que se interessa pelos fenômenos sociais e difusão do conhecimento através de instrumentos midiáticos pode ser denominada de psicologia da mídia.

Mais especificamente, é possível defini-la como um campo psicológico que estuda os processos psicológicos, o comportamento e as relações sociais envolvidas na interação dos sujeitos com a mídia, se preocupando especialmente com os processos e efeitos da recepção da mídia; utilizando teorias e pesquisas empíricas para compreender questões nesse campo (KLIMMT; VORDERER, 2003; VORDERER,

2001). Por exemplo, um pesquisador que tem interesse na área pode se perguntar: "quais são as motivações individuais que levam uma propaganda a ser eficaz?" Ou "como a popularidade de um programa violento pode influenciar o desenvolvimento de comportamentos agressivos no público-alvo?"

É importante destacar que as pesquisas psicológicas sobre a mídia não estão resumidas a essa área (principalmente por se tratar de uma possibilidade muito recente de atuação). Um psicólogo organizacional pode buscar compreender como os perfis nas redes sociais impactam na contratação de uma empresa, e um psicólogo escolar-educacional pode utilizar videogames como uma estratégia pedagógica para estimular alguns temas com os alunos (e.g., história, raciocínio lógico). A diferenciação entre esses casos, para a psicologia da mídia é justamente o foco do processo de difusão de um conhecimento dado pela experiência. No caso da psicologia organizacional são os vários aspectos biopsicossociais envolvidos nessa atuação humana, e na psicologia escolar-educacional o processo de ensino-aprendizagem.

Essa dificuldade em separar os campos, além do fato da psicologia ser ainda uma ciência muito recente e com temas de estudo variados, faz com que outros campos de saber já se envolvam com a temática no contexto brasileiro, como a comunicação e o *marketing* (TUMA, 2013). Porém, algumas conquistas para sua consolidação podem ser listadas, em especial a criação da Divisão 46 (Sociedade da Psicologia da Mídia e Tecnologia) da Associação Americana de

Psicologia (APA) em 1980. De uma forma ou de outra, é interessante tratarmos de mais duas questões antes do prosseguimento da discussão para tópicos mais específicos: os objetivos e a relevância da psicologia da mídia.

Do mesmo modo que essa área possui diversas possibilidades de questões a serem abordadas, seus objetivos são bastante variados a depender do tipo de pesquisa a ser desenvolvida. Apesar disso, alguns apontamentos mais gerais podem ser feitos, sendo eles: compreender como a mídia nos impacta, de forma negativa ou positiva, como sujeitos, sociedades e culturas; e desenvolver pesquisas que visem buscar maneiras de se utilizar a mídia como uma ferramenta de desenvolvimento humano, como o exemplo citado anteriormente do uso de jogos como mediador pedagógico (GAHLOWT, 2016).

E por fim, qual a necessidade de tudo isso? Um primeiro ponto a ser tratado é o fato inegável de, na sociedade atual, estarmos cercados de mídia e da tecnologia o tempo todo. Assim, até mesmo numa reflexão cotidiana podemos perceber como isso traz impacto nas nossas vidas de várias formas: seja pela agilidade nas notícias que chegam de todas as partes do mundo, pois a comunicação se torna cada vez mais rápida, quanto por ficamos cada vez mais atrelados aos aparelhos responsáveis por esse feito, e entrando em contato com eles cada vez mais jovens. Então, buscar os objetivos citados anteriormente num contexto onde a mídia não parece estar nem perto de desaparecer não é só relevante cientificamente, mas socialmente (RUTLEDGE, 2010).

História da Psicologia da Mídia

Apesar da psicologia da mídia como um campo oficial e minimamente definido por ser uma área muito "recente", as pesquisas psicológicas acerca do tema já existem a certo tempo, especialmente pela preocupação tanto da ciência quanto da sociedade em relação às consequências da tecnologia, da propaganda e das formas de entretenimento que se desenvolviam cada vez mais rápido (RUTLEDGE, 2010).

Assim, dois trabalhos iniciais publicados em 1935 e 1940, podem ser considerados predecessores da psicologia da mídia, são eles: “A psicologia do Rádio”, que buscou compreender os efeitos dessa forma de comunicação, e “A Invasão de Marte: Um estudo sobre a Psicologia do Pânico”, que tratou das consequências de um anúncio falso noticiando uma invasão alienígena que ficou famoso na história americana (GILES, 2003). Esses estudos acabam sendo um resumo de uma questão onde é necessária discussão e reflexão: A tradição nos estudos sobre a mídia de manter o foco nos impactos negativos dela para os aspectos psicossociais.

Autores como McLuhan discutiram sobre essa questão, alegando que é impossível generalizar todas as formas de mídia sob um conceito ou conjunto de características, considerando o fato de que cada nova forma de mídia ou tecnologia muda a sociedade, como a possibilidade de manutenção de relações interpessoais à distância graças às redes sociais; ao mesmo tempo que são apenas extensões das pessoas e do que elas pensam e fazem (GILES, 2003). Atualmente, apesar das pesquisas que focam em consequências “negativas” continuarem

bastante populares, até porque é relevante conhecer esses efeitos, são desenvolvidas inúmeras pesquisas que tentam pensar na mídia como algo positivo para os sujeitos e para sociedade, particularmente na construção de intervenções mais dinâmicas em saúde mental.

O desenvolvimento dessa área seguiu permeada por duas outras questões que trouxeram problemas: A dificuldade de definição sobre o que seria considerado campo de estudo da psicologia da mídia e as diferenças entre o que é mídia e o que é tecnologia de comunicação. Essas questões nos levam a acreditar que a psicologia da mídia tem como objetivo estudar o fenômeno através das formas midiáticas e compreender como a aceleração do processo tecnológico contribui para o avanço nas formas de difusão de conhecimento, sendo necessário o engajamento dos pesquisadores para acompanhar a evolução desse desenvolvimento (GILES, 2003).

Outros momentos importantes e mais recentes que necessitam ser mencionados são: a criação da Divisão de Psicologia da Mídia e Tecnologia da APA e de revistas internacionais direcionadas a publicações na área, como o *Journal of Media Psychology* criada em 1989, e a *Media Psychology*, de 1999, sendo que as duas são editadas e publicadas até hoje, auxiliando na divulgação e popularização da área. Alguns temas populares na psicologia da mídia são, em especial, as redes sociais através de aparelhos tecnológicos (smartphones, computadores) e a compreensão de novas experiências advindas da criação de tecnologias que impactam a sociedade.

A partir desse breve histórico é possível compreender que, apesar de até os dias de hoje a psicologia da mídia ser cercada de questões, discussões e posicionamentos dos mais diversos, sua consolidação na psicologia foi necessária e continua em movimento, acompanhando o desenvolvimento das tecnologias que envolvem as sociedades humanas.

Percorrendo esses aspectos mais gerais, os próximos tópicos tratarão de temas que podem ser considerados relevantes para a psicologia da mídia na atualidade, dando-se um destaque especial ao termo “atualidade”, já que, similarmente nas sociedades humanas, as formas de se comunicar criadas por elas estão sempre evoluindo e se transformando para atender novos objetivos, por muitas vezes desconhecidos.

Agressividade e Mídia

Antes de mais nada, é necessário estabelecer dois conceitos necessários para a discussão posterior: violência e agressão. Enquanto a violência é um comportamento que tem como objetivo dor física intensa em que se necessite de uma ajuda médica ou terapêutica (WARBURTON; ANDERSON, 2015), a agressão é um conjunto de comportamentos intencionais cujo objetivo é causar sofrimento, variando de leve ao extremo (ARONSON; WILSON; AKERT, 2015).

Tentaremos então responder algumas questões com os tópicos a seguir: "Será que a quantidade de pesquisas relacionando mídia e violência estavam certas em buscar essa relação? De fato ela existe?"

Como e por quais motivos ela ocorre? Esses efeitos são apenas negativos, ou seja, a mídia não pode ser uma forma de diminuir a violência em alguns contextos?"

Video games. Talvez um dos tópicos mais estudados na psicologia da mídia, é a relação entre jogos violentos e a violência na vida real, ao qual são abordados desde os primórdios da evolução dessa forma de mídia, popularizado por pesquisadores como Craig A. Anderson, criador do Modelo Geral da Agressão (o modelo teórico mais utilizado em pesquisas sobre agressão e mídia), no contexto internacional. É importante salientar que as evidências (correlacionais) encontradas não trazem uma relação causal entre esses dois elementos, em outras palavras, jogar algo violento não fará alguém realizar um ato agressivo (MARKEY, 2016).

Por outro lado, uma meta-análise de diversos estudos (incluindo estudos experimentais) mostrou que a violência em vídeo games é um fator de risco causal para o aumento do comportamento agressivo, das cognições e afetos agressivos e da diminuição da empatia e comportamentos pró-sociais (ANDERSON *et al.*, 2010).

A exposição a jogos violentos causa uma dessensibilização perante à violência, ou seja, uma redução das reações adequadas à esse tipo de estímulo (BROCKMYER, 2015; ENGELHARDT *et al.*, 2011).

Música. A relação entre música e comportamentos agressivos parece ser extremamente influenciada pelo conteúdo das letras, com essa exposição afetando tanto os aspectos cognitivos quanto os emocionais e comportamentais (ANDERSON; CARNAGEY; EUBANKS, 2003; LENNINGS; WARBURTON, 2011), e atingindo todo o desenvolvimento maturacional do ser humano (COYNE; PADILLA-WALKER, 2015). É importante salientar que, uma das possibilidades para controlar esse efeito seria o consumo consciente de mídias, especialmente se tratando de crianças e adolescentes. Mas nem só de aumento na violência vive a música; ela também pode ser utilizada em contextos de intervenção para trabalhar com diversos grupos que foram vítimas de violência, como: crianças abusadas ou negligenciadas de direitos; mulheres e idosos vítimas de violência (JUAN, 2016; KANG, 2017).

Redes Sociais. As redes sociais também podem ser utilizadas como uma ferramenta de comportamentos violentos como bullying (cyberbullying) e até mesmo violência autodirecionada, e esses atos podem não apenas se manter no mundo virtual, mas um dos passos para a violência presencial (PATTON *et al.*, 2014). Muito além disso, a mera presença de estímulos agressivos nestes sites pode causar uma reação na maneira que nós pensamos após essa exposição (BUCHANAN, 2015). Por outro lado, essas plataformas virtuais também podem auxiliar em campanhas com temáticas que visem a prevenção e incentivo de denúncias em situações de violência, sendo

uma forma gratuita e prática de alcançar um grande número de pessoas (WEKERLE *et al.*, 2018).

Mídia audiovisual. A violência exposta em mídia audiovisual pode ser dividida em real (e.g., imagens de telejornais) e fictícia (e.g., séries), cada uma tendo consequências diferenciadas para as pessoas. Os efeitos desse tipo de conteúdo parecem ser mais fortes em crianças, sendo uma das explicações, o fato de que a personalidade e os valores ainda estão sendo estruturados no seu desenvolvimento (FLOREA, 2013). Apesar disso, a difusão ativa durante o consumo de uma programação pode ser a chave para diminuir os efeitos negativos que podem ser causados, fazendo com que esse tipo de mídia possa até mesmo ser utilizada como uma forma de simular e discutir maneiras de resolver conflitos sem a utilização de violência (BOSWORTH *et al.*, 1996; KIRSH, 2006).

Pró-sociabilidade e Mídia

O que nos faz sermos bons e quereremos ajudar os outros? Essa é uma pergunta que provavelmente nunca terá uma única resposta, mas que move a curiosidade da maioria das pessoas. Esse fenômeno, denominado de comportamento pró-social, pode ser definido como ações realizadas por vontade própria que tem como objetivo principal algum benefício a outra pessoa (MALTI; DYS, 2018). Assim, essa forma de agir é um dos aspectos essenciais para uma convivência

positiva em sociedade. Mas será que a mídia, além de trazer como possibilidade a diminuição de comportamentos agressivos, pode auxiliar no aumento de comportamentos pró-sociais?

Videogames. Inicialmente, é interessante tratar de jogos que são propositalmente pró-sociais, e quais os seus efeitos nesse comportamento na vida real. Estudos mostram que, da mesma forma que jogos violentos aumentam a agressividade, jogos pró-sociais diminuem e aumentam a possibilidade do jogador agir dessa forma na vida real, demonstrando cooperação e comportamento de ajuda, por exemplo (GREITEMEYER; OSSWALD, 2009; HARRINGTON; O'CONNELL, 2016). Essa mesma transposição do jogo pro real pode ser observada mesmo em videogames que não são propositalmente pró-sociais, apenas oferecem escolhas que reproduzem esse comportamento, como a opção de trabalhar em equipe para alcançar os objetivos (JERABECK; FERGUSON, 2013; ITEN *et al.*, 2018).

Música. Estudos indicam que, da mesma maneira que as músicas violentas, músicas com letras pró-sociais podem aumentar sentimentos, pensamentos e comportamentos nessa categoria, tanto em ambiente experimental, quanto numa situação natural: Numa pesquisa, foi observado que utilizar este tipo de estímulo como música ambiente aumentava as gorjetas que eram dadas aos atendentes, por exemplo (GREITEMEYER, 2009; JACOB, GUÉGUEN; BOULBRY, 2010).

Redes Sociais. Apesar da escassez de estudos sobre o tema, em especial sobre de que forma as redes sociais podem ser utilizadas

para aumentar as ações pró-sociais presencialmente, o que se sabe é que o tipo de comportamento que é exibido no cotidiano é replicado nas interações sociais através das redes sociais (WRIGHT; LI, 2011).

Mídia audiovisual. Esse tópico sofre com o problema já citado previamente: apesar da existência de inúmeros estudos sobre o impacto da televisão e dos filmes no surgimento de comportamentos antissociais, as pesquisas que focam na questão oposta, a pró-sociabilidade, são na maioria das vezes deixadas de lado (BROWN, 1992). Porém, já são existentes (mesmo que relativamente antigas) explicações para como a mídia audiovisual é capaz de levar os sujeitos a uma mudança de comportamento. Alterar as normas internalizadas e a forma de reagir afetivamente a um estímulo são os pontos-chaves do impacto que esse tipo de mídia tem em causar um aumento nos comportamentos pró-sociais (RUSHTON, 1979).

Considerações finais

O mundo tecnológico e informatizado do século XXI traz consigo inúmeras vantagens, como a velocidade em que temos acesso a informações e a possibilidade de comunicação que não é mais impedida por grandes distâncias. Contudo, essas mudanças não são neutras de um ponto de vista psicossocial, e se torna cada vez mais urgente o envolvimento da psicologia na compreensão do impacto da mídia e da tecnologia nas interações humanas e nas características individuais.

Assim, o objetivo do presente capítulo foi introduzir algumas questões acerca da psicologia da mídia. Esse objetivo foi cumprido, e espera-se que os exemplos mencionados tenham demonstrado a importância não só da existência dessa área, mas de um maior desenvolvimento dela no contexto brasileiro, com pesquisas que busquem conhecer o tema não só de forma teórica, mas de modo a aplicar esses conhecimentos para desenvolver intervenções que estejam mais contextualizadas com a realidade contemporânea.

Afinal de contas, se quem controla a mídia controla a mente, nada mais lógico que a ciência psicológica busque compreender até que ponto essa afirmação é verdade, e quais os pontos negativos e positivos que podem ser pensados a partir dela.

Referências

ANDERSON, C. A. *et al.* (2010). Violent video game effects on aggression, empathy, and prosocial behavior in Eastern and Western countries. **Psychological Bulletin**, 136, 151-173.

ANDERSON, C., CARNAGEY, N., & EUBANKS, J. (2003). Exposure to Violent Media: The Effects of Songs With Violent Lyrics on Aggressive Thoughts and Feelings. **Journal of Personality and Social Psychology**, 84(5), 960-971.

ARONSON, E., WILSON, T., & ARKET, R. (2015). **Psicologia Social**. 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC.

BOSWORTH, K., ESPELAGE, D., DUBAY, T., DAHLBERG, L., & DAYTNER, G. (1996). Using Multimedia to Teach Conflict-Resolution Skills to Young Adolescents. **American Journal of Preventive Medicine**, 12(5), 65-74.

BROCKMYER, J. (2015). Playing Violent Video Games and Desensitization to Violence. **Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America**, 24(1), 65-77.

BROWN, W. (1992). The use of entertainment television programs for promoting prosocial messages. **Howard Journal of Communications**, 3, 253-266.

BUCHANAN, T. (2015). Aggressive priming online: Facebook adverts can prime aggressive cognitions. **Computers in Human Behavior**, 48, 323-330.

COYNE, S., & PADILLA-WALKER, L. (2015). Sex, violence, & rock n' roll: Longitudinal effects of music on aggression, sex, and prosocial behavior during adolescence. **Journal of Adolescence**, 41, 96-104.

ENGELHARDT, C., BARTHOLOW, B., KERR, G., & BUSHMAN, B. (2011). This is your brain on violent video games: Neural desensitization to violence predicts increased aggression following violent video game exposure. **Journal of Experimental Social Psychology**, 47(5), 1033-1036.

FLOREA, M. (2013). Media Violence and the Cathartic Effect. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, 92, 349-353.

GAHLOWT, R. (2016). **Introduction to Media Psychology**. Himalaya Publishing House, Mumbai.

GILES, D. (2003). Theoretical Issues in Media Research. In: **Media Psychology**, pp. 14-27. Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

GREITEMEYER, T. (2009). Effects of songs with prosocial lyrics on prosocial thoughts, affect, and behavior. **Journal of Experimental Social Psychology**, 45(1), 186-190.

GREITEMEYER, T., & OSSWALD, S. (2009). Prosocial video games reduce aggressive cognitions. **Journal of Experimental Social Psychology**, 45(4), 896-900.

HARRINGTON, B., & O'CONNELL, M. (2016) Video games as virtual teachers: Prosocial video game use by children and adolescents from different socioeconomic groups is associated with increased empathy and prosocial behaviour. **Computers in Human Behavior**, 63, 650-658.

ITEN, G., BOPP, J., STEINER, C., OPWIS, K., & MEKLER, E. (2018). Does a prosocial decision in video games lead to increased prosocial real-life behavior? The impact of reward and reasoning. **Computers in Human Behavior**, 89, 163-172.

JACOB, C., GUÉGUEN, N., & BOULBRY, G. (2010). Effects of songs with prosocial lyrics on tipping behavior in a restaurant. **International Journal of Hospitality Management**, 29(4), 761-763.

JERABECK, J., & FERGUSON, C. (2013). The influence of solitary and cooperative violent video game play on aggressive and prosocial behavior. **Computers in Human Behavior**, 29(6), 2573-2578.

KANG, H. (2017). Supportive music and imagery with sandplay for child witnesses of domestic violence: A pilot study report. **The Arts in Psychotherapy**, 53,72-79.

KIRSH, S. (2006). Cartoon violence and aggression in youth. **Aggression and Violent Behavior**, 11(6), 547-557.

KLIMMT, C., & VORDERER, P. (2003). Media Psychology “is not yet there”: Introducing Theories on Media Entertainment to the Presence Debate. **Presence Teleoperators & Virtual Environments**, 12 (4), 346-359.

LENNINGS, H., & WARBURTON, W. (2011). The effect of auditory versus visual violent media exposure on aggressive behaviour: The role of song lyrics, video clips and musical tone. **Journal of Experimental Social Psychology**, 47(4), 794-799.

MALTI, T., & DYS, S. (2018). From being nice to being kind: development of prosocial behaviors. **Current Opinion in Psychology**, 20, 45-49.

PRIBERAM. (2019). Mídia. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/midia>>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

PATTON, D., HONG, J., RANNEY, M., PATEL, S., KELLEY, C., ESCHMANN, R., & WASHINGTON, T. (2014). Social media as a vector

for youth violence: A review of the literature. **Computers in Human Behavior**, 35, 548-553.

RUSHTON, J. (1979). Effects of Prosocial Television and Film Material on The Behavior of Viewers. **Advances in Experimental Social Psychology**, 12, 321-351.

RUTLEDGE, P. (2010). What is Media Psychology? And Why You Should Care. Disponível em: <<http://www.apadivisions.org/division-46/about/rutledge>

media-psychology.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

TUMA, R. (2013). Media Psychology and It's History. Em: E., Dill:**The Oxford Handbook of Media Psychology**.

VORDERER, P. (2001). It's all entertainment—sure. But what exactly is entertainment? Communication research, media psychology, and the explanation of entertainment experiences. **Poetics**, 29(4-5), 247–261.

WARBURTON, W., & ANDERSON, C. (2015). On the clinical applications of the general aggression model to understanding domestic violence. In R. A. Javier & W. G. Herron (Eds.) **Understanding Domestic Violence: Theories, Challenges, Remedies**. (pp.1-56). USA: Rowman & Littlefield Publishers.

WEKERLE, C., VAKILI, N., STEWART, S., & BLACK, T. (2018). The utility of Twitter as a tool for increasing reach of research on sexual violence. **Child Abuse & Neglect**, In Press.

WRIGHT, M., & LI, Y. (2011). The associations between young adults' face-to-face prosocial behaviors and their online prosocial behaviors. **Computers in Human Behavior**, 27(5), 1959-1962.

CAPÍTULO 11

ANÁLISE DE CONTEÚDO DE LETRAS DE MÚSICAS DE ROCK, FUNK, MÚSICA RELIGIOSA E POP MUSIC

Amanda Barros de Abreu

Carlos Eduardo Pimentel

Maria Helena Venâncio de Vasconcelos

Alessandro Teixeira Rezende

Isabella Leandra Silva Santos

*“É preciso amar as pessoas
como se não houvesse amanhã”
(Legião Urbana)*

A música é uma manifestação cultural inserida na vida diária das pessoas, atendendo a inúmeros interesses e possuindo diferentes propósitos (RENTFROW; GOSLING, 2003). Tekman e Hortaçsu (2002) chamam a atenção para a capacidade de intervenção das músicas sobre a configuração da identidade pessoal e social. Para esses autores, as músicas também possuem ampla importância no processo de identificação grupal.

Além disso, as músicas também são grandes modeladoras de comportamentos (PIMENTEL; GÜNTHER, 2009). Por este motivo, é fundamental que a psicologia se empenhe mais e mais nos estudos sobre essa temática, procurando saber qual o potencial de influência da música na vida dos jovens (PIMENTEL, GOUVEIA; VASCONCELOS, 2005).

Em pesquisa realizada por Pimentel, Gouveia e Vasconcelos (2005), por exemplo, constatou-se que a preferência por alguns dos estilos musicais anticonvencionais (heavy metal e rap, por exemplo), está diretamente relacionada com comportamentos antissociais e delitivos e atitudes favoráveis frente ao uso de maconha. Anos antes, Arnett (1991), por sua vez, já havia verificado que a preferência pelo heavy metal se correlaciona positivamente com comportamentos descuidados, assim como o uso de cocaína e da maconha.

O termo antissocial é encontrado na literatura como um conceito muito amplo, que se refere tanto aos traços comportamentais atribuídos a transtornos mentais, como ao Transtorno de Conduta e ao Transtorno de Personalidade Antissocial (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION [APA], 2013). De modo geral, trata-se de um padrão

comportamental agressivo, desobediente e oposicionista, sem estar relacionado necessariamente a um transtorno mental, e podendo ou não haver violação das leis (SCARAMELLA *et al.*, 2002). Foram encontradas a importância da psicologia no estudo de tais comportamentos, pois ao conhecê-los torna-se possível o desenvolvimento de estratégias de prevenção e controle dos mesmos (GOUVEIA *et al.*, 2009; LUENGO *et al.*, 1999).

No que concerne à ligação entre estilo musical preferido e comportamento antissocial, alguns autores já encontraram correlações positivas entre a preferência por estilos musicais anticonvencionais (reggae, rap, heavy metal e punk) e comportamentos desviantes (PIMENTEL, GOUVEIA; VASCONCELOS, 2005). Por outro lado, os mesmos autores constataram que os estilos convencionais, como música religiosa, *pop music*, sertanejo, se relacionaram negativamente com estes comportamentos de risco. Inclusive já se foi observado que letras de músicas com temas antissociais instigam comportamentos antissociais, agressivos e sexualmente agressivos (ANDERSON, CARNAGEY; EUBANKS, 2003; FISCHER; GREITEMEYER, 2006; PIMENTEL; GÜNTHER, 2009), assim como letras de músicas pró-sociais levam a comportamentos pró-sociais (GREITEMEYER, 2009; GREITEMEYER, 2009; PIMENTEL, 2012). Há correlação positiva também, porém moderada, entre a preferência por estilos musicais anticonvencionais e atitudes positivas frente ao uso de álcool, drogas ilícitas e frente ao sexo praticado antes do casamento (MYERS, 2014).

Algumas dessas pesquisas também mostram a importância de se estudar o conteúdo das letras de músicas, visto que esse é um dos componentes que mais contribui para o impacto dessa mídia no consumidor (GREITEMEYER, 2009; PIMENTEL, 2012). No entanto, pouco se estudou, no Brasil, sobre o conteúdo das letras de músicas pertencentes a esses estilos. Além do mais, o foco das pesquisas tem sido apenas nos estilos anticonvencionais (PIMENTEL, GOUVEIA; VASCONCELOS, 2005; PIMENTEL, 2012). Nesse sentido, faz-se necessário também estudar aqueles convencionais, os quais, teoricamente, tem uma menor frequência de comportamentos de risco. Por isso, é interessante que se volte com mais atenção às letras de músicas dos principais estilos anticonvencionais e convencionais e se faça uma análise detalhada, procurando verificar a frequência de comportamentos antissociais, agressivos, sexuais de risco e de uso de drogas.

Dessa forma, esta pesquisa teve como objetivo principal realizar uma análise de conteúdo de letras de quatro estilos de música anticonvencionais e convencionais: a) rock e funk; e b) música religiosa e *pop music*. Esperava-se encontrar nas letras de músicas anticonvencionais componentes que justifiquem a correlação positiva entre a preferência por esses estilos e a prática de comportamentos de risco sexuais, de uso de drogas e agressivos, como se descreve neste estudo. Por outro lado, esperava-se que nas letras de músicas convencionais fossem encontrados menos comportamentos de risco sexuais, de uso de drogas e agressivos.

Método

Foram analisadas 40 letras de músicas pertencentes aos estilos rock, funk, música religiosa e *pop music*. De cada estilo musical, 10 músicas foram escolhidas em um site que disponibiliza letras de músicas, tendo como critério de escolha as mais acessadas, de cada estilo, pelos usuários do site. Inicialmente, foram feitas visitas a sites de letras de músicas que tornaram possível a escolha do site utilizado: o www.letras.mus.br. Neste site, foram escolhidas as 10 letras de músicas mais acessadas pelos internautas de cada estilo musical que este estudo se propôs a analisar (rock, funk, música religiosa e *pop music*). Logo após as escolhas das músicas, foram realizadas as análises de conteúdo de todas as letras através do software de análise textual Iramuteq.

As análises foram realizadas utilizando o software de análise textual Iramuteq com o fim de verificar as principais temáticas constantes nas letras de música. A primeira Análise Lexográfica Clássica identifica e reformata as unidades de texto, aponta a quantidade de palavras, frequência média e hápax (palavras com frequência um), pesquisa o vocabulário e reduz das palavras com base em suas raízes (formas reduzidas), cria o dicionário de formas reduzidas, identifica formas ativas e suplementares. A segunda, por conseguinte, é a Análise de Similitude. Esta análise possibilita identificar as co-ocorrências entre as palavras, trazendo indicações da conexidade entre elas e auxiliando na identificação da estrutura da representação.

Resultados

Estilos de Música Convencionais

A princípio, realizou-se a Análise Lexográfica Clássica com intuito de analisar, de modo geral, os *corpus* Pop e Gospel. O *corpus* Pop apresentou um número de 2.965 ocorrências (total de palavras contidas no *corpus*), sendo 159 (5,36% das ocorrências) destas palavras com frequência 1 (hápx). Quanto ao *corpus* Gospel, verificou-se um número total de 2.394 ocorrências e 165 hápx (6,89% das ocorrências).

Logo, foi realizada a Análise de Similitude com o propósito de identificar coocorrência entre palavras e suas conexões entre si para poder conhecer melhor as estruturas dos *corpus* textuais. Nesse sentido, o *corpus* Pop, quando submetido a esta análise, gerou um leque semântico de palavras mais frequentes nas letras de música, no qual os termos com maior destaque foram: "não"(eff = 76), "estar"(eff = 66), "deixar"(eff = 52) e "amar"(eff = 45). Tal resultado pode ser melhor visualizado na Figura 1.

definir com clareza e objetividade qual mensagem a palavra "não" e suas conexões transmitem de uma forma geral. Alguns exemplos de trechos onde a palavra "não" aparece, são: "*Minha mãe não gosta de você e ela gosta de todo mundo*"; "*E não pediu mais nada em troca*". Ambas as frases foram retiradas do mesmo *corpus* e passam mensagens de significados distintos: a primeira possui um tom hostil; enquanto a segunda emite uma ideia de altruísmo.

O verbo "estar" também foi um dos termos mais frequentes do *corpus* Pop, e encontra-se ligado a outros verbos como "pensar", "esperar" e "gostar", além de outros vocábulos como "noite", "ainda" e "amor". De modo geral, o termo "estar" parece estar presente em contextos onde há afetos positivos, como o amor. Um exemplo seria: "*Sei que já vou estar morrendo de amor*".

A seguir, o terceiro termo mais frequente do *corpus*, o verbo "deixar", esteve vinculado a outras palavras como "amar", "nunca" e "alma", por exemplo. O sentido manifesto nas frases nas quais o termo "deixar" está presente expressa sentimentos de afetos positivos, assim como o verbo exposto no parágrafo anterior. O seguinte trecho pode ilustrar melhor esse sentido: "*Nunca te deixarei, deixarei*".

A palavra "amar", quarto vocábulo mais assíduo do *corpus*, esteve conectada, por exemplo, a outras palavras como "coração", "inteiro" e "quase". Tal sentido parece estar presente nos seguintes trechos de músicas pertencentes ao *corpus* Pop: "*Me deixe te amar*." e "*Oh amor, você deveria ir e amar a si mesma*".

A palavra "deus" apresentou-se articulada a outras como "dor", "socorrer", "dar" e "pedir". Os trechos onde essas ligações aparecem apontam para a ideia de deus como rei, protetor e força, como em: "*A Deus seja o louvor*"; "*Pois tu és o meu refúgio, ó Deus*"; e "*Se você desistiu, Deus não vai desistir*".

O termo "não", assim como no *corpus* Pop, mostrou-se bastante expressivo. Esteve conectado a outras palavras como "mais", "mundo", "filho", "cumprir" e "fé". Assim, há fragmentos do *corpus*, como: "*Não o adoro pelo que ele faz*"; "*E não importa onde estiver*"; "*Não chore se o mundo ainda não notou*"; "*Não sei como devo pedir*"; que fazem alusão à lealdade, amor, fé e até dependência, no caso do último fragmento.

A seguir, o verbo "adorar", o terceiro termo mais frequente do *corpus*, mostrou-se associado a outros vocábulos como "desfazer", "parar", "reclamar", "visitar" e "casa". Alguns exemplos de frases onde a palavra "adorar" se encontra, são: "*Eu aprendi a te adorar pelo que és*"; "*Mas te olhando eu posso a Deus adorar*"; e "*Mas se tu se dispuser, em qualquer momento tu me adorar, num piscar de olhos esse vento vai passar*". Percebe-se, a partir do exposto, que o verbo "adorar" traz consigo a noção de que para agradar a deus e merecer algo em troca, ele deve ser adorado.

Estilos de Músicas Anticonvencionais

Como nos *corpus* anteriores, a Análise Lexográfica Clássica nos *corpus* Rock e Funk. A partir dela, foi possível apontar o número de 3.719 ocorrências no *corpus* Rock, das quais 387 (10,41% das ocorrências)

O advérbio "não" é o termo mais frequente do *corpus* e encontra-se ligado a outras palavras como "arma", "amigo", "perder", "alegria", "bom" e "amar". Para uma compreensão mais adequada, faz-se necessário observar algumas passagens do *corpus*: “*O amor é bom, não quer o mal.*”; “*Não temos tempo a perder*”; “*É preciso amar as pessoas como se não houvesse amanhã*”; “*Eu moro na rua, não tenho ninguém*”; “*Não tinha medo o tal João de Santo Cristo*”. Assim como no *corpus* Pop, é difícil definir claramente a que tipo de mensagem a palavra "não" está associada. Percebem-se orações onde há comportamentos pró-sociais, porém há também alusão a comportamentos desafiadores e agressivos.

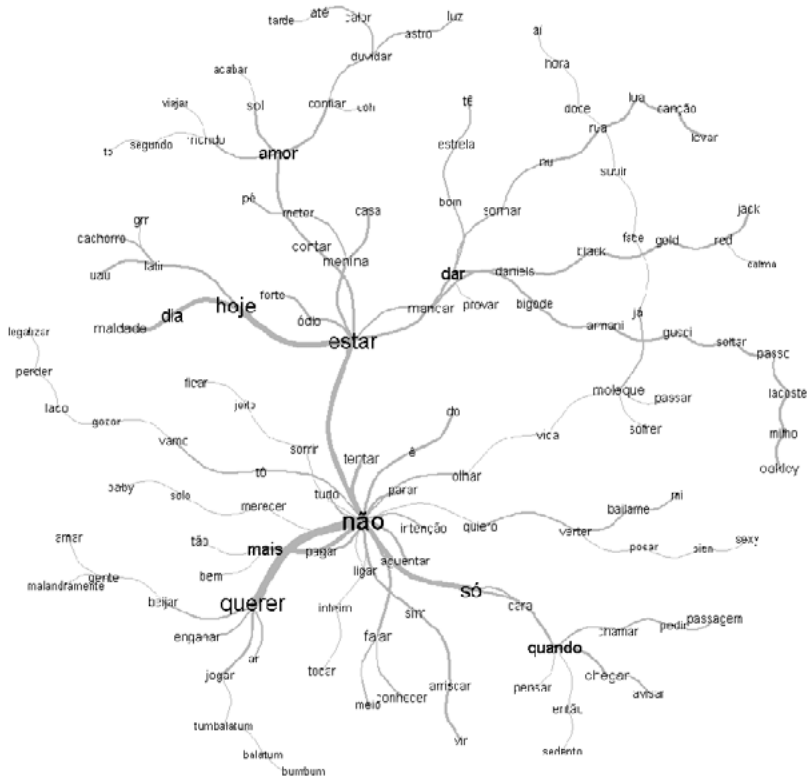
O verbo “estar”, por sua vez, se evidenciou em conjunto com termos como: “aqui”, “perto”, “bem”, “olho”, “tudo” e “divertir”. Os trechos: “*Perto das batidas do seu coração, onde eu deveria estar*”; “*É um estar-se preso por vontade*”; e “*Amor, seu sorriso estará sempre em minha mente e memória*”; podem fornecer uma definição geral do significado ao qual a palavra "estar" está vinculada. A partir do que foi exposto, identificam-se mensagens de afeto e amor.

A palavra "amor" esteve conectada a outros termos: "guardar", "sempre", "ainda", "fotografia" e "estrela", por exemplo. Em busca de uma elucidação, faz-se necessário explicitar alguns fragmentos das letras de músicas do *corpus* Rock que contêm o termo "amor", como: “*Me abrace com seus braços de amor*”; “*Aquela menina boçal pra quem jurei o meu amor*”; e “*Nós mantemos este amor numa fotografia*”. Dessa

maneira, é possível observar que a palavra "amor" esteve fortemente relacionada a relações românticas.

O quarto termo mais repetido no *corpus*, o verbo "querer", mostrou-se relacionado a outras palavras como "cidade", "doer", "dinheiro" e "história". Para atingir um entendimento mais claro, a seguir serão expostas algumas partes do *corpus* Rock nas quais o termo "querer" está presente: "*É um não querer mais que bem querer.*" e "*Eduardo e Mônica um dia se encontraram sem querer*". A partir disto, percebe-se que a primeira frase faz referência a um comportamento pró-social (querer o bem do outro), enquanto que na segunda frase o verbo "querer" aparece numa expressão ("sem querer") que significa "não ter a intenção de" e possui pouca riqueza de significado.

No que diz respeito ao *corpus* Funk, a Análise de Similitude criou o leque semântico cujas palavras mais evidentes foram: "não" (eff = 48), "hoje" (eff = 38) e "amor" (eff = 26). O leque semântico pode ser visualizado na Figura 4:

Figura 4. Leque Semântico do *corpus* Funk.

Novamente a palavra "não" encontra-se entre as mais repetidas nas letras de músicas. No *corpus* Funk, o advérbio apareceu ligado a palavras como "tentar", "parar", "intenção", "aguentar", "ligar" e "pagar". Alguns exemplos de frases onde o "não" aparece, são: "*Não encosta, não me beija, só me olha, me deseja*"; "*E não tente nem me ligar*"; "*Nós*

atraca pesado e não dá espaço para os clandestino"; e *"É só porque não me provou"*. Ao ler tais trechos, que representam parte significativa do *corpus*, nota-se como é frequente uma conotação sexual e sensual (que até o momento não havia aparecido em nenhum outro *corpus*) nas letras de músicas, além do tom hostil presente em duas das frases expostas.

O segundo vocábulo mais presente do *corpus* Funk, o advérbio "hoje", apareceu conectado a outros termos como "dia", "maldade", "latir" e "cachorro". Exemplos de onde essas palavras se encaixam, são: *"Vamo gozar, que hoje tá legalizado"*; *"Só que hoje eu sou teu professor"*; e *"Hoje é dia de maldade"*. Como se pode observar, novamente há referência a comportamentos sexuais e a comportamentos agressivos e hostis.

A palavra "amor", nesses estilo, manifestou-se juntamente a outros termos como "sol", "acabar", "mundo" e "viajar". Para um melhor entendimento, a seguir serão dispostos fragmentos do *corpus* onde a palavra "amor" aparece: *"Que é amor de verdade"*; *"Duvida até da verdade, mas confia em mim, amor"*; e *"Te quero em qualquer canto, te encontro pro amor"*. Nota-se, nos trechos, que há alusão a uma relação romântica entre duas pessoas e, na última frase, uma relação até sexualizada.

4. Discussão

Este estudo se propôs a analisar o conteúdo de letras de músicas de quatro estilos diferentes: *pop music* e música gospel, tidas como estilos convencionais; e rock e funk, consideradas como estilos anticonvencionais, tendo como objetivos: analisar o conteúdo das letras de músicas a

fim de verificar a frequência de comportamentos agressivos, sexuais de risco e de uso de drogas; investigar se havia apologia a comportamentos agressivos, sexuais de risco e de uso drogas; e comparar a frequência desses comportamentos entre as letras de músicas dos estilos musicais analisados. Estima-se que estes objetivos foram alcançados, visto que foi possível conhecer o conteúdo das letras de músicas analisadas.

As letras de músicas de estilos convencionais analisadas nesta pesquisa apresentaram pouca ou nenhuma referência a comportamentos agressivos, sexuais de risco e de uso de drogas. Nas músicas de *pop music*, por exemplo, as mensagens mais presentes estavam associadas ao amor, indo de acordo com Lopes (2009), que em um artigo sobre a música pop, afirma que as letras destas músicas têm como centro a afetividade e o envolvimento.

Quanto às músicas do estilo gospel, as letras estavam sempre ligadas a Deus (cristão) e às qualidades que lhe são atribuídas: bondoso, salvador, fiel, digno de toda honra e glória. Assim, não verificou-se nenhuma ligação com comportamentos agressivos, sexuais de risco e de uso de drogas. As músicas podem até variar de ritmos (rock, sertanejo, pagode e forró, por exemplo), mas as letras sempre são focadas em refletir os textos e regras da doutrina cristã (STRUTZ; LANDMANN, 2012).

Nas músicas de estilos anticonvencionais, por sua vez, também foram encontradas menções a sentimentos considerados positivos como o amor, por exemplo. No entanto, houve também alusão a comportamentos agressivos e sexuais, principalmente nas letras de funk. Essa informação é condizente com os resultados de Pimentel e Günther (2009), em estudo

realizado sobre a percepção de letras de músicas como inspiradores de comportamentos, que chegaram à conclusão de que letras de músicas de estilos anticonvencionais (rock, rap, heavy metal) podem inspirar tanto comportamentos antissociais, quanto pró-sociais. Assim, observa-se que não necessariamente o gênero musical está relacionado a comportamentos desviantes, e sim o conteúdo comunicado através dele.

No que tange ao ritmo funk em específico, de acordo com De Sá (2007), esse estilo começou a se consolidar no Brasil no início dos anos 2000, quando uma vertente sensual tornou-se o centro das músicas e as letras passaram a conter mensagens de duplo sentido e forte apelo erótico. Souza (2006) destaca, ainda, outra característica deste estilo musical: suas letras costumam abordar questões relativas à violência e à pobreza, pois geralmente retratam o cotidiano de comunidades periféricas. Isto significa que conteúdos sexuais e agressivos parecem estar presentes nas letras de funk desde a popularização deste estilo musical, funcionando como um porta-voz de uma parcela marginalizada que representa um país fragmentado e disperso (SOUZA, 2006).

A partir de tudo isso, conclui-se que os resultados apontaram em direção à hipótese inicial: os estilos anticonvencionais apresentaram conteúdos mais relacionados a comportamentos agressivos e sexuais de risco do que os estilos convencionais.

Sendo assim, tais achados podem contribuir tanto no meio acadêmico, – visto que o tema é pouco explorado – quanto no meio social, pois já é sabida a influência que a música pode exercer no comportamento das pessoas (PIMENTEL; GÜNTHER, 2009). Então, é necessário que

se atente para os estilos musicais que podem oferecer mais conteúdos construtivos.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5. (5ª.ed.). Porto Alegre: Artmed, 2013.

ANDERSON, C. A.; CARNAGEY, N. L.; EUBANKS, J. Exposure to violent media: the effects of songs with violent lyrics on aggressive thoughts and feelings. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 84, n. 5, p. 960, 2003.

ARNETT, J. Heavy metal music and reckless behavior among adolescents. **Journal of Youth and Adolescence**, v. 20, n. 6, p. 573-592, 1991.

DE SÁ, S. P. Funk carioca: música eletrônica popular brasileira?! **Revista E-Compós**, v. 10, p. 1-18, 2007.

FISCHER, P.; GREITEMEYER, T. Music and aggression: The impact of sexual-aggressive song lyrics on aggression-related thoughts, emotions, and behavior toward the same and the opposite sex. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 32, n. 9, p. 1165-1176, 2006.

GOUVEIA, V. V. *et al.* Questionário de comportamentos anti-sociais e delitivos: evidências psicométricas de uma versão reduzida. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, n. 1, p. 20-28, 2009.

- GREITEMEYER, T. Effects of songs with prosocial lyrics on prosocial thoughts, affect, and behavior. **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 45, n. 1, p. 186-190, 2009.
- GREITEMEYER, T. Exposure to music with prosocial lyrics reduces aggression: First evidence and test of the underlying mechanism. **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 47, n. 1, p. 28-36, 2011.
- LOPES, D. Da música pop à música como paisagem. **Revista ECO-Pós**, v. 6, n. 2, 2009.
- LUENGO, M. A. *et al.* Análisis de ítems para la evaluación de la conducta antisocial: un estudio transcultural. **Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación Psicológica**, v. 1, p. 21-36, 1999.
- MENDONÇA, J. S. O Gospel é pop: música e religião na cultura pós-moderna. 2009. xiii, 181 f. Dissertação (Mestrado em Música)-Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2009.
- MYERS, D. G. *Psicologia Social*. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- PIMENTEL, C. E. Efeitos de letras de músicas em comportamentos pró-sociais: teste do modelo geral da aprendizagem. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Brasília. 2012.
- PIMENTEL, C. E.; VASCONCELOS, T. C.; GOUVEIA, V. V. Preferência musical, atitudes e comportamentos anti-sociais entre estudantes adolescentes: Um estudo correlacional. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 22, n. 4, p. 403-413, 2005.

PIMENTEL, C. E.; GÜNTHER, H. Percepção de letras de músicas como inspiradoras de comportamentos antissociais e pró-sociais. **Psico**, v. 40, n. 3, 2009.

RENTFROW, P. J.; GOSLING, S. D. The do re mi's of everyday life: the structure and personality correlates of music preferences. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 84, n. 6, p. 1236, 2003.

SCARAMELLA, L. V. *et al.* Evaluation of a Social Contextual Model of Delinquency: A Cross-Study Replication. **Child Development**, v. 73, n. 1, p. 175-195, 2002.

SOUZA, G. Culturas urbanas periféricas no documentário brasileiro: Funk, Hip-Hop e Samba. II ENECULT-Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, v. 3, 2006.

STRUTZ, J.; LANDMANN, M. Influência da música gospel na postura religiosa dos jovens enquanto prática discursiva. **Eventos Pedagógicos**, v. 3, n. 1, p. 196-205, 2012.

TEKMAN, H. G.; HORTAÇSU, N. Music and social identity: Stylistic identification as a response to musical style. **International Journal of Psychology**, v. 37, n. 5, p. 277-285, 2002.



SOBRE OS AUTORES

.....

Alessandro Teixeira Rezende

Graduado em Psicologia (2016) pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Mestre em Psicologia Social pela UFPB, atualmente é doutorando em Psicologia Social pela mesma instituição.

.....

Amanda Barros de Abreu

Psicóloga formada pela Universidade Federal da Paraíba. Tem experiência na área de pesquisa através do PROLICEN e PIBIC .

.....

Amanda Nunes do Nascimento

Formada em Psicologia pelas Faculdades Integradas de Patos e Mestranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba.

.....

Ana Lúcia dos Santos

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba.

.....

Ana Alayde Werba Saldanha

Professora Associada do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da UFPB, Pós-doutorado em Psicologia pela USP, Membro do GT/ANPEPP - Relações Intergrupais: Preconceito e Exclusão Social.

.....

Ana Raquel Rosas Torres

Psicóloga e Doutora em Psicologia pela University of Kent at Canterbury (Reino Unido). Atualmente é professora do Departamento de Psicologia da UFPB, atuando na graduação, mestrado e doutorado em psicologia social.

André Faro

Doutor em Psicologia (Universidade Federal da Bahia, UFBA) e Pós-Doutor em Saúde Mental e Saúde Pública pela Bloomberg School of Public Health (Johns Hopkins University, EUA). Docente da graduação e pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atua na área da Psicologia da Saúde.

Andreza Silene Silva Ferreira

Psicóloga e Mestre em Psicologia Social pela UFPB. Atualmente é doutoranda em Psicologia Social no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFPB.

Anísio José da Silva Araújo

Psicólogo, Mestre em Administração de Recursos Humanos/UFPB e Doutor em Ciências/FIOCRUZ/RJ, Professor do Departamento de Psicologia/UFPB e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social/PPGPS/UFPB

Carlos Eduardo Pimentel

Professor Adjunto IV do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2

Clara Lohana Cardoso Guimarães

Psicóloga, Mestre e Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba.

Eldo Lima Leite

Psicólogo e Doutor em Psicologia Social pela UFPB. Atualmente é professor de Psicologia na Faculdade Maurício de Nassau, Campus João Pessoa.

Ellen Cristina Medrado dos Santos

Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba, Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela Faculdade Ademar Rosado (FAR). MBA em Gestão de Pessoas pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Analista de Recursos Humanos na empresa SP Indústria e Distribuidora de Petróleo LTDA.

Jérrsia Laís Fonseca dos Santos

Graduada em Psicopedagogia. Mestre e doutoranda em Psicologia Social pela UFPB. Especialista em Supervisão e Orientação Educacional. Participa do Grupo de Pesquisa Bases Normativas do Comportamento Social (BNCS) e do Grupo de Estudos em Desenvolvimento Humano, Educacional e Social (NEDHES).

Heloísa Bárbara Cunha Moizéis

Psicóloga, Mestre e Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba.

Hévilla Rodrigues de Freitas

Psicóloga e Mestre em Psicologia Social pela UFPB. Atualmente trabalha na Secretaria de Assistência Social de Píripituba (PB).

Isabella Leandra Silva Santos

Graduada em Psicologia na Universidade Federal da Paraíba, foi bolsista da Iniciação Científica entre 2017 e 2019 . Atualmente é mestranda em Psicologia Social no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba. Bolsista do CNPq .

.....
Isabelle Tavares Amorim

Psicóloga, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba.

.....

Ivo Júnior Celestino Ferreira

Psicólogo/UFPB, Mestre em Psicologia Social/PPGPS/UFPB

.....

Josevânia da Silva

Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Saúde (Mestrado) da UEPB. Membro do GT/ANPEPP - Relações Intergrupais: Preconceito e Exclusão Social.

.....

Lidianny do Nascimento Gonçalves Braga

Doutoranda do Programa de Pós-graduação de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba.

.....

Lívia Danyele Tavares da Silva

Psicóloga graduada pela Universidade Federal da Paraíba.

.....

Maria de Fatima Pereira Alberto

Professora Titular do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB. Doutora em

Sociologia pela UFPE. Coordenadora do Núcleo Pesquisa e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA) da UFPB e Pesquisadora 2 do CNPq.

Maria Helena Venâncio de Vasconcelos

Formada em Letras, Graduada em Psicologia e Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal de Paraíba.

Michael Jackson Oliveira de Andrade

É bolsista de Pós-Doutorado em Psicologia Social. Possui Doutorado em Psicologia Social (2016) pela Universidade Federal da Paraíba. Vice-coordenador do grupo de Pesquisa em Neurociências, percepção e comportamento (LPNeC-UFPB). Tem experiência na área em Neurociências, com ênfase em Neurociência Cognitiva e Cronobiologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Psicofísica, Eletrofisiologia, Neuromodulação e Rastreamento do movimento ocular.

Nájila Bianca Campos Freitas

Psicopedagoga, Mestre e Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba.

.....
Natanael Antonio dos Santos

Doutor em Neurociências e Comportamento pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Professor Titular em Neurociências e Comportamento da UFPB. Líder do Grupo de Pesquisa Percepção, Neurociências e Comportamento (CNPq). Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq. Coordenador dos Laboratórios de Percepção Visual, Neurociências e Comportamento e de Psicologia Animal Experimental da UFPB. Possui mais de cento e vinte trabalhos publicados entre artigos, capítulos de livros e livros. Atua na área da Neurociência e comportamento com ênfase em psicofísica, eletrofisiologia, neuromodulação e testes psicofisiológicos com foco em doenças neurodegenerativas, transtornos mentais, uso de substâncias químicas, distúrbios sensoriais e nutricionais, dentre outros.

.....
Otávio Pinho Neto

Professor colaborador do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva – NESC/CCS/UFPB

.....

Paloma Cavalcante Bezerra de Medeiros

Doutora e Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora Adjunta I do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI). É Coordenadora do Laboratório de Neurociência e Psicologia Social (LaNPSO- UFPI). Tem experiência na área de Neurociências e Comportamento, atuando principalmente nos seguintes temas: Neurobiologia, Transtornos Neuropsicológicos.

Patrícia Albuquerque Medeiros

Graduada em Geoprocessamento, graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. É membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais (NEPSS/UFPB).

Patrícia Fonseca de Sousa

Graduada em Psicologia pela UFPB, Mestre e Doutora pelo Programa de Pós-graduação de Psicologia Social.

Patrícia Nunes da Fonseca

Psicóloga e Bacharel em Direito. Mestre e Doutora pelo Programa de Pós-graduação de Psicologia Social da UFPB.. Docente do Programa de Pós-graduação de Psicologia Social da UFPB. Membro do Grupo de Pesquisa Bases Normativas do Comportamento Social (BNCS) e Coordenadora do Grupo de Estudos em

Desenvolvimento Humano, Educacional e Social (NEDHES).
Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 2.

.....

Paulo César Zambroni de Souza

Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFPB. Psicólogo pela UFRJ, mestre em Psicologia pela UFRJ, doutor em Psicologia Social pela UERJ, com Estágio de Doutorado no Département / Institut d’Ergologie – Analyse Pluridisciplinaire de Situations de Travail da Université de Provence / Aix Marseille Université, França. Pós-doutorado no Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM - Paris). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 2.

.....

Rafaela Rocha da Costa

Psicóloga. Mestre em Psicologia Social pela UFPB. Doutoranda do PPGPS-UFPB. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e da Adolescência (NUPEDIA). Professora do Departamento de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais.

.....

Renan Pereira Monteiro

Psicólogo pela Universidade Federal do Piauí, tem mestrado e doutorado em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é professor na Universidade Federal de Mato Grosso.

.....

Ricardo Neves Couto

Professor substituto da Universidade Federal do Piauí, Campus Parnaíba. Especialista em Psicologia Cognitivo Comportamental e Mestre e Doutor pelo Programa de Psicologia Social da UFPB. do PPGPS.

Shanmukh Vasant Kamble

PhD. Professor Titular de Psicologia, Karnatak University Dharwad, Índia. Trabalha com Psicologia Positiva, focando em emoções, perdão, religião, valores e justiça.

Silvana Carneiro Maciel

Graduada em Psicologia pela UFPB, Mestre e Doutora em Psicologia Social UFPB/UFRN. Pós-Doutorado em Psicologia Social pelo ICS-Portugal. Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFPB. Bolsista PQ CNPq. Lider do Grupo de Pesquisa em Saúde Mental e Dependência Química -UFPB/CNPq.

Tailson Evangelista Mariano

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Piauí. Mestre e doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Pós-doutorando em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba.

Tamiris da Costa Brasileiro

Graduada em Psicologia (UNIPÊ). Mestre em Psicologia Social pela UFPB. Especialista em Psicologia Jurídica. Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Participa do Grupo de Pesquisa Bases Normativas do Comportamento Social (BNCS).

Thaís de Sousa Bezerra de Menezes

Graduação em psicologia com ênfase em psicologia clínica na abordagem terapia cognitivo-comportamental pela Universidade Federal da Paraíba. Especialização em terapia cognitivo-comportamental pelo Centro Integrado de Tecnologia e Pesquisa. Mestrado em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Doutorado em andamento em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Atua como pesquisadora vinculada ao Grupo de Saúde Mental e Dependência Química da UFPB. Principais áreas de atuação: psicologia clínica, social e da saúde.

Valdiney Veloso Gouveia

Graduado em Psicologia pela UFPB, e Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa, realizou Especialização em Psicometria UNB, Mestrado em Psicologia Social e do Trabalho UNB e Doutorado em Psicologia Social Universidade Complutense de Madri. Professor Titular de Psicologia Social na UFPB, está atualmente como Pesquisador 1A no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Professor Visitante na Universidade de Victoria (Canadá). Coordena o núcleo de pesquisa Bases Normativas do Comportamento Social, sendo autor da teoria funcionalista dos valores humanos.

PATROCÍNIOS



UFPB
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Universidade Federal da Paraíba
Pró-reitoria de Pós-graduação

PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO UFPB

REALIZAÇÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM PSICOLOGIA SOCIAL

Este livro foi diagramado pela Editora UFPB em 2020,
utilizando a fonte Minion Pro. Impresso em papel
Offset 75 g/m² e capa em papel Supremo 250 g/m².

A busca pela compreensão do binômio indivíduo-sociedade tem sido uma constante nos estudos da Psicologia Social. E para alcançar este intuito de forma ampla, no decorrer de sua história, a Psicologia Social tem se caracterizado pela pluralidade e multiplicidade de abordagens teóricas adotadas como referenciais para produção de conhecimentos do estudo das relações que os indivíduos mantêm entre si e com a sua sociedade/ cultura. Este escrito vem contribuir para o avanço metodológico-científico, trazendo discussões atualizadas destinadas a uma ampla gama de leitores, sobretudo os que têm aguçado interesse pela Psicologia Social. O livro está estruturado em quinze capítulos e três grandes vertentes. A primeira denominada de Psicologia Social dos valores e das desigualdades sociais, a segunda vertente, Psicologia Social da saúde e do trabalho e a terceira Psicologia Social do desenvolvimento humano. Diante desta breve exposição da multiplicidade de vertentes e perspectivas que compõem este livro, convidamos o leitor a se debruçar um pouco mais neste universo da Psicologia Social de forma a percorrer a história da Psicologia Social na Paraíba e as contribuições dos autores nesta obra.

ISBN 978-85-237-1504-5



9 788523 715045 >